

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Revitalização Praça Vereador Amadeu Cortês Rossignoli

Informações da unidade requisitante	
UG Requiritante: Secretaria de Planejamento Urbano	Setor Requiritante: Departamento de Planos e Projetos Integradores (DDPINT)
Responsável pela demanda: Mariana Pinto Guedes	
Cargo: Gerente	

DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO ATUAL
<p>Descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público:</p> <p>O objeto deste ETP deriva da necessidade da melhoria do espaço público através da revitalização urbanística de uma praça, sendo portanto, uma medida crucial para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para a promoção do desenvolvimento local. Ao considerar essa necessidade, é importante compreender os diversos problemas que essa iniciativa busca resolver em prol do interesse público.</p> <p>A priori, o zelo pelo espaço público é o objetivo central, pois a praça, objeto deste estudo, encontra-se em condições precárias, com visível falta de manutenção, impactando diretamente na experiência dos frequentadores, conforme imagem abaixo. A revitalização visa transformar esse espaço em um local atrativo e funcional, oferecendo áreas de convívio social e integração comunitária.</p> <p>Além disso, a promoção da qualidade de vida é uma meta essencial desse projeto. Portanto, a praça revitalizada pode contribuir significativamente para o bem-estar físico e mental da comunidade, proporcionando espaço verde, área de recreação e um ambiente para atividades culturais, bem como locais adequados para descanso.</p> <p>Outro aspecto relevante é o fomento ao desenvolvimento econômico local, podendo se tornar um ponto de referência na cidade, atraindo investimentos, promovendo o comércio e estimulando o turismo. Essa revitalização contribui, assim, para fortalecer a economia da região e criar oportunidades de negócio.</p> <p>Ademais, a promoção da segurança e inclusão social também está entre as metas desse projeto. Nesse sentido, entende-se que uma praça bem-cuidada tende a atrair mais pessoas, o que pode contribuir para aumentar a sensação de segurança na região, havendo uma maior circulação de pessoas e iluminação no local.</p> <p>Por fim, a preservação do patrimônio cultural e ambiental é uma preocupação fundamental nesse processo. Muitas praças têm um significado histórico, cultural ou ambiental para a comunidade, e a revitalização deve levar em consideração a preservação desses elementos, respeitando o patrimônio da região e incorporando práticas sustentáveis de design e construção.</p> <p>Em síntese, a contratação de uma empresa especializada para executar a obra de revitalização urbanística dessa praça pública, é uma medida que visa atender a uma série de necessidades e problemas.</p>

Estimativas das quantidades a serem potencialmente contratadas e requisitos da contratação:

De acordo com o levantamento inicial apurado pela Unidade Requisitante, têm-se que será necessário para a conclusão da referida revitalização, aproximadamente:

- 79,3 m³ de aterro para o serviço de terraplanagem, para regularização do solo;
- 690,472 m² de piso, construído de forma mista, com concreto e intertravado;
- Instalação de 3 postes e luminárias de LED e tomada baixa;
- Instalação de 3 grelhas e tubo de 100mm para compor a escoamento das águas pluviais;
- Plantio de 18 árvores, 57 unidades de arbustos e 98m² de forração para o paisagismo; e
- Construção de mobiliário de concreto e alvenaria de 13,72m².

ANÁLISE DE SOLUÇÕES

Levantamento de mercado:

O levantamento de mercado acompanha o Orçamento Referencial, com a última atualização do valor estimado para a contratação que teve como referência o MÊS-BASE DE 03/2024, calculado com base nos valores do sistema SINAPI com desoneração, para o Estado de Minas Gerais, além de pesquisa de preços dos itens que não possuem tabela referência.

Nesse sentido, foram levantadas contratações semelhantes no âmbito da Administração Pública, tendo sido localizado as seguintes contratações:

- Concorrência Eletrônica Nº 001/2024 - Processo Administrativo nº- 047/2024 - Prefeitura do Município de Januária-MG;
- Concorrência Eletrônica N.º 011/2024 - Processo Administrativo nº- 102/2024 - Prefeitura do Município de Bom Jesus dos Perdões - SP.

Estimativa do valor da contratação:

Inicialmente, a obra foi estimada pela Unidade Requisitante, utilizando o orçamento paramétrico, no valor de **R\$300.000,00 (trezentos mil reais)**.

Contudo, após levantamento detalhado realizado pela equipe de Elaboração de Projetos e Orçamentos, integrantes da Secretaria de Obras, chegou-se ao valor da solução de **R\$287.520,37 (duzentos e oitenta e sete mil quinhentos e vinte reais e trinta e sete centavos)**, conforme Orçamento Referencial.

Escolha da solução:

A solução selecionada visa transformar um espaço subutilizado em um local vibrante e funcional, integrando diversas melhorias que promovem o uso sustentável do espaço e o fortalecimento da comunidade local. A implantação de áreas de permanência no espaço público desempenha um papel significativo em várias dimensões da vida comunitária. Elas facilitam a interação social, fornecendo espaços onde as pessoas podem se reunir, conversar e estabelecer conexões sociais, promovendo assim um senso de comunidade. São locais fundamentais para promover a inclusão e a acessibilidade, uma vez que são abertos a todos os membros da comunidade, independentemente de sua origem étnica, status socioeconômico ou capacidades físicas. Além disso, desempenham um papel importante na formação da identidade local, refletindo a cultura, história e valores de uma determinada comunidade, o que contribui para fortalecer o senso de pertencimento e coesão social. Em termos de bem-estar, áreas de permanência ao ar livre oferecem oportunidades para relaxamento, contato com a natureza e redução do estresse,

promovendo assim a saúde mental.

Benefícios a serem alcançados com a contratação:

A contratação de uma empresa especializada para a execução dessas obras urbanísticas trará uma série de benefícios significativos para a sociedade e para a região em questão:

- **Melhoria do Espaço Público:** Ao transformar a área em uma praça, proporciona-se a melhoria de um espaço público para a comunidade, oferecendo um local seguro e agradável para os moradores se reunirem;
- **Promoção da Saúde e Bem-Estar:** A área proporcionará oportunidades para atividades ao ar livre, promovendo um estilo de vida mais ativo e saudável para os moradores locais;
- **Fomento da Interação Social:** Espaços de encontro onde moradores podem se conectar e interagir, fortalecendo os laços comunitários;
- **Estímulo à Economia Local:** A área poderá atrair visitantes e criar um ambiente favorável para o comércio local. Cafés, restaurantes e pequenos negócios podem se beneficiar do aumento do tráfego de pedestres;
- **Melhoria Estética:** A melhoria do espaço urbano do bairro ou da área urbana circundante tem um efeito positivo no valor das propriedades próximas, criando um ambiente mais agradável para os residentes e visitantes;
- **Redução da Criminalidade:** Áreas públicas bem iluminadas e frequentadas tendem a ter uma menor incidência de crimes. O aumento da atividade humana em um local pode dissuadir atividades criminosas e aumentar a sensação de segurança entre os moradores;
- **Conservação Ambiental:** A criação da praça com elementos verdes, como árvores, arbustos e elementos de paisagismo, não apenas melhora a estética, mas também contribui para a conservação ambiental, ajudando a reduzir o calor urbano.

Dessa forma, a construção da praça neste local atualmente sem uso em meio a uma área urbana oferece uma variedade de benefícios, desde a melhoria do espaço público até a promoção da saúde e do bem-estar da comunidade, além de fortalecer os laços sociais e estimular a economia local, alinhando-se aos objetivos de programas voltados para a criação de áreas de permanência e descanso nas cidades, conforme as diretrizes do Estatuto da Cidade.

Titularidade

Apresentação da documentação e titularidade da área que sofrerá intervenção:

Após os devidos levantamentos, registrou-se que a área em análise é produto de desapropriação amigável, portanto, é patrimônio do Município, conforme consta no Despacho 6- 7.302/2024.

Para a execução do objeto se faz necessário aprovação de órgãos de Patrimônio Histórico? Quais?

Não é aplicável.

DETALHAMENTO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA

Descrição da solução como um todo:

Considerando a demanda apresentada para a contratação de empresa especializada na execução de obras de arquitetura, urbanismo e engenharia para a construção/requalificação urbanística da Praça Vereador Amadeu Côrtes Rossignoli, conhecida como Praça Padre Léo, localizada na confluência das ruas Francisco Faria e Eugênio Fontainha, no bairro Manoel Honório, a escolha da solução se baseia em uma abordagem integral e sustentável para atender às necessidades da comunidade e promover o interesse público. O projeto proposto inclui:

- Promoção da Mobilidade Urbana: Acessibilidade melhorada para pedestres, permitindo uma circulação eficiente e segura; Manutenção do traçado da calçada existente para preservar a característica da via;
- Reaproveitamento Sustentável do Espaço: Requalificação dos fragmentos de terras subutilizadas ou inutilizadas; Revitalização do tecido urbano, evitando o uso inadequado do espaço que poderia resultar em degradação ambiental;
- Fomento à Inovação: Oportunidade para implementação de soluções inovadoras em design urbano, tecnologia e sustentabilidade; Integração de propostas de áreas de infiltração no paisagismo para soluções baseadas na natureza;
- Fortalecimento do Sentimento de Comunidade: Criação de espaços de permanência integrados ao mobiliário urbano, acessíveis e multifuncionais; Adaptação do mobiliário também para atender ao público infantil, promovendo inclusão e diversidade de usos; Integração de paisagismo para criar ambientes agradáveis e acolhedores.

O detalhamento completo da solução utilizada encontra-se nos projetos de engenharia e memorial descritivo que compõem o Projeto Básico.

Contratações correlatas e/ou interdependentes:

Não há contratações correlatas para o presente objeto.

Providências a serem adotadas:

- Aprovação da despesa no Comitê Gestor de Convênios e Contratos;
- Necessidade de fiscalização técnica durante a execução dos serviços;
- Necessidade de fiscalização administrativa;
- Envio recorrente de informações para o TCEMG, por meio do SISOP;
- Prestação de contas do uso do recurso;

Licenciamento Ambiental:

O objeto deste ETP não é passível de licenciamento ambiental por não possuir enquadramento na

Deliberação Normativa (DN) COPAM nº 217/2017. Entretanto, considerando estarem localizados em faixa marginal de um córrego canalizado, são passíveis de autorização de intervenção em Área de Preservação Permanente (APP). Ainda, como os serviços não interferem diretamente no leito do córrego não cabe a solicitação de outorga junto ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM).

Em tempo, cumpre mencionar que as devidas manifestações dos órgãos ambientais responsáveis deverão ser anexadas a este processo antes da emissão da Ordem de Serviço.

Quanto aos possíveis impactos ambientais da intervenção, destacam-se:

- Geração de efluentes líquidos provenientes dos banheiros instalados durante a execução da obra;
- Carreamento de sedimentos para o curso d'água podendo haver o assoreamento deste, comprometendo assim o tamanho da seção e sua capacidade de transporte da vazão de cheia do córrego;
- Compactação e impermeabilização de solos afetando diretamente a sua permeabilidade e contribuindo para o aumento do escoamento superficial;
- Aumento no nível de poeira e ruídos nos locais próximos às obras devido à movimentação de maquinários;
- Geração de resíduos sólidos provenientes das atividades executadas pelos trabalhadores durante as obras e pela população durante o uso do espaço após a conclusão da obra.

(Extraído do despacho 10, do processo 7.302/2024).

Orçamentário Financeiro

UG:

091.100

Plano de Trabalho:

1.15.451.0004.2242.0000

Natureza de Despesa:

4.4.90.51

Fonte Orçamentária:

1500009004

Alinhamento entre a contratação e o Planejamento da Administração:

A presente demanda se dará à conta de verba repassada pelo Vereador Sr. José Márcio Lopes Guedes (Emenda nº EP11301), destinando assim o valor de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) para manutenção e adequação da Praça Vereador Amadeu Cortês Rossignoli, localizada na confluência das ruas Francisco Faria e Eugênio Fontainha, no bairro Manoel Honório. (LEI Nº 14.785, de 28 de dezembro de 2023 - Estima as Receitas e Fixa as Despesas do Município de Juiz de Fora para o Exercício Financeiro de 2024 - Projeto de autoria do Executivo - Mensagem nº 4586/2023.)

LICITAÇÃO

Justificativa para o parcelamento, ou não, da contratação:

Em atenção ao art. 40 da Lei 14.133/2021, os parágrafos 1º, 2º e 3º descrevem a possibilidade ou não do parcelamento da contratação e, deste modo, visando garantir a maior competitividade, não será adotado o parcelamento da contratação, tendo em vista a natureza do objeto e a plena possibilidade de fornecedor único para todos os componentes e serviços necessários.

Requisitos de habilitação técnica:

A empresa contratada deverá apresentar registro de pessoa jurídica no sistema CONFEA/CREA.

A responsabilidade técnica deverá ser realizada por profissional devidamente registrado e habilitado no sistema CONFEA/CREA, sendo Engenheiro Civil ou Engenheiro Agrimensor ou outro técnico de nível superior com comprovação de habilitação para execução das atividades. Ainda, será necessário a apresentação de atestados que comprovem:

- Execução de estrutura de concreto armado;
- Execução de piso intertravado.

Modalidade de Licitação:

Art. 28. São modalidades de licitação:

I - pregão;

II - concorrência;

III - concurso;

IV - leilão;

V - diálogo competitivo.

Diferentemente da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a nova Lei de Licitações não atrela a modalidade ao valor estimado da contratação. Portanto, faz-se necessária a análise das características de cada modalidade indicada.

Observando os Artigos 29, 30, 31 e 32 da Lei nº 14.133/2021, conclui-se que a única modalidade que se encaixa no objeto a ser contratado é a **Concorrência Eletrônica**, pois as demais modalidades não podem ser utilizadas ou não se aplicam para a execução de obra de engenharia com as características da obra de reforma da Praça Vereador Amadeu Cortês Rossignoli.

“Art. 29. A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 17 desta Lei ,adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

Parágrafo único. O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea “a” do inciso XXI do caput do art. 6º desta Lei. 5.4.4.”

Esta alternativa mostra-se viável do ponto de vista técnico e gerencial do contrato, além de ser a solução que melhor atende aos interesses da Administração.

Regime de Execução:

Art. 46. Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes:

I - empreitada por preço unitário;

II - empreitada por preço global;

III - empreitada integral;

IV - contratação por tarefa;

V - contratação integrada;

VI - contratação semi-integrada;

VII - fornecimento e prestação de serviço associado.

Considerando que, a definição da escolha do tipo de empreitada está diretamente relacionada à capacidade da Administração em definir, com precisão, a dimensão do objeto da contratação, visto que a mesma pode impactar diretamente a execução e, ainda, a natureza da obra, que trata-se de reforma, que por si só já agrega um grau de incerteza maior, visto que pode-se, durante a execução, deparar com serviços não passíveis de serem previstos na fase de projeto.

Nesse sentido, sabendo que o Preço Unitário permite a administração estimar um padrão de medida para cada item, com quantidade limitada e valor certo estabelecidos em contrato, entende-se que, para fins de aferição do valor a ser pago, será considerada a medição verificada e aprovada do serviço executado pela contratada.

Conclui-se, portanto, que, para esta obra o regime de execução mais vantajoso para a administração pública é o de **empreitada por preço unitário**.

Do critério de julgamento:

Art. 33. O julgamento das propostas será realizado de acordo com os seguintes critérios:

I - menor preço;

II - maior desconto;

III - melhor técnica ou conteúdo artístico;

IV - técnica e preço;

V - maior lance, no caso de leilão;

VI - maior retorno econômico.

Art. 34. O julgamento por menor preço ou maior desconto e, quando couber, por técnica e preço considerará o menor dispêndio para a Administração, atendidos os parâmetros mínimos de qualidade definidos no edital de licitação.

Tendo em vista a modalidade de Concorrência Eletrônica, bem como o caráter do objeto licitado, será adotado o critério de julgamento como **maior desconto**.

Do modo de disputa:

Art. 56. O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

I - aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;

II - fechado, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação.

§ 1º A utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto.

§ 2º A utilização do modo de disputa aberto será vedada quando adotado o critério de julgamento de técnica e preço.

§ 3º Serão considerados intermediários os lances:

I - iguais ou inferiores ao maior já ofertado, quando adotado o critério de julgamento de maior lance;

II - iguais ou superiores ao menor já ofertado, quando adotados os demais critérios de julgamento.

§ 4º Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, nos termos estabelecidos no instrumento convocatório, para a definição das demais colocações.

§ 5º Nas licitações de obras ou serviços de engenharia, após o julgamento, o licitante vencedor deverá

reelaborar e apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

Haja vista a adoção da Concorrência Eletrônica, bem como o caráter de maior desconto, será adotado o modo de **disputa aberto**, a fim de viabilizar a possibilidade de disputa entre as sociedades empresárias.

Da participação de consórcios

Não é justificável a participação de consórcios, em razão da natureza e dimensão do objeto.

Indicação dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento da licitação

Secretaria de Obras:

Titular: Bruna Ferreira da Rocha

Suplente: Cássia Cristina de Souza

No caso de necessidade de instituição de comissão de contratação, conforme Art. 7º da Lei 14133/21, a mesma deverá ser composta (de forma técnica) pelos 2 membros indicados da Secretaria de Obras e pelo titular da Secretaria demandante.

POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Após a estrita análise das hipóteses e posterior solução elencada neste Estudo, esta alternativa mostra-se viável do ponto de vista técnico e gerencial do contrato, além de ser a solução que melhor atende aos interesses da Administração

Responsáveis:

SECRETARIA DE OBRAS

Profissional responsável pela elaboração do ETP

Nome: Bruno Neves Matos

Cargo: Assessor

Superior Imediato ao responsável pela elaboração do ETP

Nome: Juliana Guarinello dos Santos

Cargo: Gerente do Departamento de Gestão de Obras e Projetos

SECRETARIA DEMANDANTE



Profissional responsável pelo planejamento da licitação

Nome: Mariana Pinto Guedes

Cargo: Gerente do Departamento de Planos e Projetos Integradores (DDPINT)

Superior Imediato ao responsável pelo planejamento da licitação

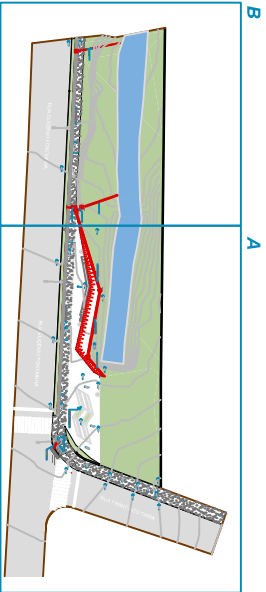
Nome: Denyse Pereira Neves Delgado

Cargo: Subsecretaria de Planejamento e Ordenamento do Território

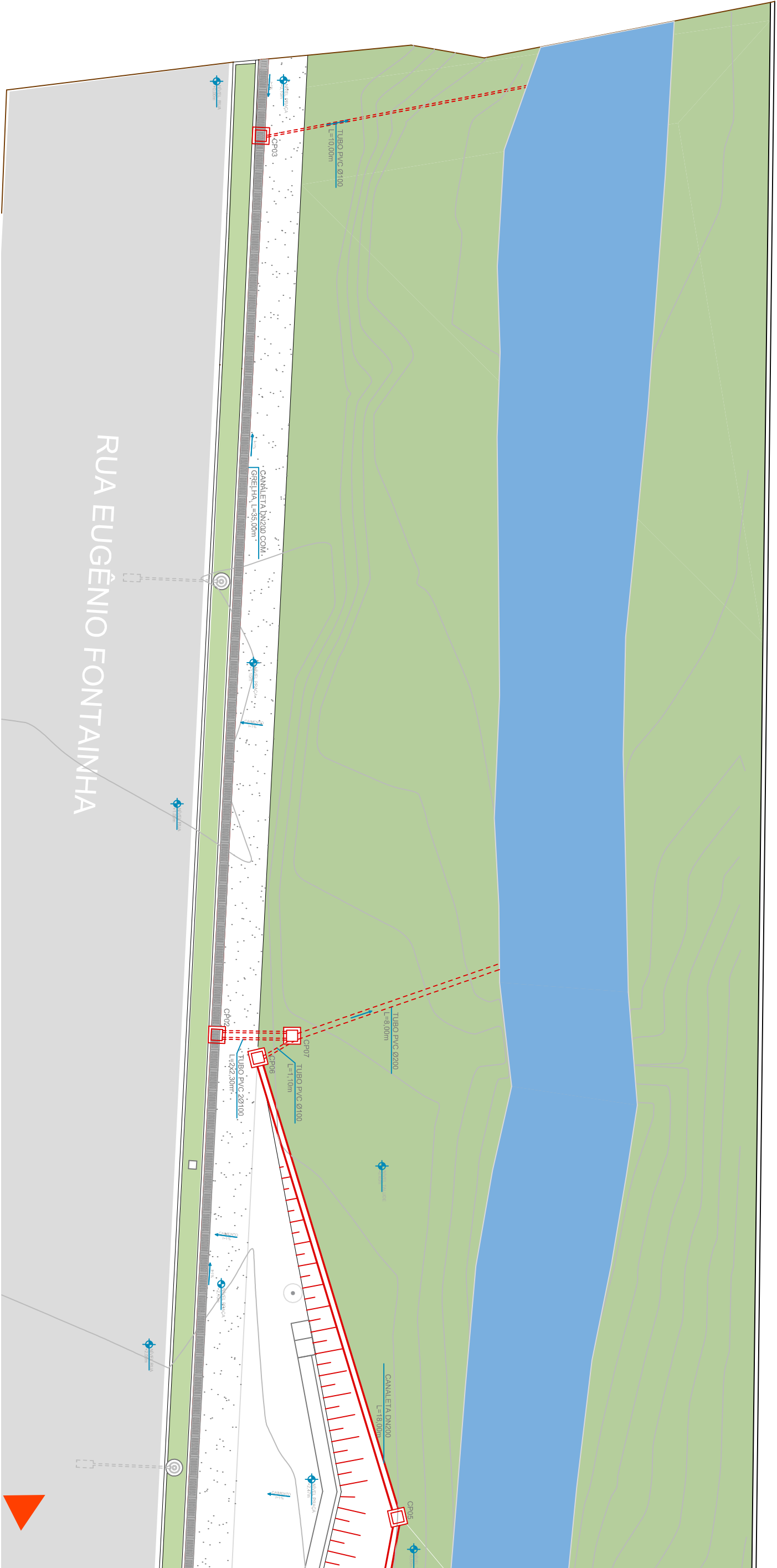


01 PLANTA BAIXA DE INDICAÇÃO DE DRENAGEM E PONTOS HIDRÁULICOS A

ESCALA 1:150

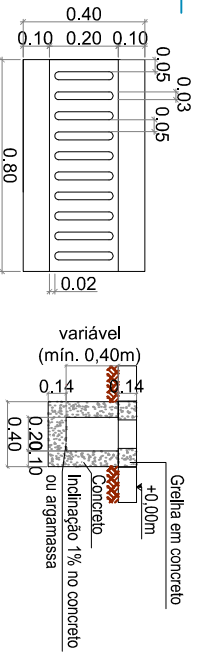


<div><div><div><div>Juiz de Fora</div><div>Secretaria de Planejamento Urbano - SEUR / SPPU</div></div><div><div></div><div></div></div></div><div><div></div><div></div></div></div>		OBSERVAÇÕES: <ul style="list-style-type: none">• AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA• AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO	
TÍTULO PRAÇA PADRE LEO - PROJETO URBANISTICO - RUA EUGENIO FONTAINHA		CONTEUDO PLANTA BAIXA DE INDICAÇÃO DE DRENAGEM E PONTOS HIDRÁULICOS A	
AUTOR (ES) DO PROJETO Mariana Guedes - CAU: A166564-2 Werlei Purgatto - CFT: 02640778650		ADMINISTRAÇÃO Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano) Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)	
COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos, Jádna Rocha (SO/SSGEOP)		FOLHA 10/22	
16/04/2024			



PLANTA BAIXA DE INDICAÇÃO DE DRENAGEM E PONTOS HIDRÁULICOS B

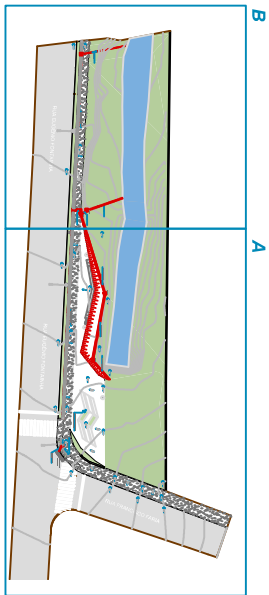
01 ESCALA 1:180



02 DETALHE CANALETA E GRELHA EM CONCRETO

SESC.

LEGENDALISTA DE MATERIAIS	
	Registro de Pressão Água Fria
	Caixa de passagem pré-moldada em concreto armado, (0,60x0,60x0,60)m
	Grelha pré-moldada em concreto armado (malha dupla Q92), b=20cm
	Canaleta pré-moldada em concreto, DN200
	Tubo PVC esgoto DN100mm
	Tubo PVC esgoto DN200mm
	1,00 und.
	7,00 und.
	82,00m
	109,00m
	17,00m
	8,00m



OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS A E B
- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LEO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FONTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos, Jádna Rocha (SO/SSGEOP)

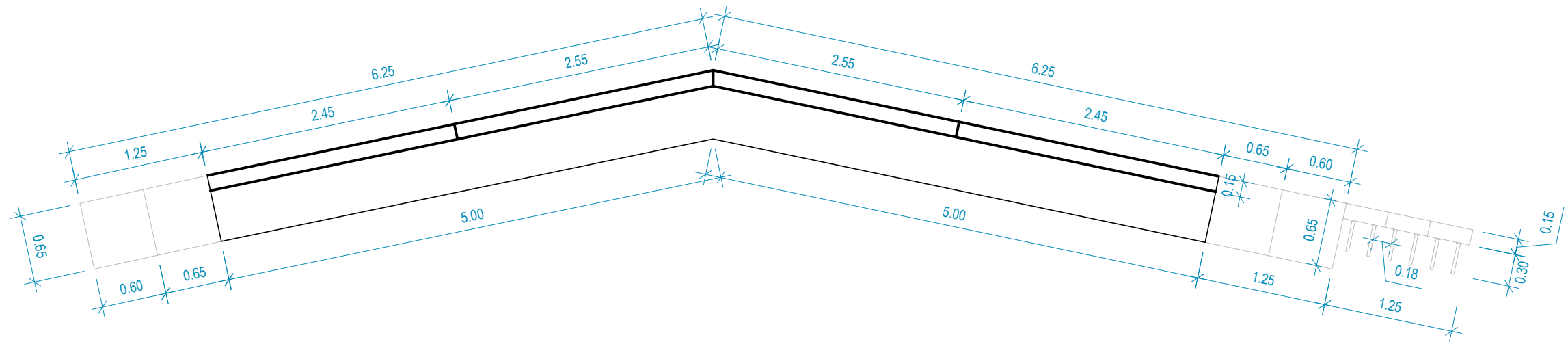
CONTEÚDO PLANTA BAIXA DE INDICAÇÃO DE DRENAGEM E PONTOS HIDRÁULICOS B

ADMINISTRAÇÃO Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)

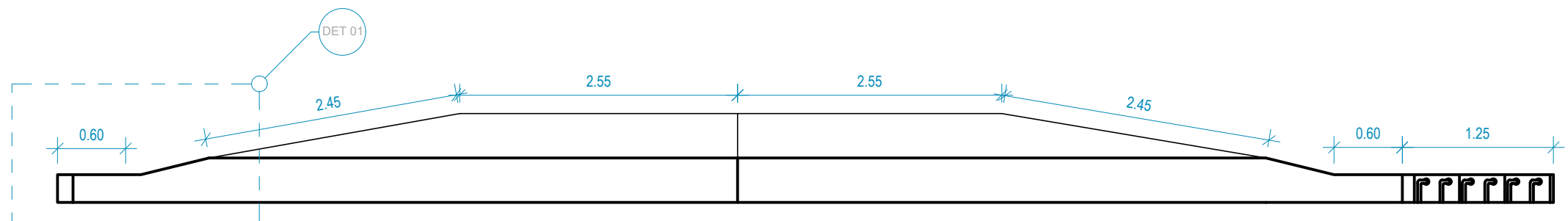
FOLHA 11/
22

16/04/2024

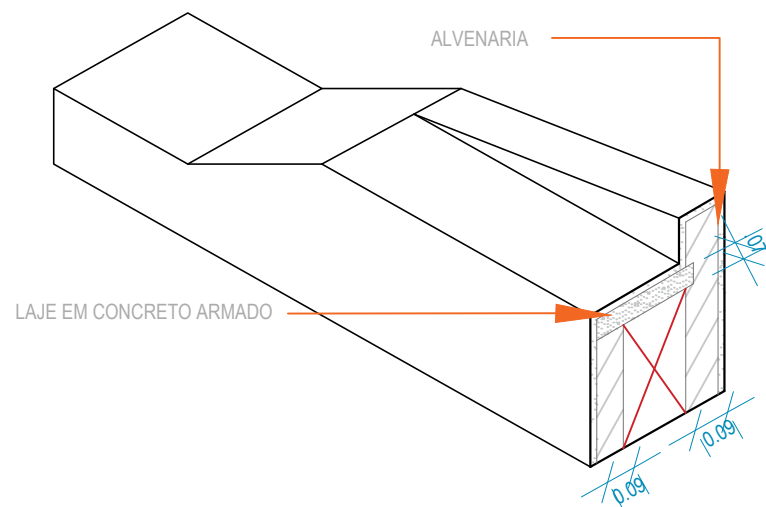




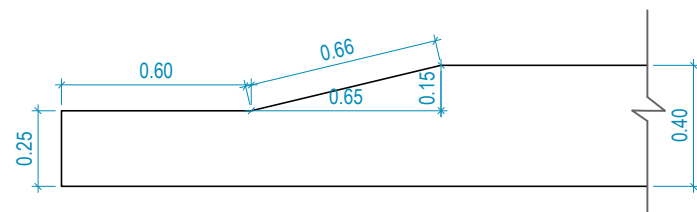
01 PLANTA BAIXA MOBILIÁRIO 01
ESCALA 1:50



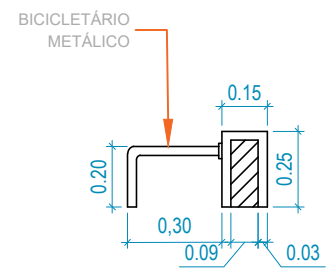
02 VISTA GERAL
ESCALA 1:50



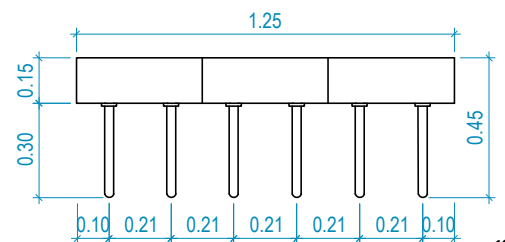
03 PERSPECTIVA ISOMÉTRICA
ESCALA 1:25



04 DETALHE 01 - BANCO INCLINADO
ESCALA 1:25



05 VISTA BICICLETÁRIO
ESCALA 1:25



06 CORTE BICICLETÁRIO
ESCALA 1:25

* TODAS AS COTAS PRESENTE ESTÃO REPRESENTANDO A VERDADEIRA GRANDEZA DOS ELEMENTOS

OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS A E B
- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE OBRAS

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

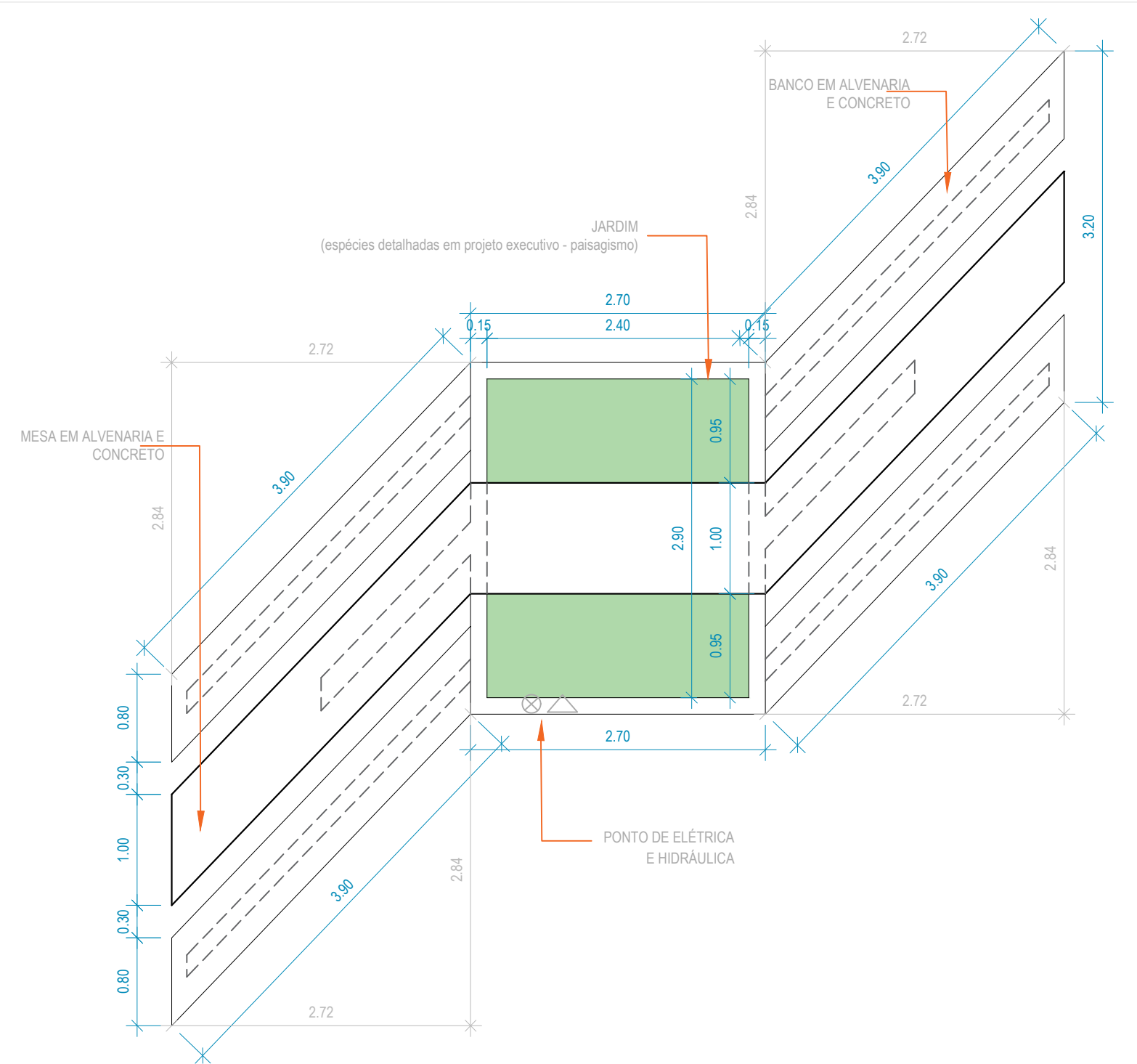
Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

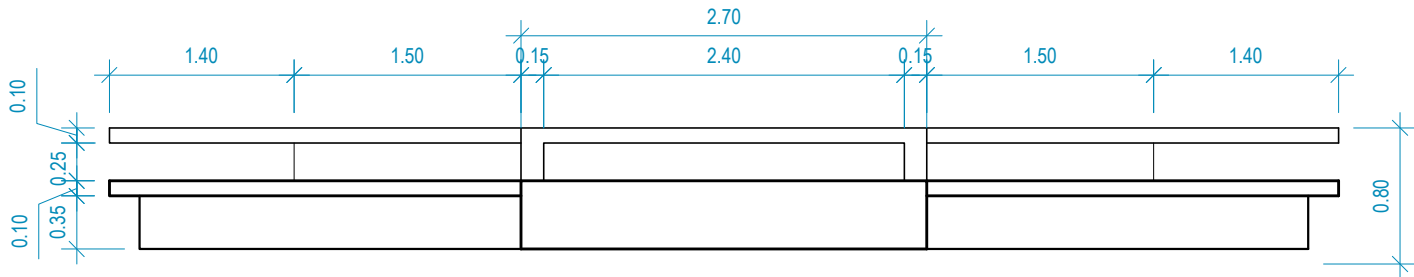
CONTEÚDO
DETALHAMENTO MOBILIÁRIO 01

ADMINISTRAÇÃO

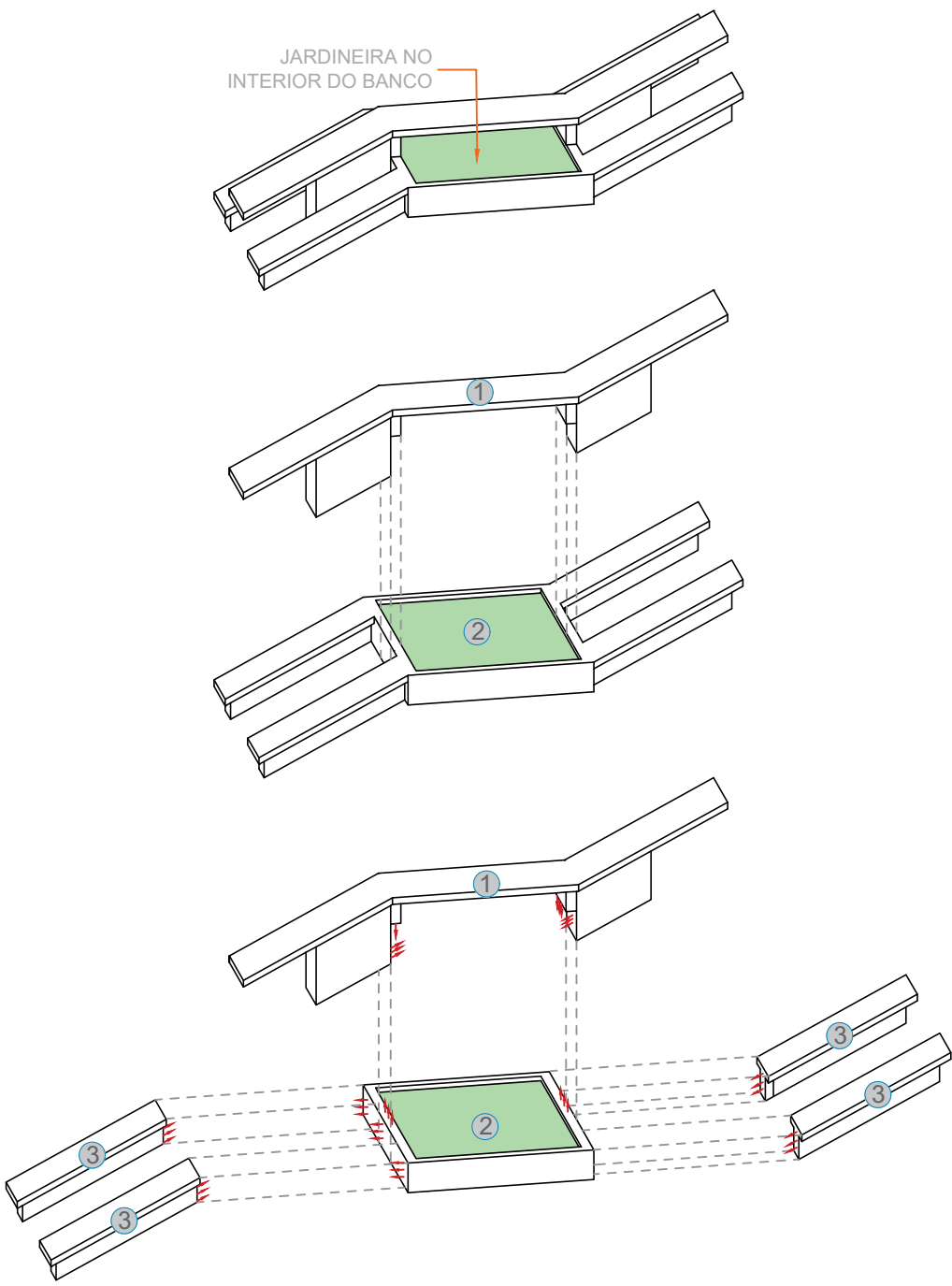
Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)



01 PLANTA BAIXA MOBILIÁRIO 02
ESCALA 1:50



02 VISTA GERAL
ESCALA 1:50



03 PERSPECTIVA EXPLODIDA
ESCALA 1:100

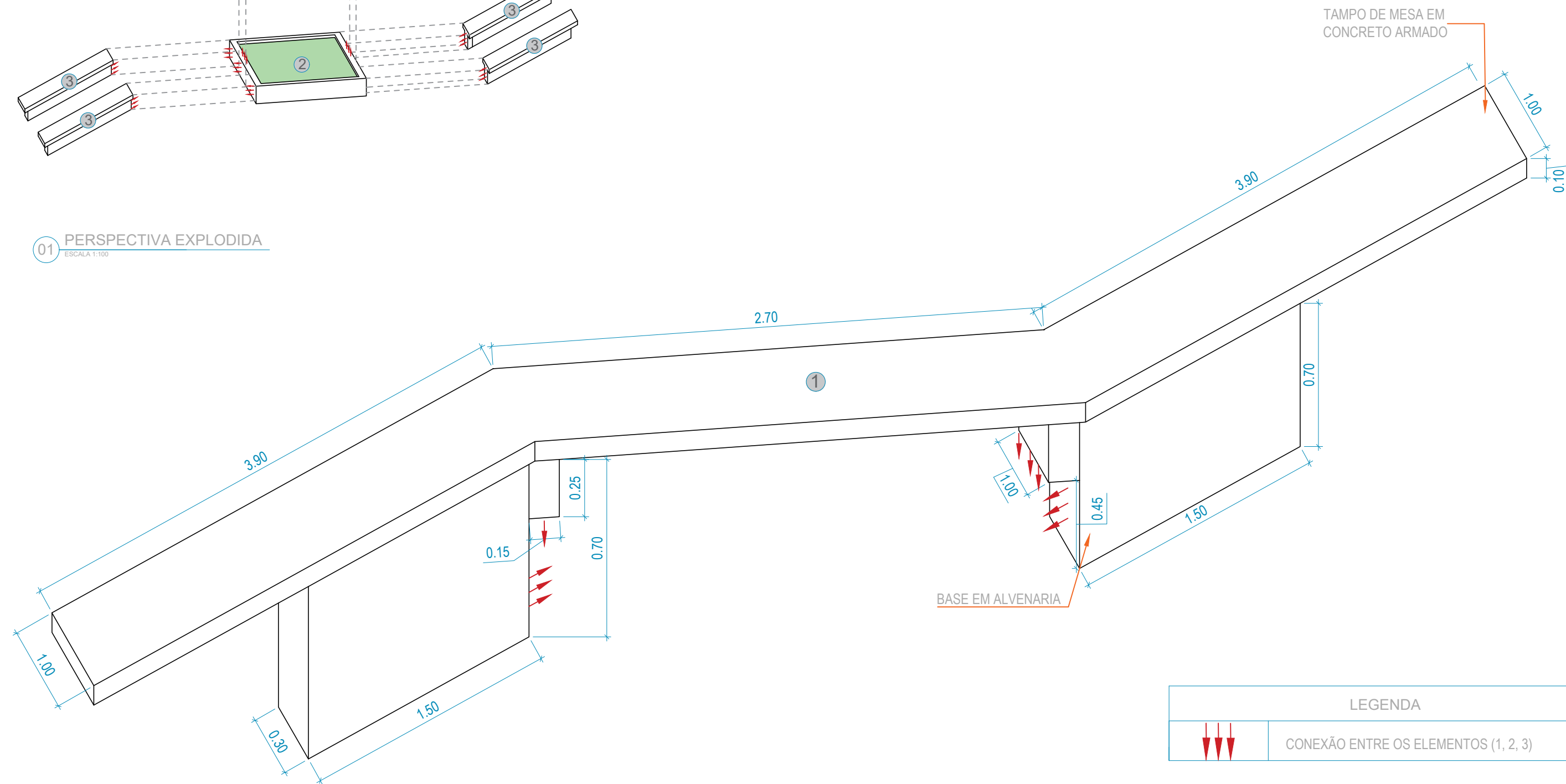
LEGENDA	
	CONEXÃO ENTRE OS ELEMENTOS (1, 2, 3)

* TODAS AS COTAS PRESENTE ESTÃO REPRESENTANDO A VERDADEIRA GRANDEZA DOS ELEMENTOS

<div><div>Juiz de Fora</div><div>Secretaria de Planejamento Urbano</div><div></div><div></div></div>	OBSERVAÇÕES: <ul style="list-style-type: none">• AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA• AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO• PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS A E B• PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE OBRAS		TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA	CONTEÚDO DETALHAMENTO MOBILIÁRIO 02	<div>Assinado por: MARIANA PINTO GUEDES Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/5A0D-46F0-02B6-74D1 e informe o código 5A0D-46F0-02B6-74D1</div>
			AUTOR (ES) DO PROJETO Mariana Guedes - CAU: A166564-2 Werlei Purgatto - CFT: 02640778650	ADMINISTRAÇÃO Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano) Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)	
			COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos		





01 PERSPECTIVA EXPLODIDA
ESCALA 1:100

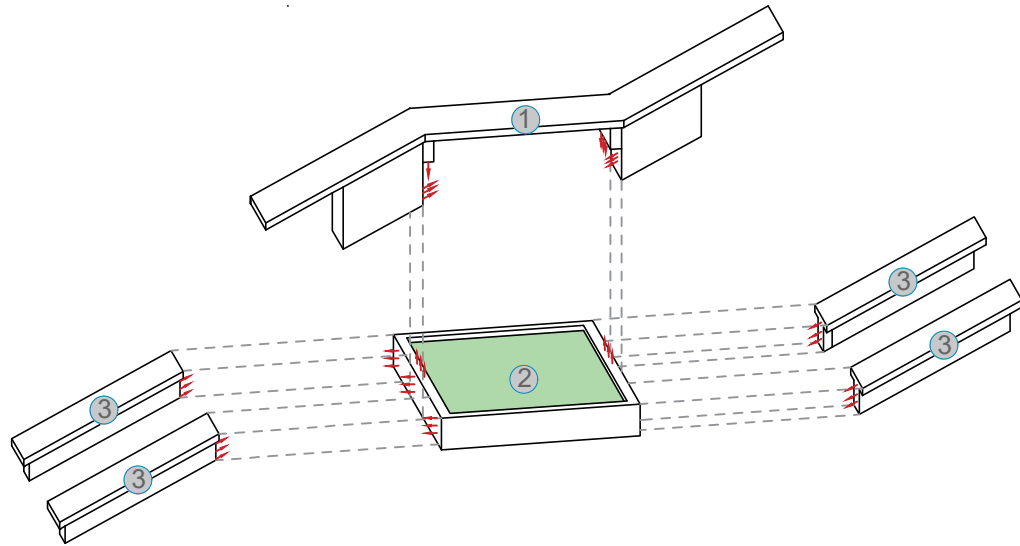


02 PERSPECTIVA ISOMÉTRICA ELEMENTO 1
ESCALA 1:20

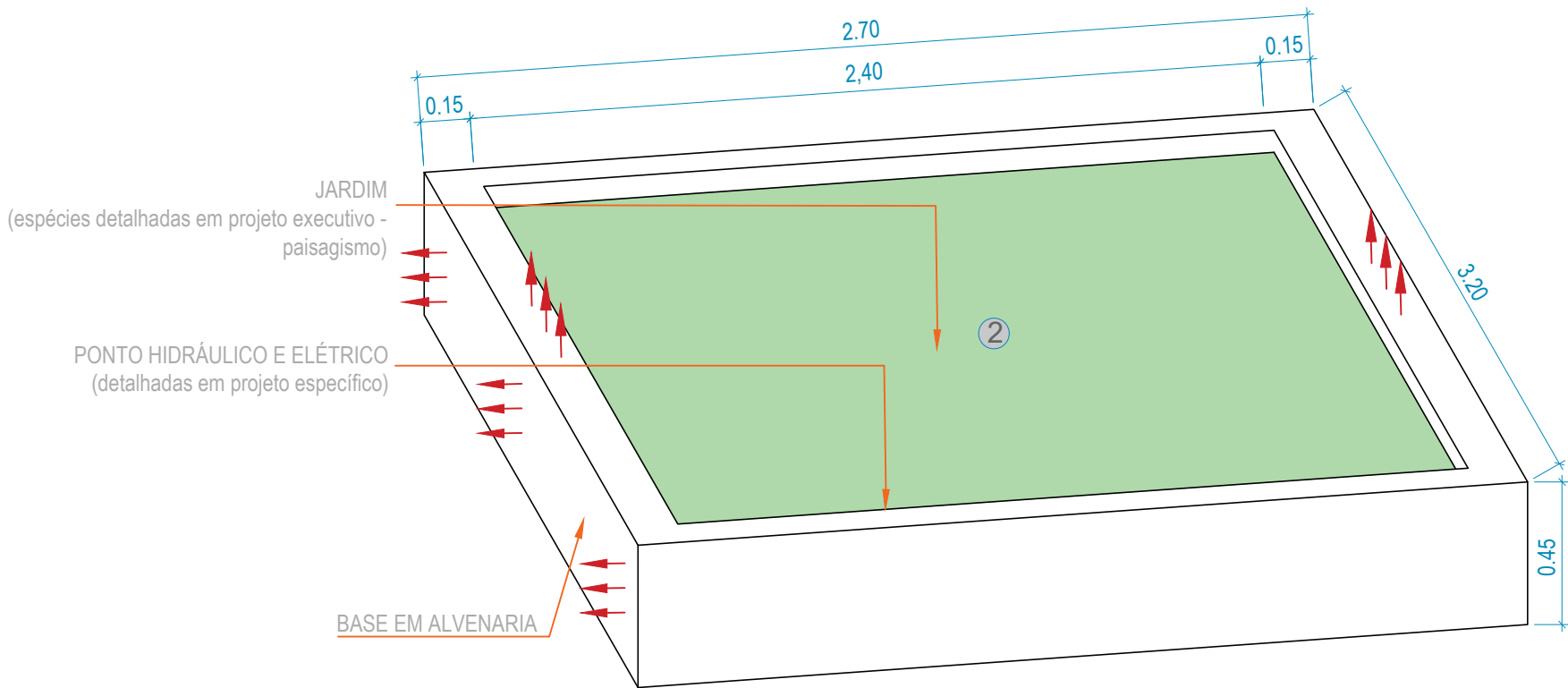
LEGENDA	
	CONEXÃO ENTRE OS ELEMENTOS (1, 2, 3)

* TODAS AS COTAS PRESENTE ESTÃO REPRESENTANDO A VERDADEIRA GRANDEZA DOS ELEMENTOS

<div><div>Juiz de Fora</div><div>Secretaria de Planejamento Urbano</div><div></div></div>	OBSERVAÇÕES: <ul style="list-style-type: none">AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRAAS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃOPARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS A E BPARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE OBRAS	TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA	CONTEÚDO DETALHAMENTO MOBILIÁRIO 02	<div>Assinado por</div> <div>MARIANA PINTO GUEDES</div> <div>Para verificar a validade das assinaturas, acesse https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/5A0D-46F0-02B6-74D1 e informe o código 5A0D-46F0-02B6-74D1</div>
		AUTOR (ES) DO PROJETO Mariana Guedes - CAU: A166564-2 Werlei Purgatto - CFT: 02640778650	ADMINISTRAÇÃO Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano) Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)	
		COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos		



01 PERSPECTIVA EXPLODIDA
ESCALA 1:100



02 PERSPECTIVA ISOMÉTRICA ELEMENTO 2
ESCALA 1:20

LEGENDA	
	CONEXÃO ENTRE OS ELEMENTOS (1, 2, 3)

* TODAS AS COTAS PRESENTE ESTÃO REPRESENTANDO A VERDADEIRA GRANDEZA DOS ELEMENTOS

OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS A E B
- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE OBRAS

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

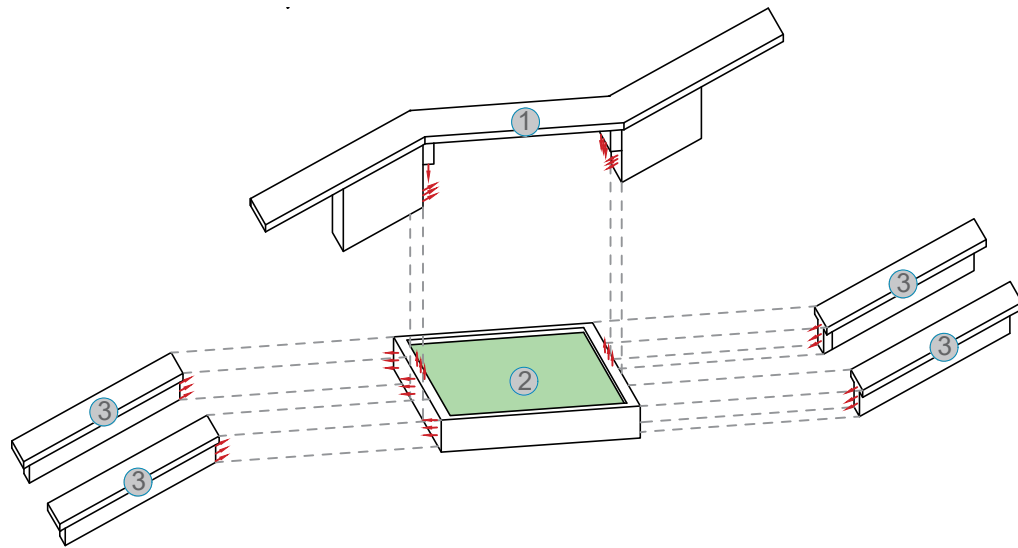
Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

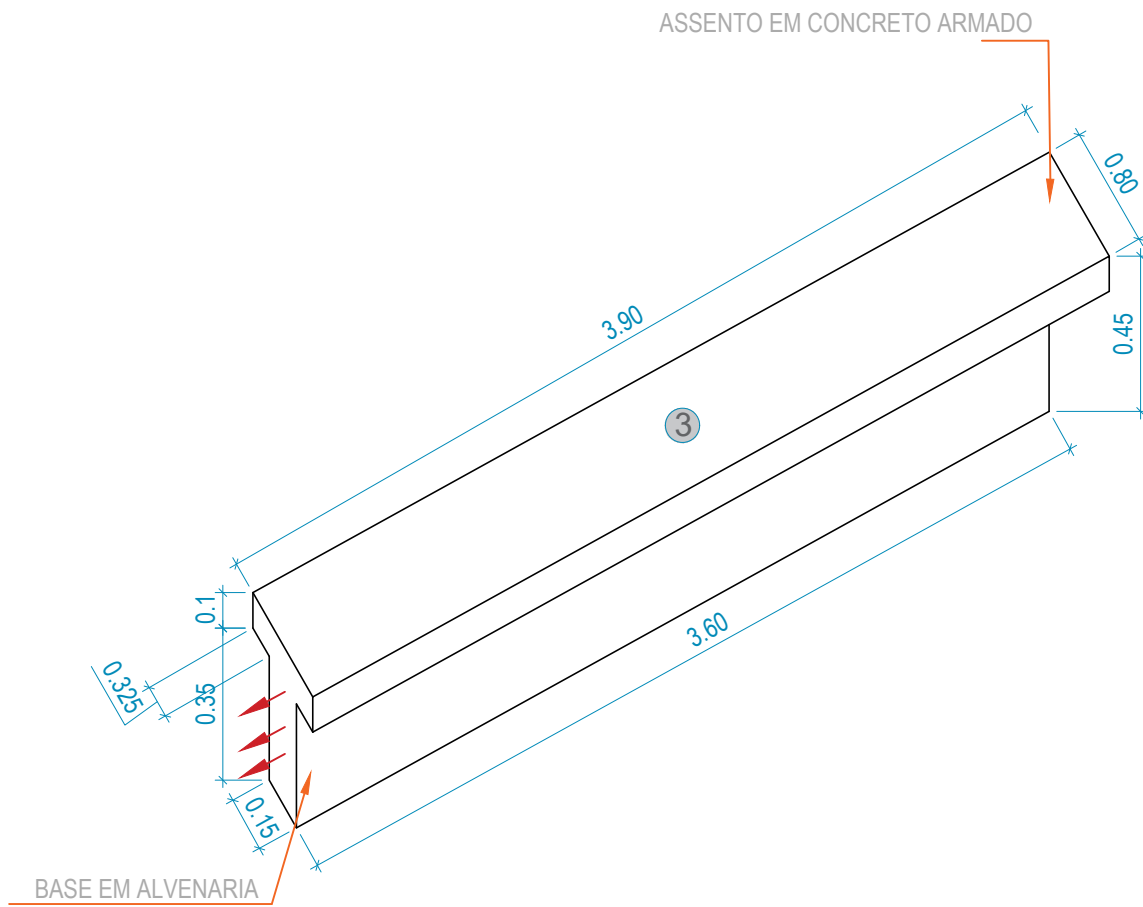
CONTEÚDO
DETALHAMENTO MOBILIÁRIO 02

ADMINISTRAÇÃO

Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)



01 PERSPECTIVA EXPLODIDA
ESCALA 1:100



02 PERSPECTIVA ISOMÉTRICA ELEMENTO 3
ESCALA 1:20

LEGENDA	
	CONEXÃO ENTRE OS ELEMENTOS (1, 2, 3)

* TODAS AS COTAS PRESENTE ESTÃO REPRESENTANDO A VERDADEIRA GRANDEZA DOS ELEMENTOS

OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS A E B
- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA DE OBRAS

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

CONTEÚDO
DETALHAMENTO MOBILIÁRIO 02

ADMINISTRAÇÃO

Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)



01 PLANTA DE SITUAÇÃO

ESCALA 1:500



OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

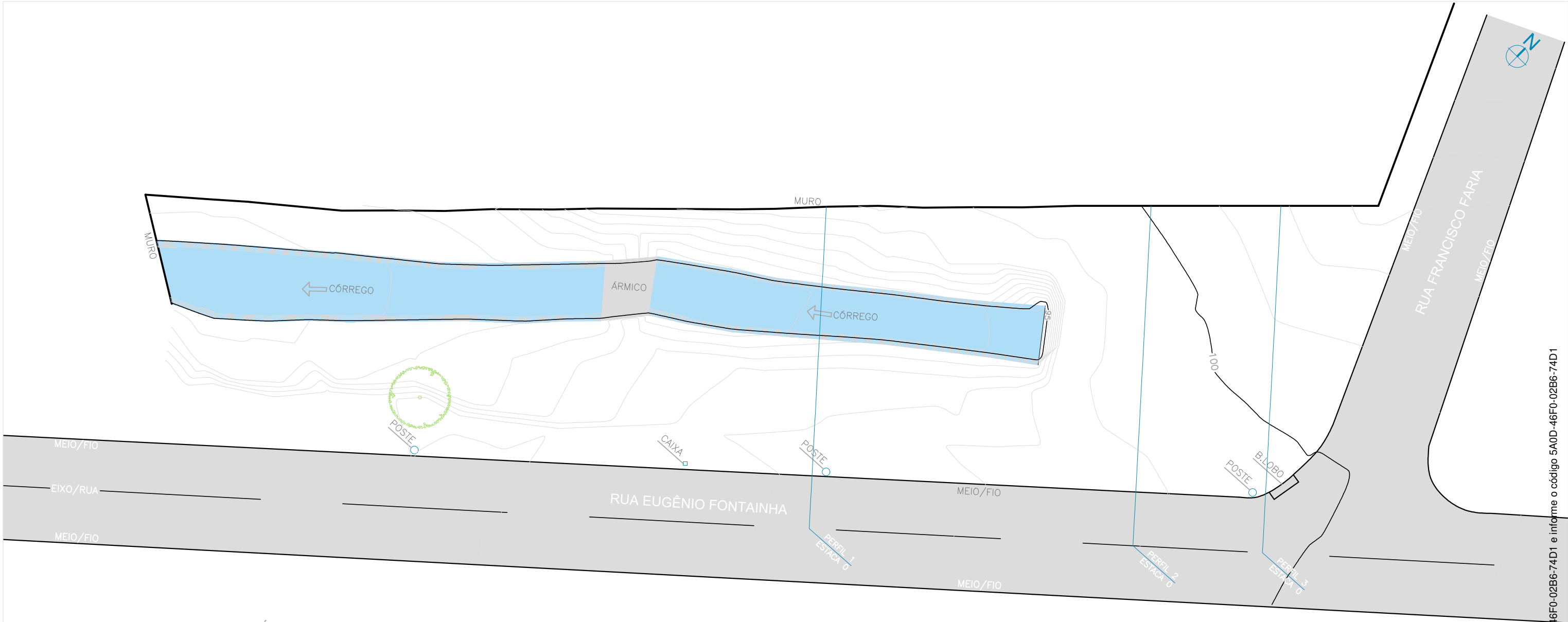
AUTOR (ES) DO PROJETO

Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

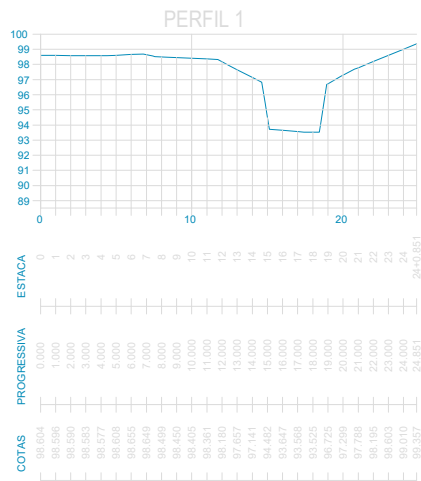
COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

CONTEÚDO
PLANTA DE SITUAÇÃO
ADMINISTRAÇÃO

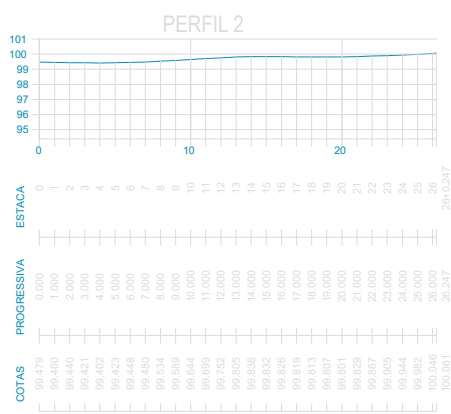
Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)



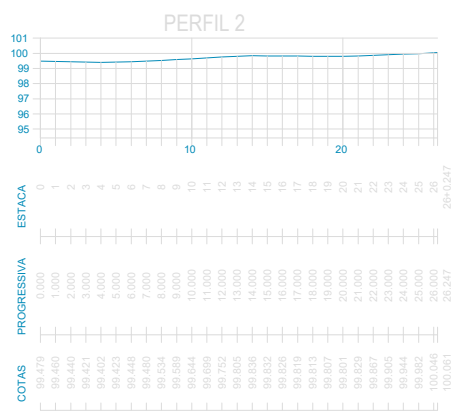
01 PLANTA TOPOGRÁFICA ATUAL
ESCALA 1:300



02 PERFIL 1
ESCALA 1:500



03 PERFIL 2
ESCALA 1:500



04 PERFIL 3
ESCALA 1:500

OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

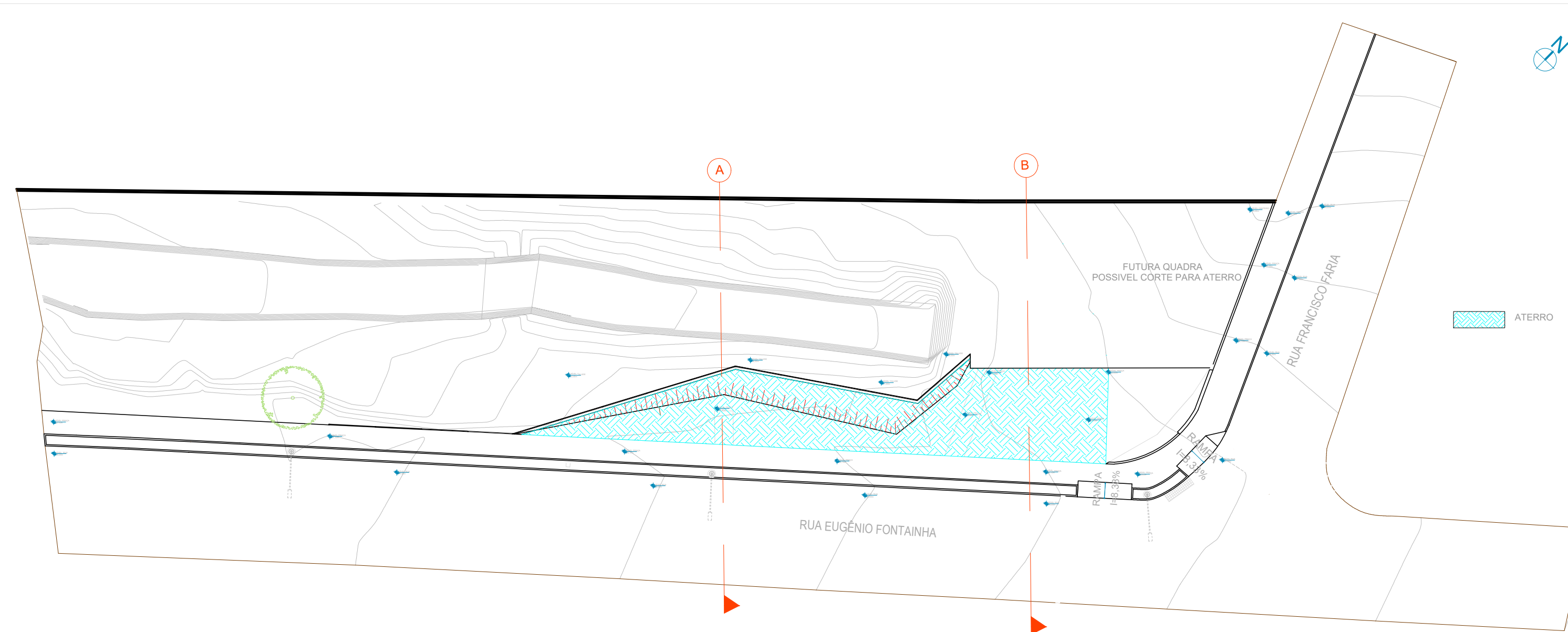
Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

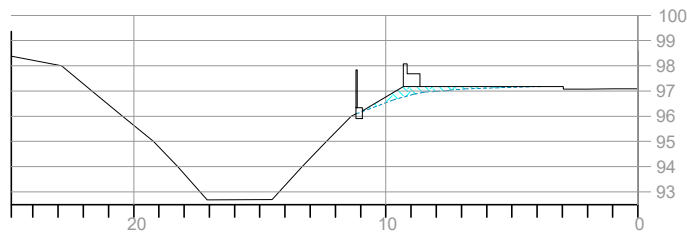
CONTEÚDO
PLANTA TOPOGRÁFICA E PERFIS ATUAIS

ADMINISTRAÇÃO

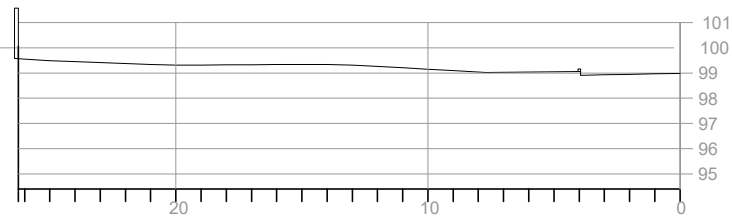
Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)



01 PLANTA DE TERRAPLANAGEM
ESCALA 1:300



02 PERFIL A
ESCALA 1:300



03 PERFIL B
ESCALA 1:300

OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

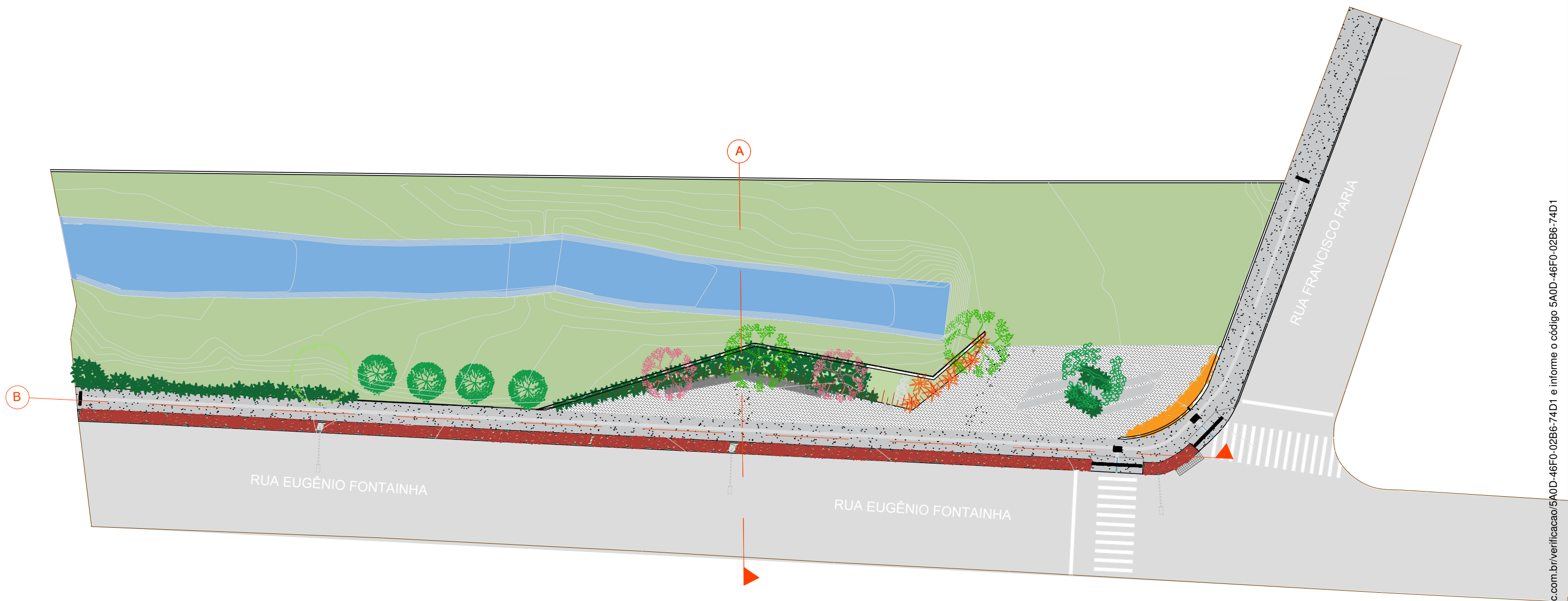
Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

CONTEÚDO PLANTA DE TERRAPLANAGEM E PERFIS

ADMINISTRAÇÃO

Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)



01 PLANTA BASE GERAL
ESCALA 1:300

OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

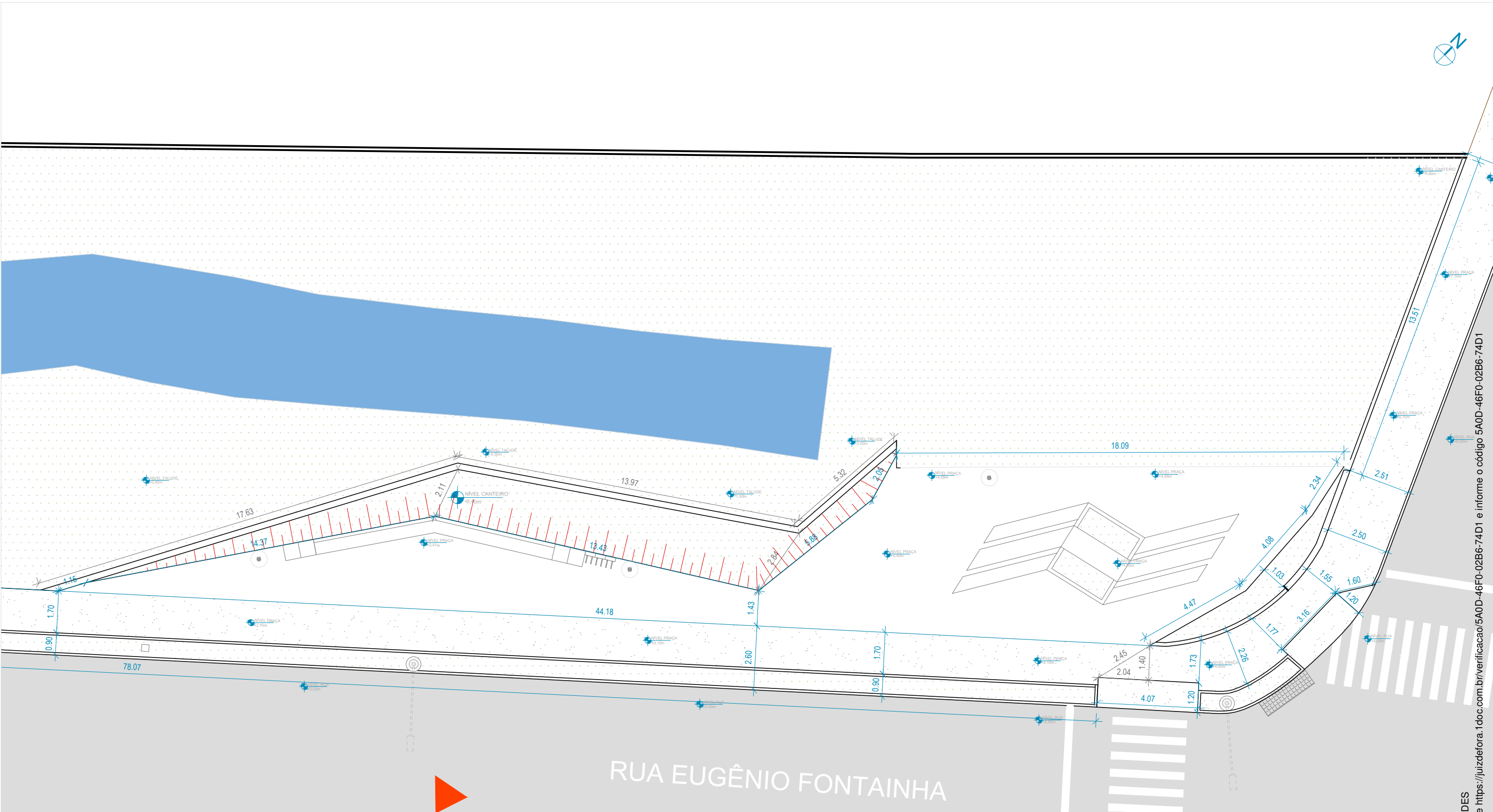
Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

CONTEÚDO
PLANTA BASE GERAL

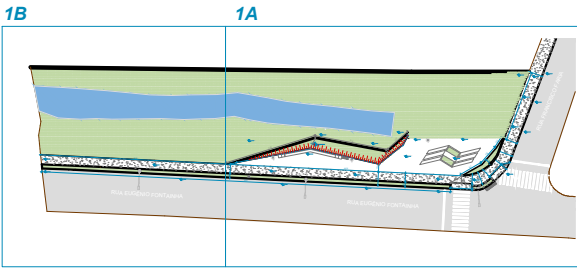
ADMINISTRAÇÃO

Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)



01 PLANTA BAIXA COTADA 1A

ESCALA 1:150



OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS A E B
- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

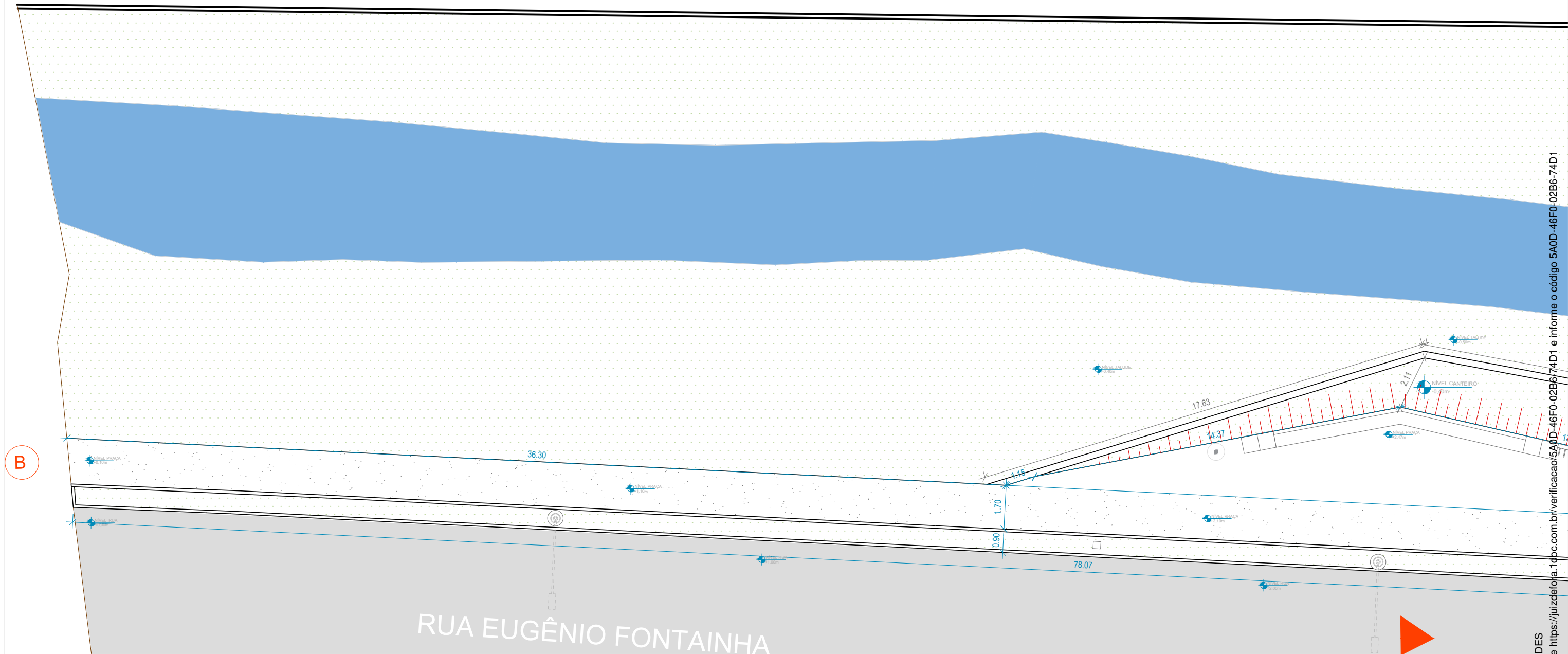
Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

CONTEÚDO PLANTA BAIXA COTADA 1A

ADMINISTRAÇÃO

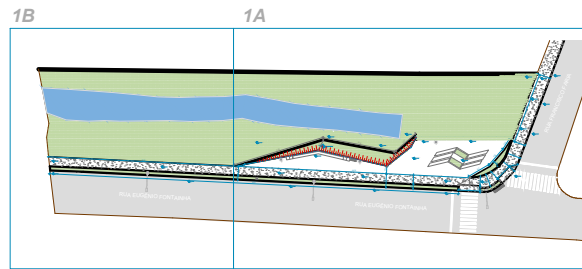
Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)



B

01 PLANTA BAIXA COTADA 1B

ESCALA 1:150



OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS A E B
- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

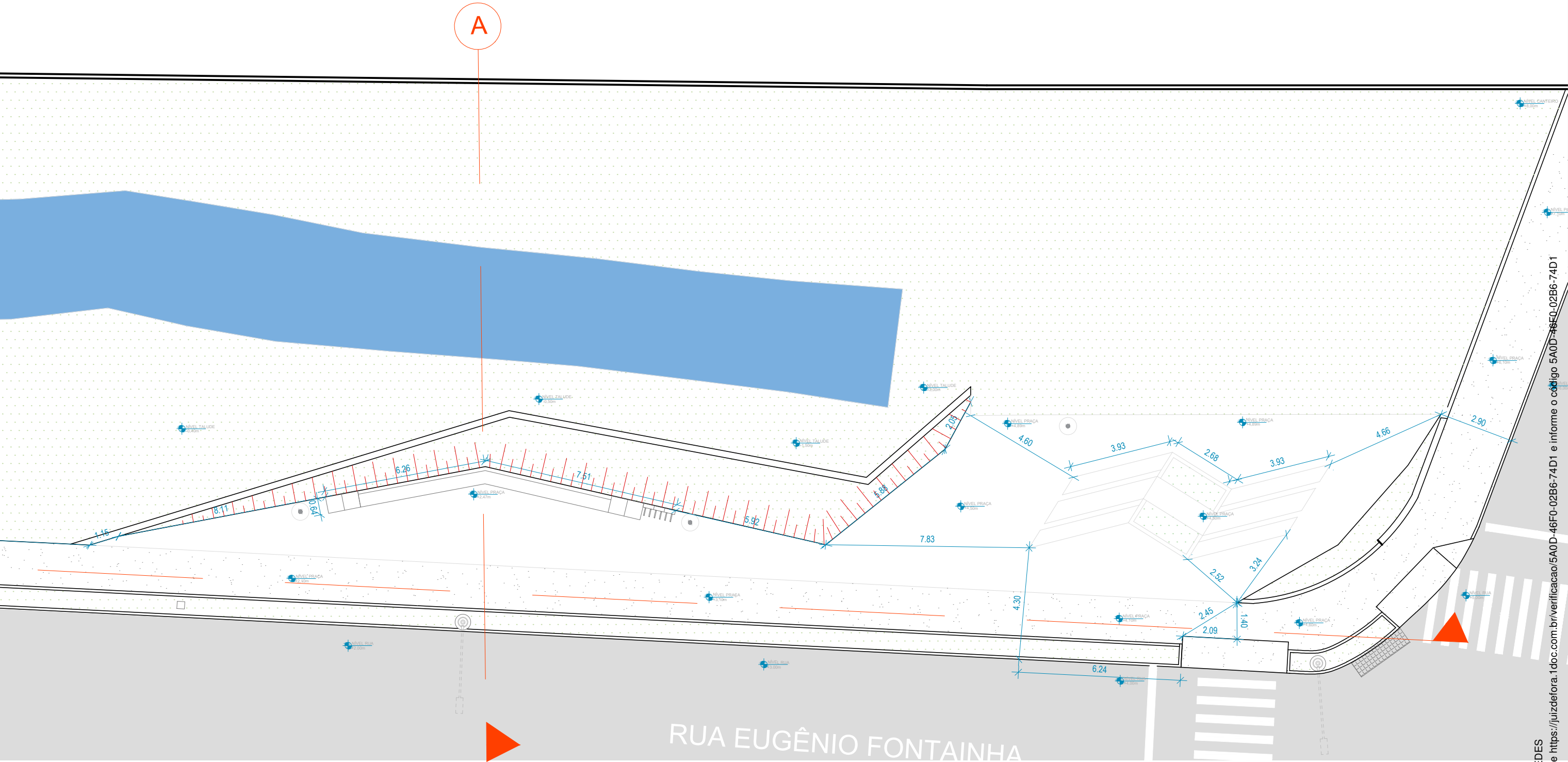
Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

CONTEÚDO
PLANTA BAIXA COTADA 1B

ADMINISTRAÇÃO

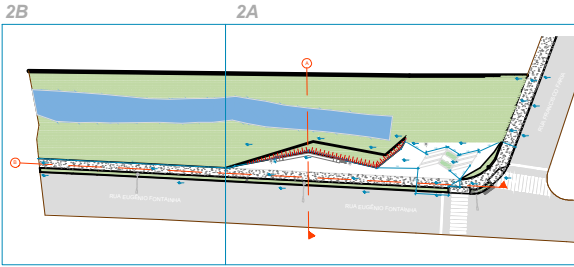
Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)



01

PLANTA BAIXA COTADA 2A

ESCALA 1:150



Juiz de Fora
Secretaria de Planejamento
Urbano - SEPUR / SPPU



OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS A E B
- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

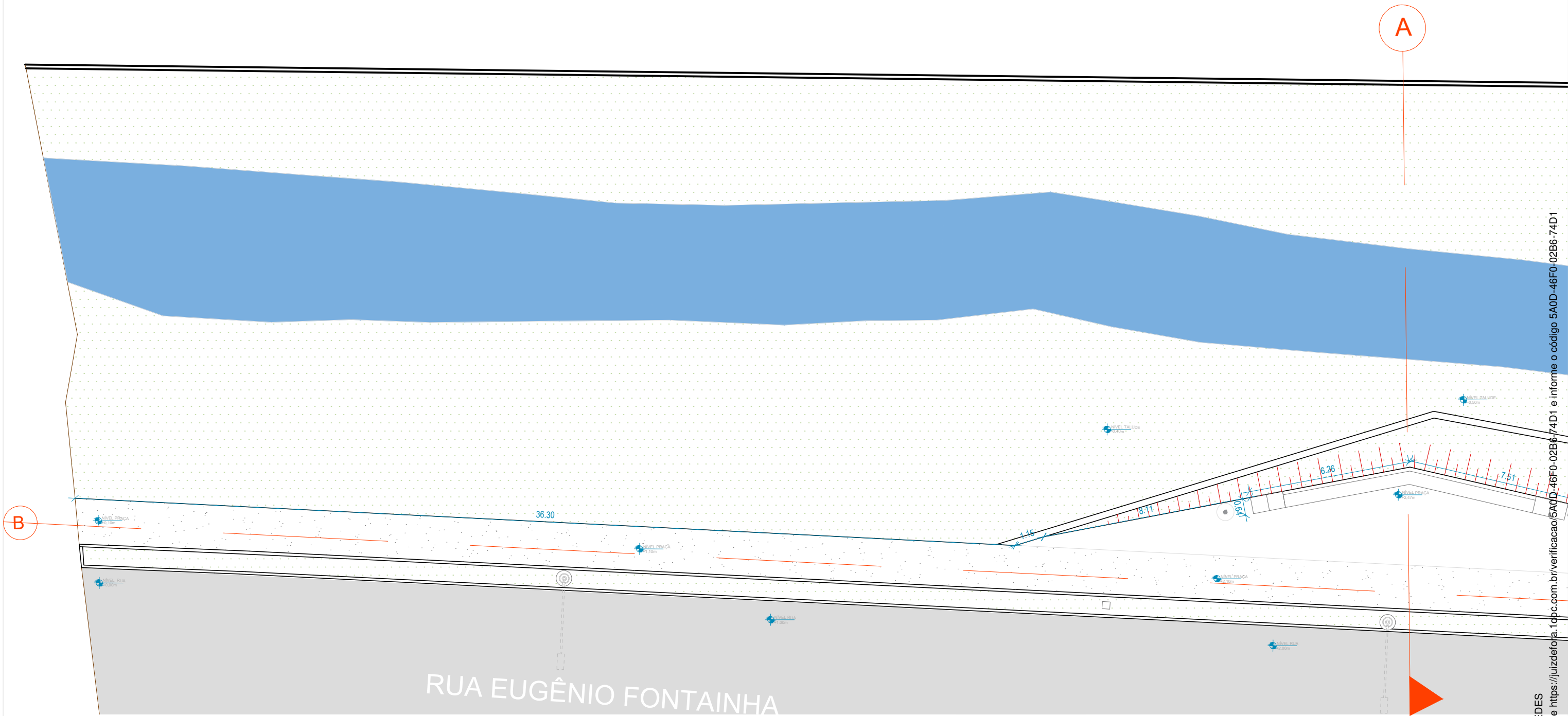
CONTEÚDO
PLANTA BAIXA COTADA 2A

ADMINISTRAÇÃO

Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)

Assinado por 1 pessoa: MARIANA PINTO GUEDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/5A0D-46F0-02B6-74D1> e informe o código 5A0D-46F0-02B6-74D1





B

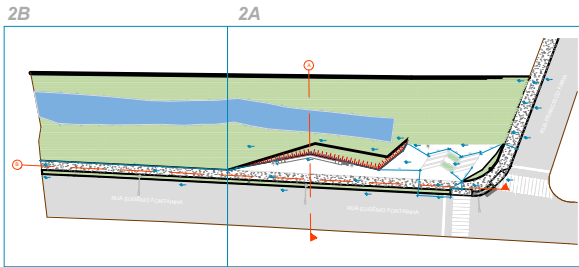
A

RUA EUGÊNIO FONTAINHA

01

PLANTA BAIXA COTADA 2B

ESCALA 1:150



Juiz de Fora
Secretaria de Planejamento
Urbano - SEPUR / SPPU



OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS A E B
- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

CONTEÚDO
PLANTA BAIXA COTADA 2B

ADMINISTRAÇÃO

Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)

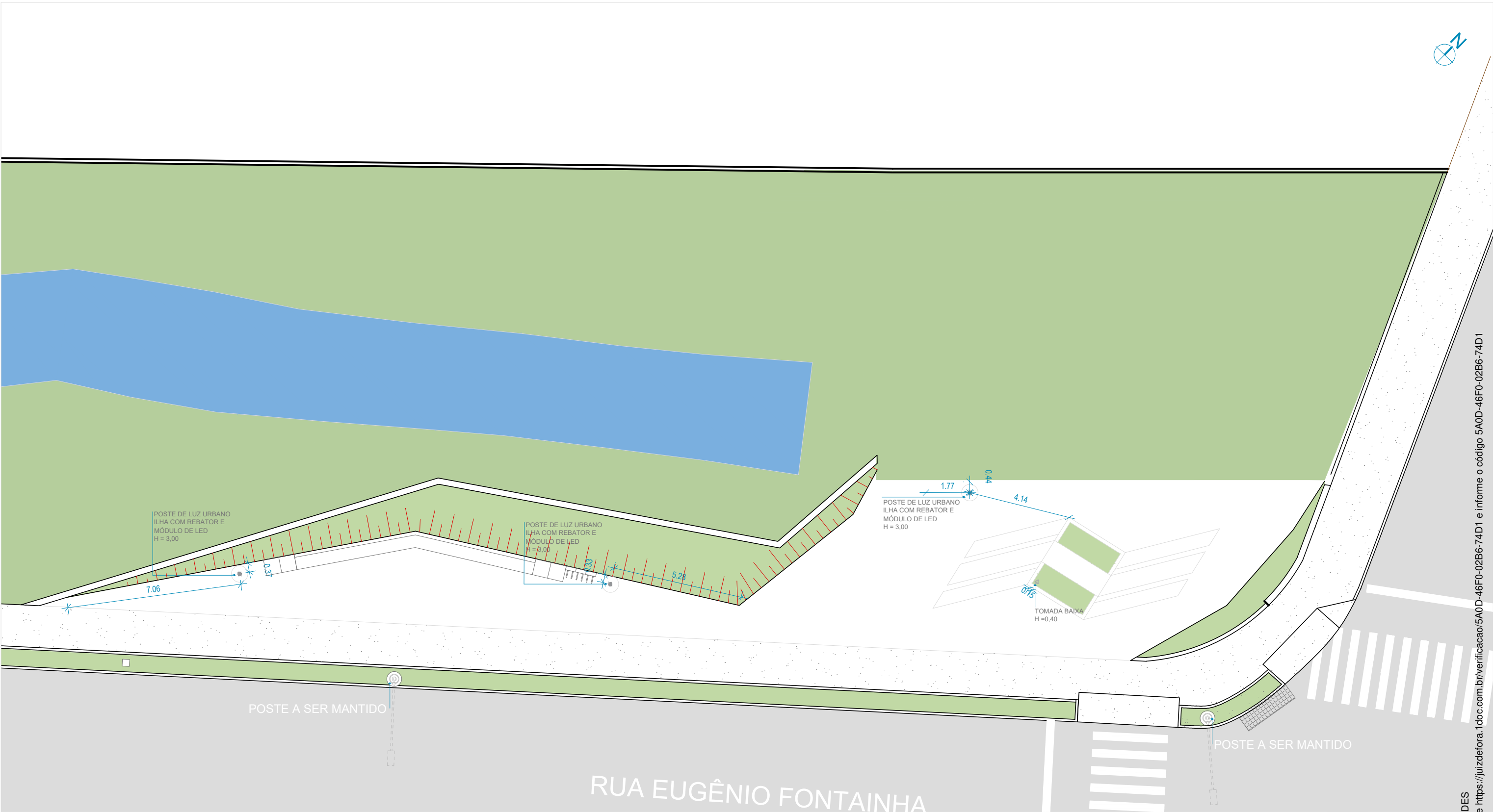
Assinado por 1 pessoa: MARIANA PINTO GUEDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juizdefora.1dpcc.com.br/verificacao/5A0D-46F0-02B6-74D1> e informe o código 5A0D-46F0-02B6-74D1

F

22

16





01 PLANTA BAIXA DE ILUMINAÇÃO E PONTOS ELÉTRICOS

ESCALA 1:150

LEGENDA PONTOS ILUMINAÇÃO E ELÉTRICOS	
	POSTE DE LUZ URBANO ILHA COM REBATOR E MÓDULO DE LED
	POSTE
	TOMADA BAIXA



OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS A E B
- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

CONTEÚDO PLANTA BAIXA DE ILUMINAÇÃO E PONTOS ELÉTRICOS

ADMINISTRAÇÃO

Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)



01

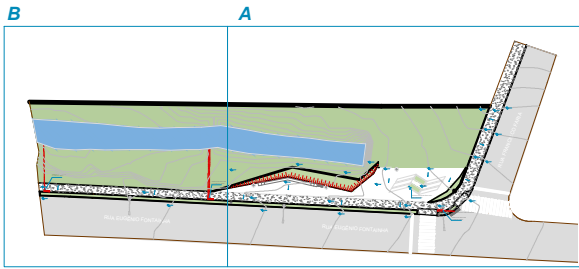
PLANTA BAIXA DE INDICAÇÃO DE DRENAGEM E PONTOS HIDRÁULICOS A

ESCALA 1:150

LEGENDA PONTOS HIDRAULICOS



Registro de Pressão Água Fria



Juiz de Fora
Secretaria de Planejamento
Urbano - SEPUR /SPPU



OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS A E B
- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

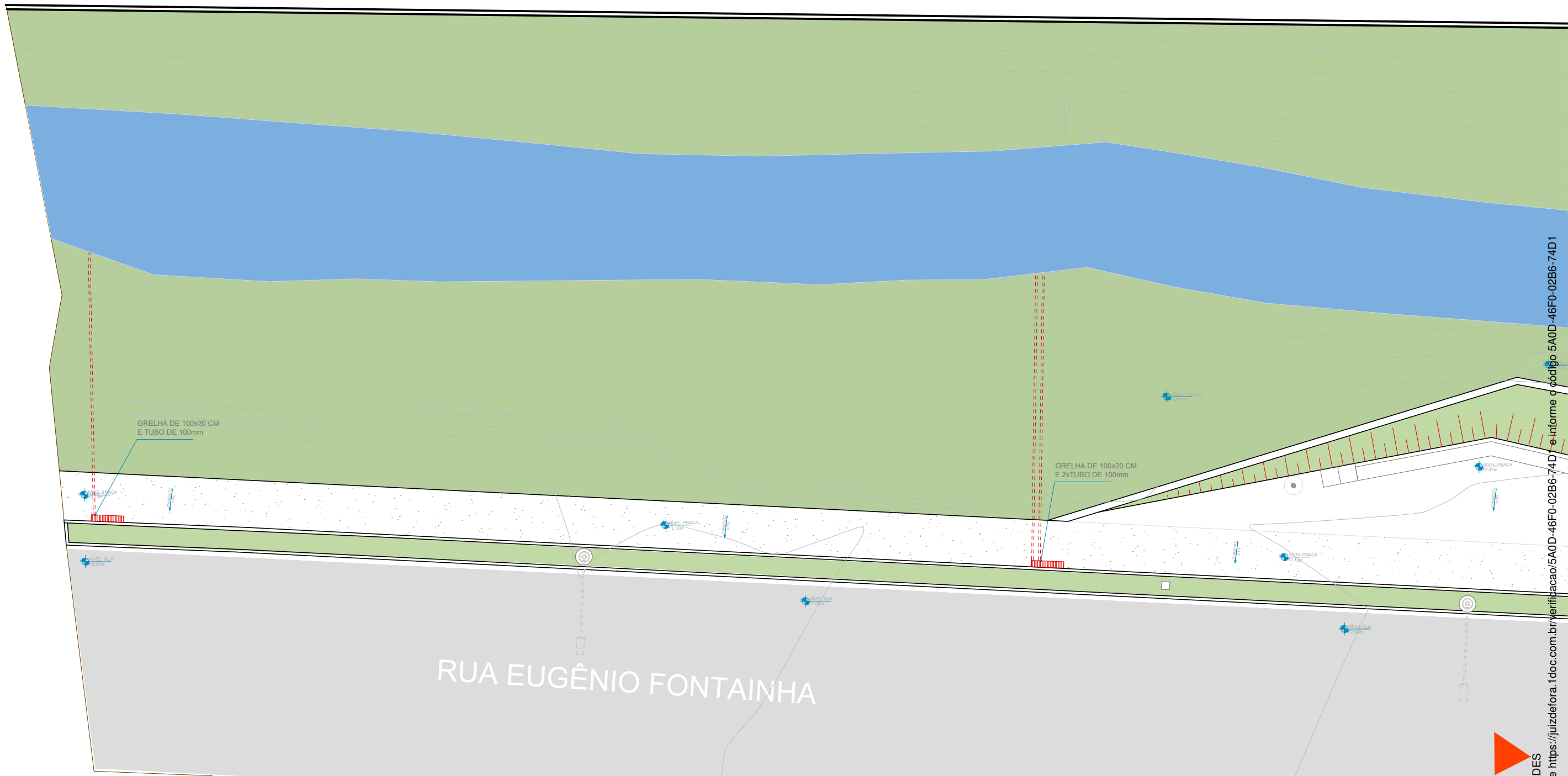
CONTEÚDO

PLANTA BAIXA DE INDICAÇÃO DE DRENAGEM E PONTOS HIDRÁULICOS A

ADMINISTRAÇÃO

Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)

Assinado por 1 pessoa: MARIANA PINTO GUEDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/5A0D-46F0-02B6-74D1> e informe o código 5A0D-46F0-02B6-74D1

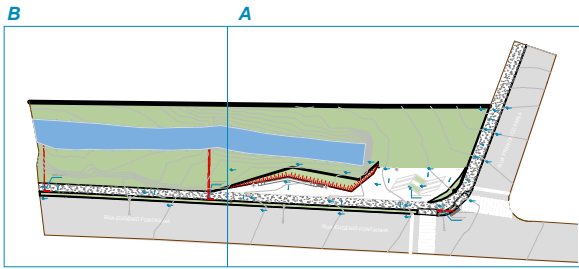


01

PLANTA BAIXA DE INDICAÇÃO DE DRENAGEM E PONTOS HIDRÁULICOS **B**

ESCALA 1:150

LEGENDA PONTOS HIDRAULICOS	
	Registro de Pressão Água Fria



Juiz de Fora
Secretaria de Planejamento
Urbano - SEPUR / SPPU



OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS **A** E **B**
- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

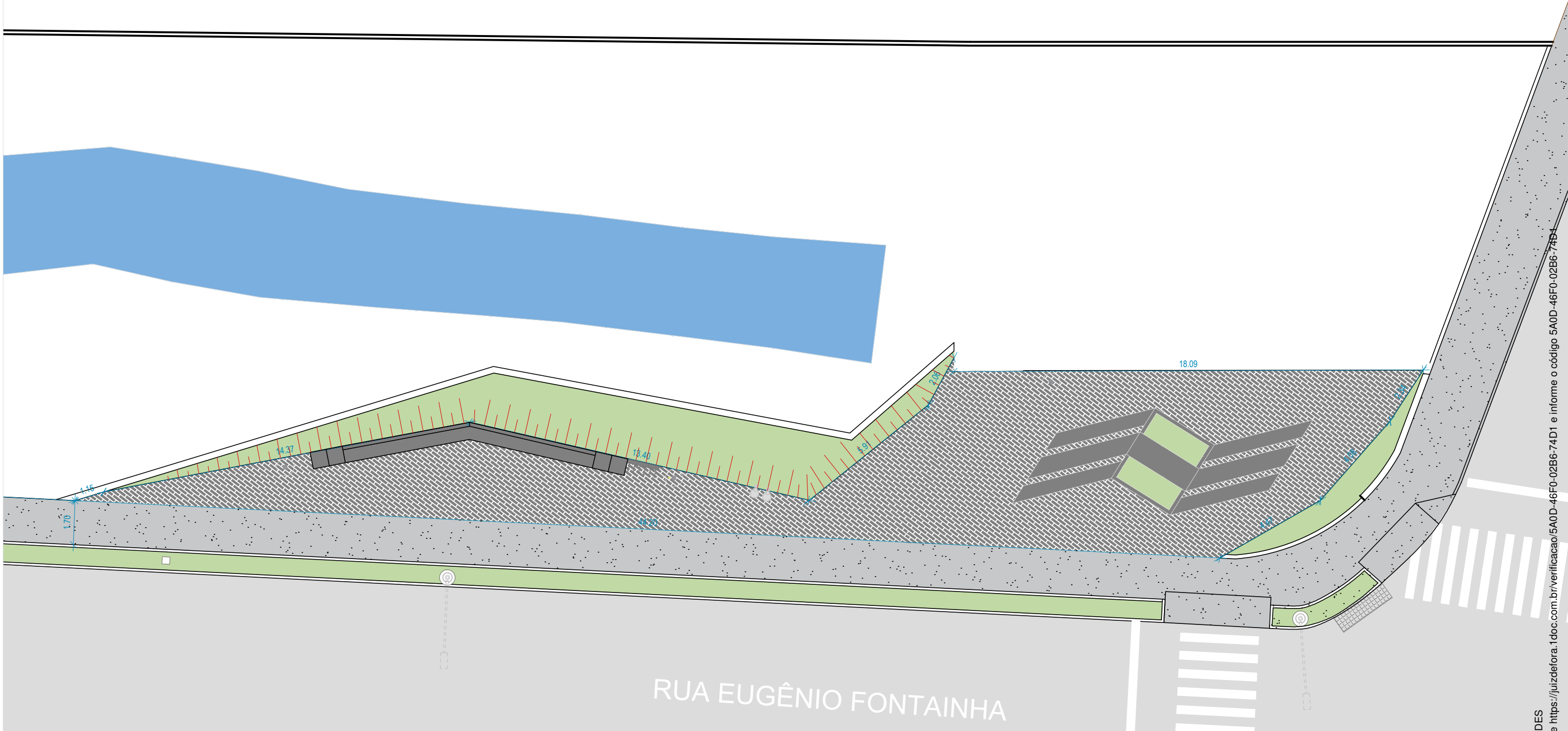
CONTEÚDO

PLANTA BAIXA DE INDICAÇÃO DE DRENAGEM E PONTOS HIDRÁULICOS **B**

ADMINISTRAÇÃO

Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)

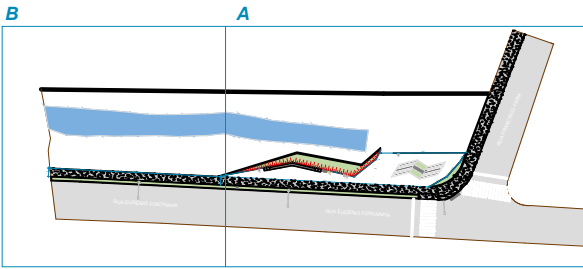
Assinado por 1 pessoa: MARIANA PINTO GUEDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/5A0D-46F0-02B6-74D1> e informe o código 5A0D-46F0-02B6-74D1



01 PLANTA BAIXA DE PAGINAÇÃO DE PISO E INDICAÇÃO DE MATERIAIS A

ESCALA 1:150

QUANTITATIVO DE MATERIAIS		
	ÁREA (m²)	ESPECIFICAÇÃO
	243m²	CONCRETO COM ACABAMENTO VASSOURADO
	191m²	PISO INTERTRAVADO RETANGULAR - 4 x 6 x 8 CM - COR CINZA NATURAL
	121m²	GRAMA ESMERALDA



OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS A E B
- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

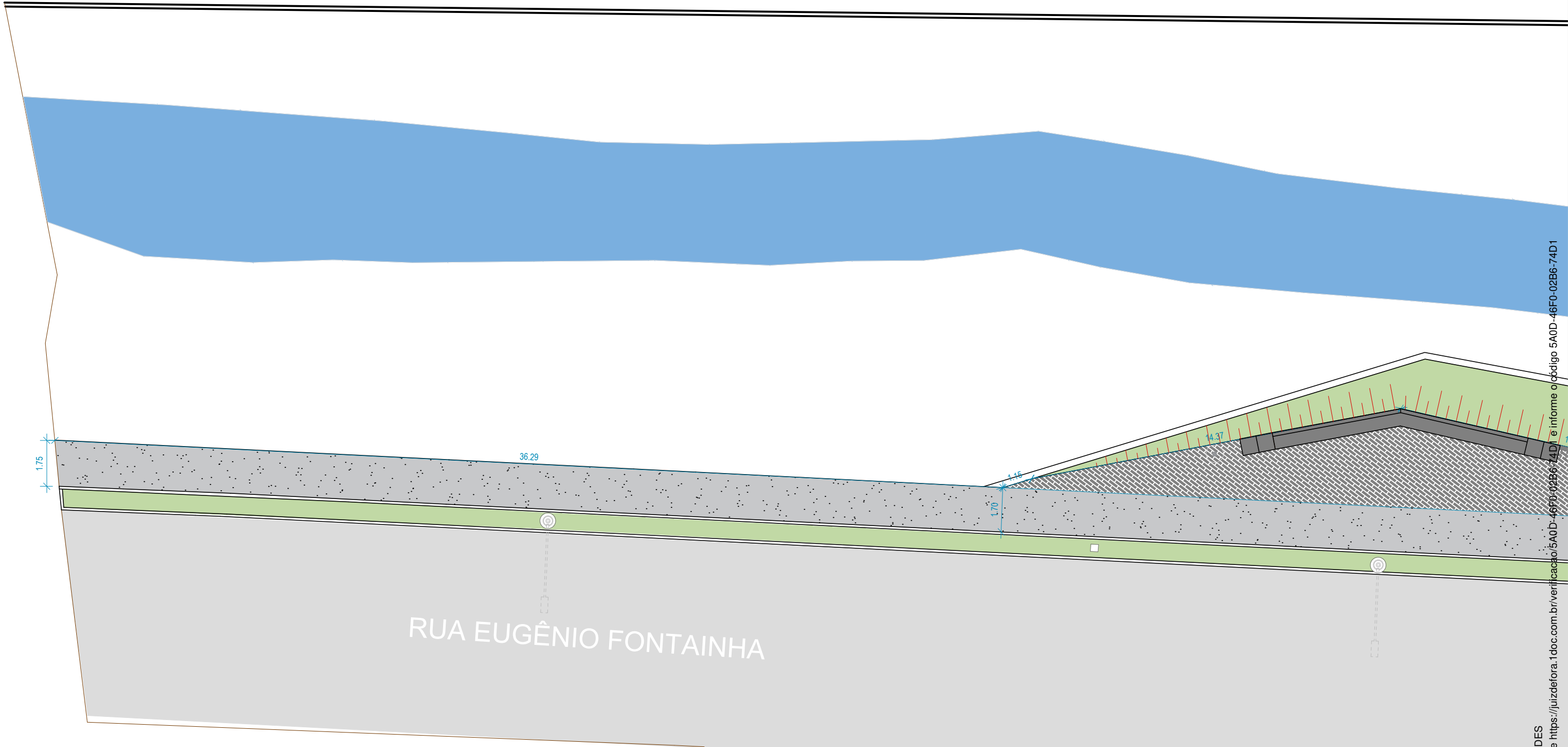
Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

CONTEÚDO



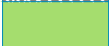
PLANTA BAIXA DE PAGINAÇÃO DE PISO E INDICAÇÃO DE MATERIAIS A

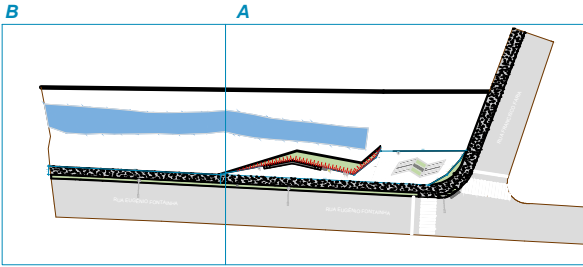
ADMINISTRAÇÃO
Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)



01 PLANTA BAIXA DE PAGINAÇÃO DE PISO E INDICAÇÃO DE MATERIAIS **B**

ESCALA 1:150

QUANTITATIVO DE MATERIAIS		
	ÁREA (m²)	ESPECIFICAÇÃO
	243m²	CONCRETO COM ACABAMENTO VASSOURADO
	191m²	PISO INTERTRAVADO RETANGULAR - 4 x 6 x 8 CM - COR CINZA NATURAL
	121m²	GRAMA ESMERALDA



OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS **A** E **B**
- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

CONTEÚDO

PLANTA BAIXA DE PAGINAÇÃO DE PISO E INDICAÇÃO DE MATERIAIS **B**

ADMINISTRAÇÃO

Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)

Assinado por 1 pessoa: MARIANA PINTO GUEDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/5A0D-46F0-02B6-74D1> e informe o código 5A0D-46F0-02B6-74D1

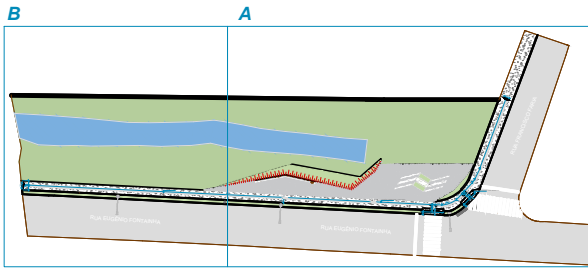


01

PLANTA BAIXA DE ACESSIBILIDADE A

ESCALA 1:150

QUADRO DE INCLINAÇÕES	
RAMPA	INCLINAÇÃO
R1	8,33%
R2	8,33%



Juiz de Fora
Secretaria de Planejamento
Urbano - SEPUR / SPPU



OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS A E B
- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

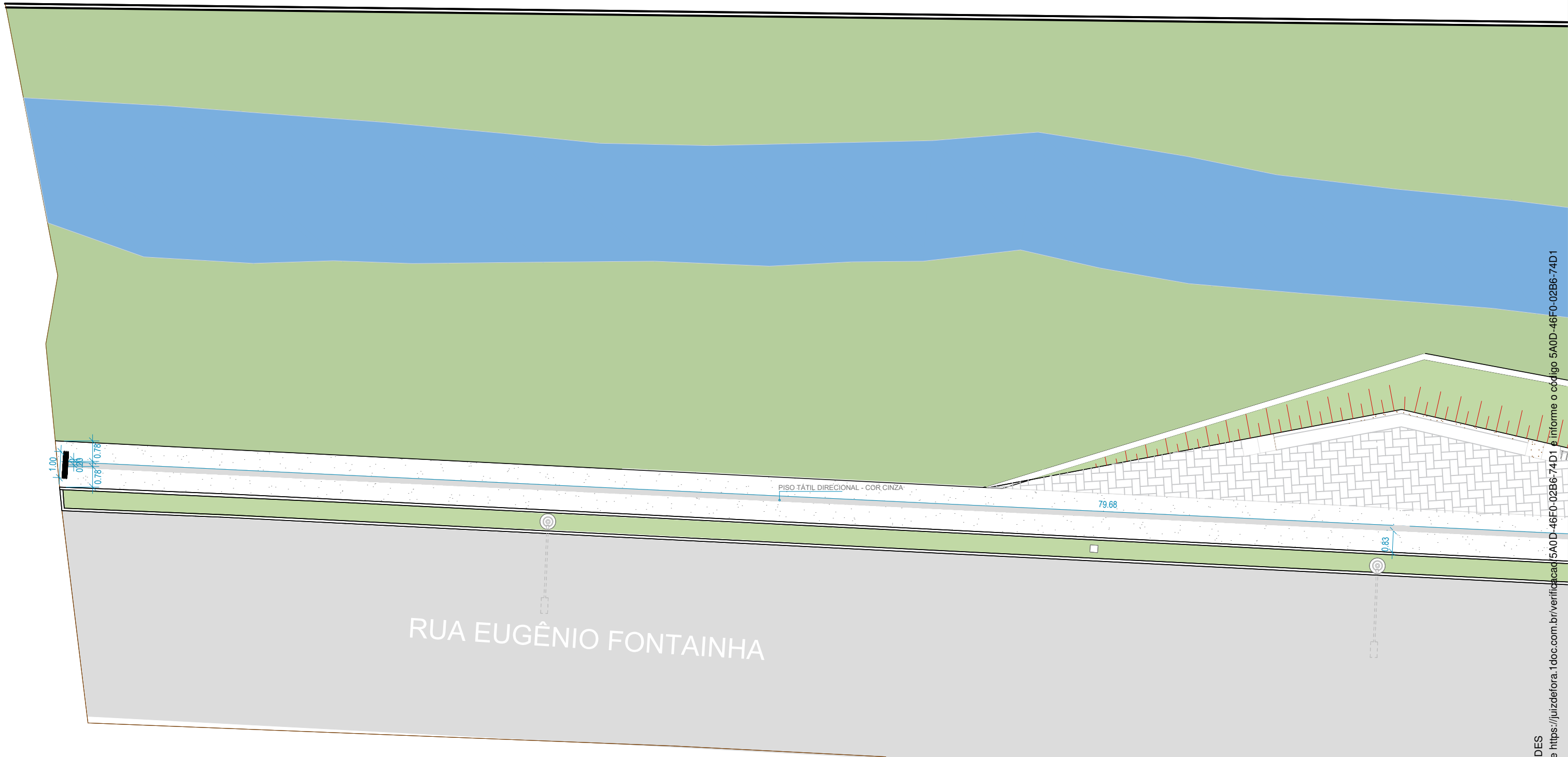
COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

CONTEÚDO PLANTA BAIXA DE ACESSIBILIDADE A

ADMINISTRAÇÃO

Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)

Assinado por 1 pessoa: MARIANA PINTO GUEDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/5A0D-02B6-74D1> e informe o código 5A0D-46F0-02B6-74D1

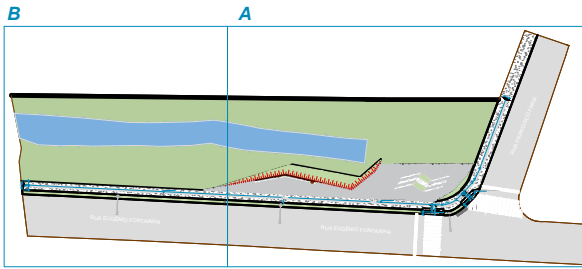


01

PLANTA BAIXA DE ACESSIBILIDADE **B**

ESCALA 1:150

QUADRO DE INCLINAÇÕES	
RAMPA	INCLINAÇÃO
R1	8,33%
R2	8,33%



Juiz de Fora
Secretaria de Planejamento
Urbano - SEPUR / SPPU



OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS **A** E **B**
- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

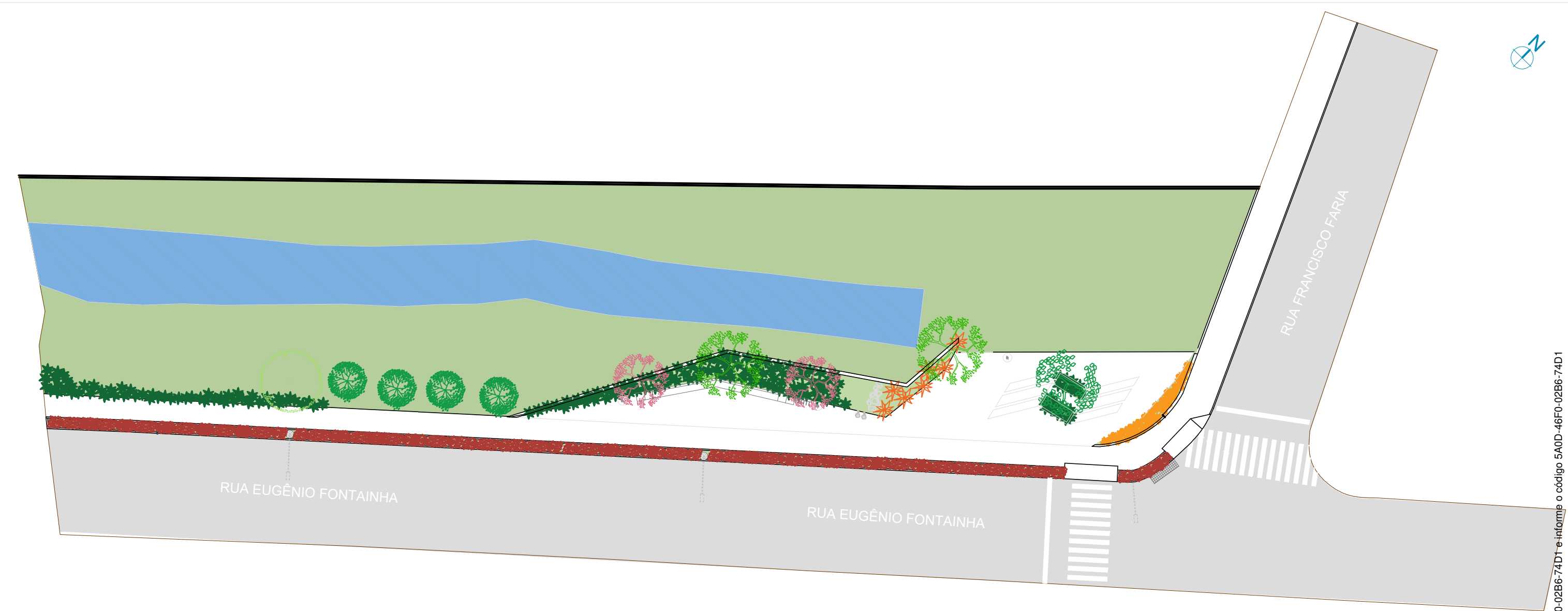
COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

CONTEÚDO
PLANTA BAIXA DE ACESSIBILIDADE **B**












ADMINISTRAÇÃO

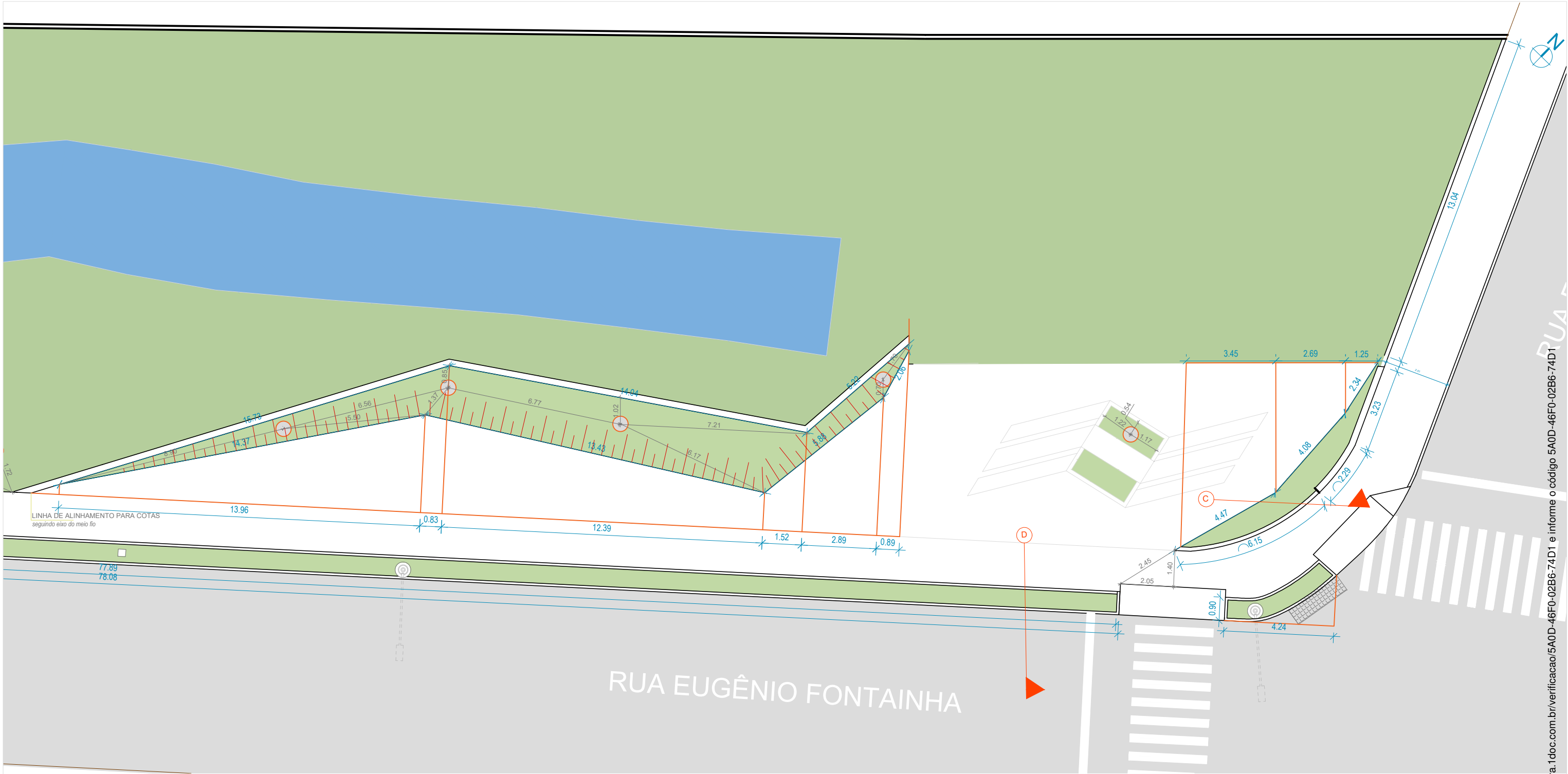
Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)

Assinado por 1 pessoa: MARIANA PINTO GUEDES
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://juizdefora.1doc.com.br/verificacaodoc/5A0D-46F0-02B6-74D1> e informe o código 5A0D-46F0-02B6-74D1

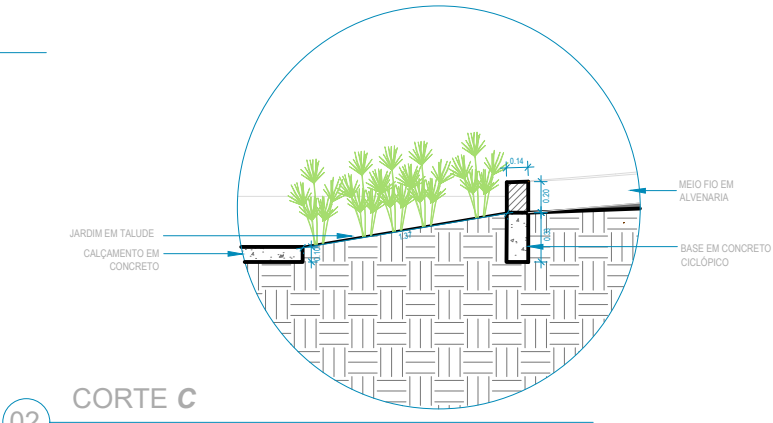


01 PLANTA BASE PAISAGISMO
ESCALA 1:300

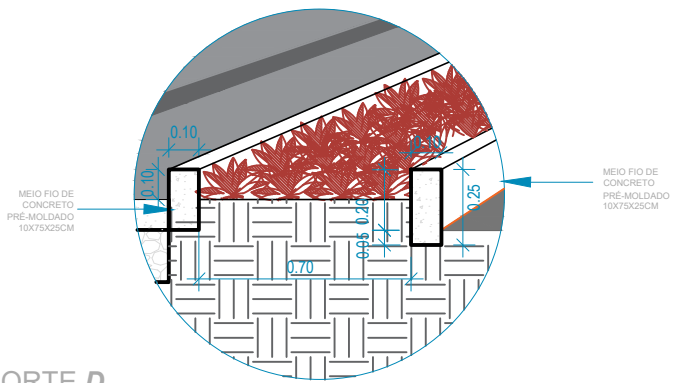
ESPÉCIES		QNTD.		
	OITI <i>Licania tomentosa</i>	01		EVÔNIO <i>Euonymus</i> 04
	JABUTICABEIRA <i>Plinia cauliflora</i>	01		HELICÔNIA PAPAGAIO <i>Heliconia psittacorum</i> 7m²
	PATA DE VACA <i>Bauhinia forficata</i>	02		BROMÉLIA PORTO SEGURO <i>Aechmea blanchetiana</i> 07
	RESEDÁ ROSA <i>Lagerstroemia indica</i>	02		CURCULIGO <i>Curculigo capitulata</i> 91m³
	ÁRVORE EXISTENTE	01		PERIQUITO VERMELHO <i>Alternanthera ficoidea</i> 57
				FORRAÇÃO GRAMA ESMERALDA <i>Schinus molle</i> 121m²



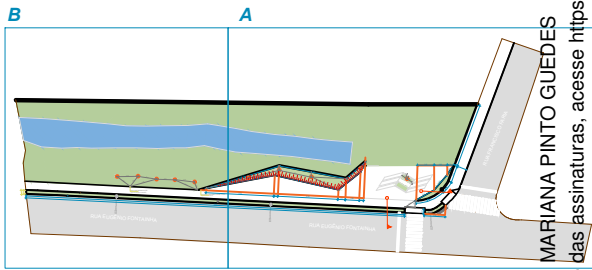
01 PLANTA BAIXA DE PAISAGISMO A
ESCALA 1:150



02 CORTE C
ESCALA 1:50



03 CORTE D
ESCALA 1:25



OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS A E B
- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

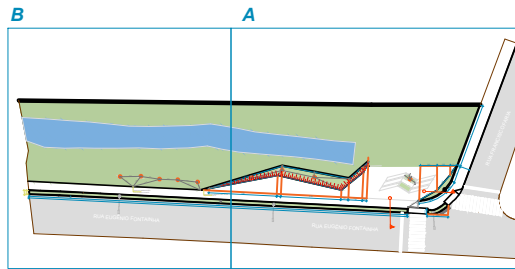
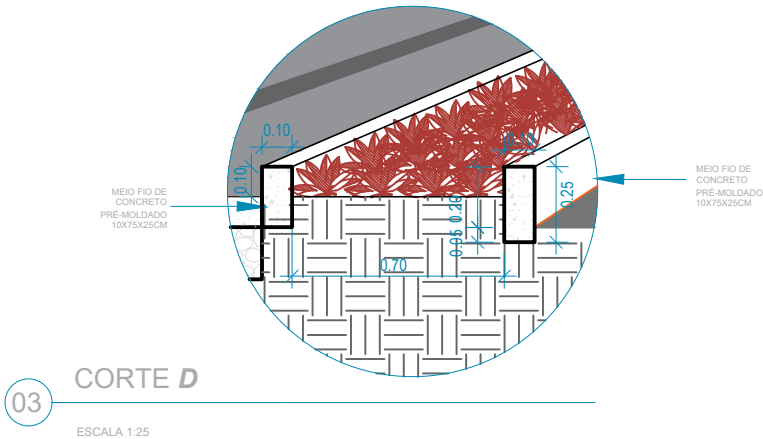
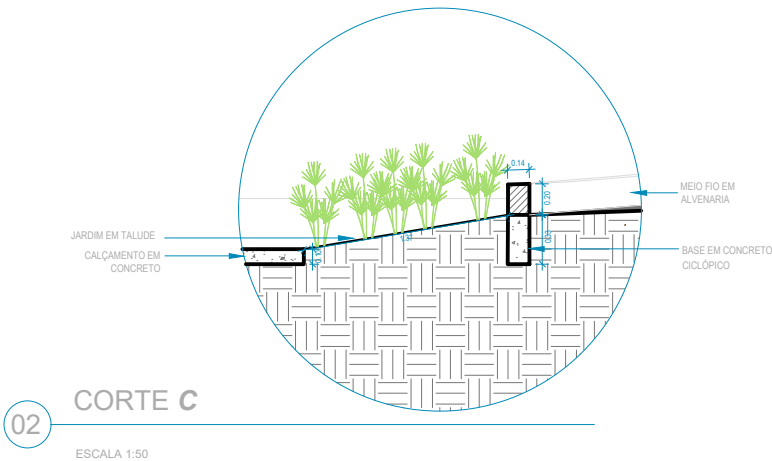
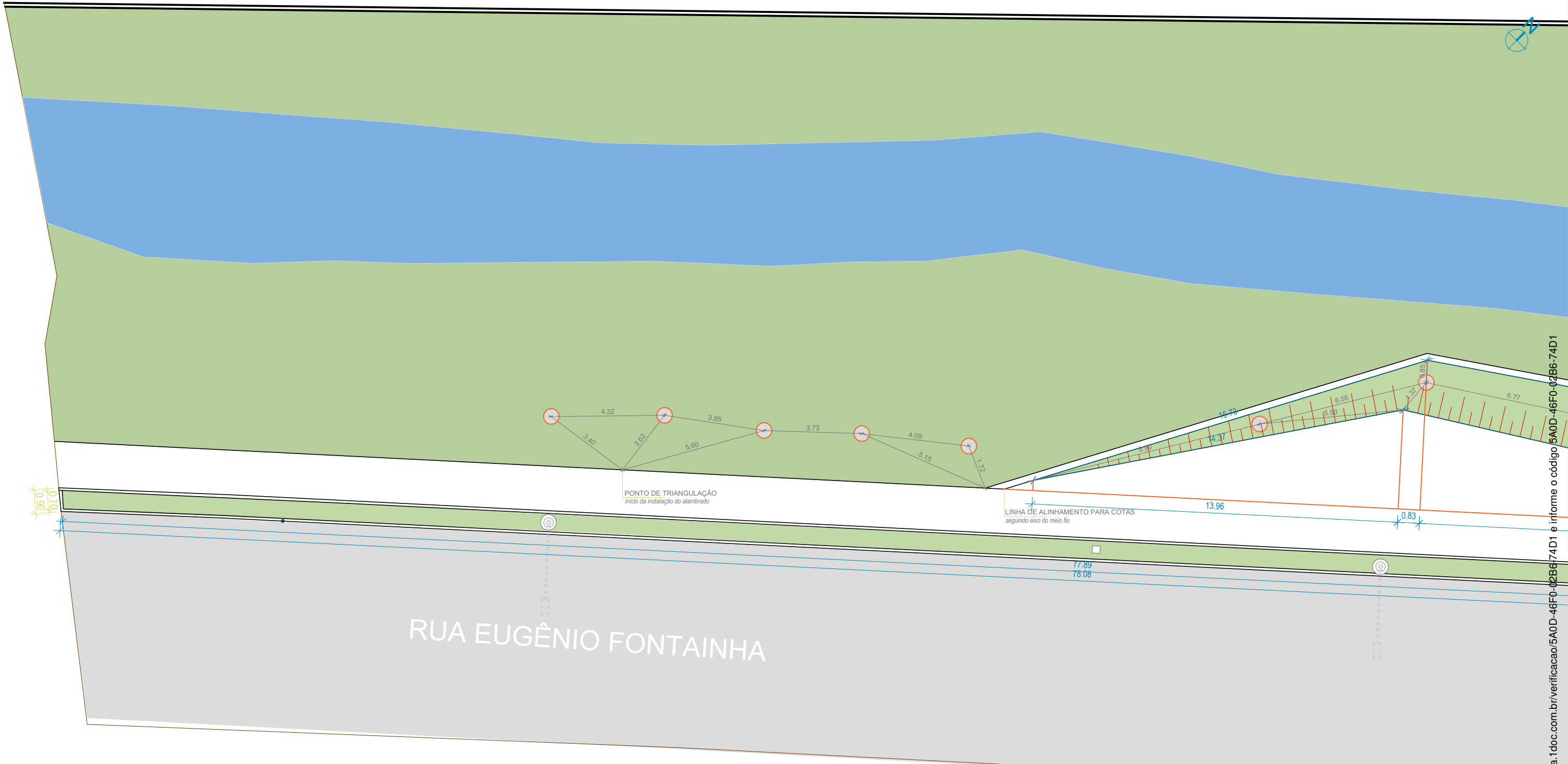
Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

CONTEÚDO PLANTA BAIXA DE PAISAGISMO A

ADMINISTRAÇÃO

Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)



OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS A E B
- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

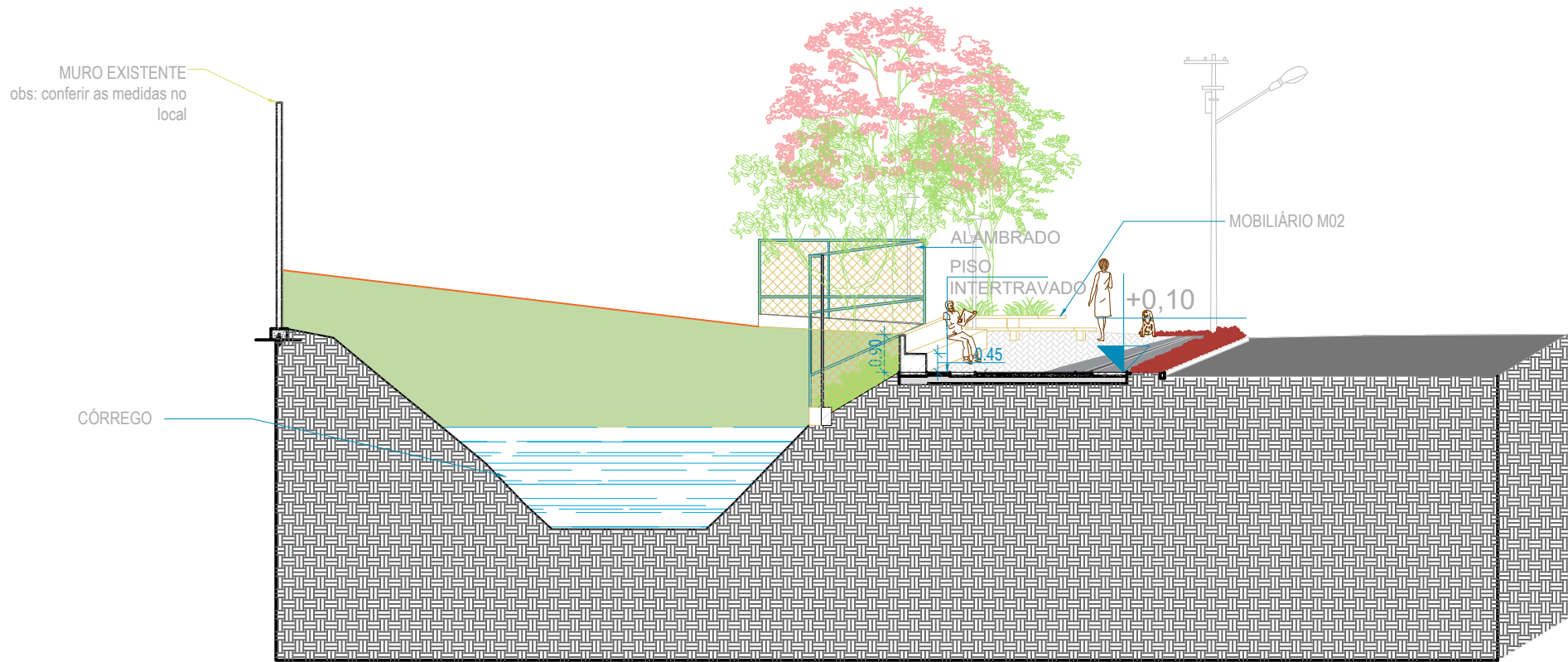
Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

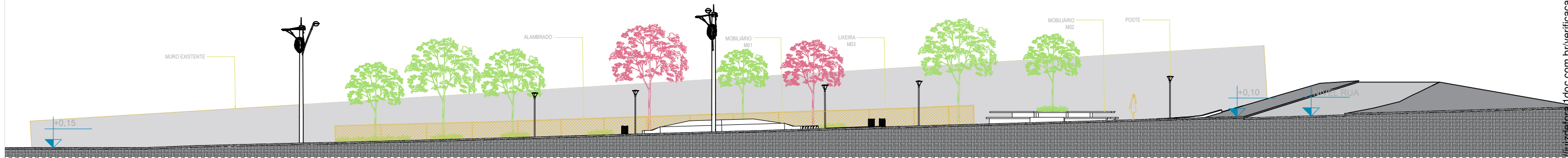
CONTEÚDO PLANTA BAIXA DE PAISAGISMO B

ADMINISTRAÇÃO

Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)



01 CORTE A
ESCALA 1:150



02 CORTE B
ESCALA 1:300

OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS A E B
- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

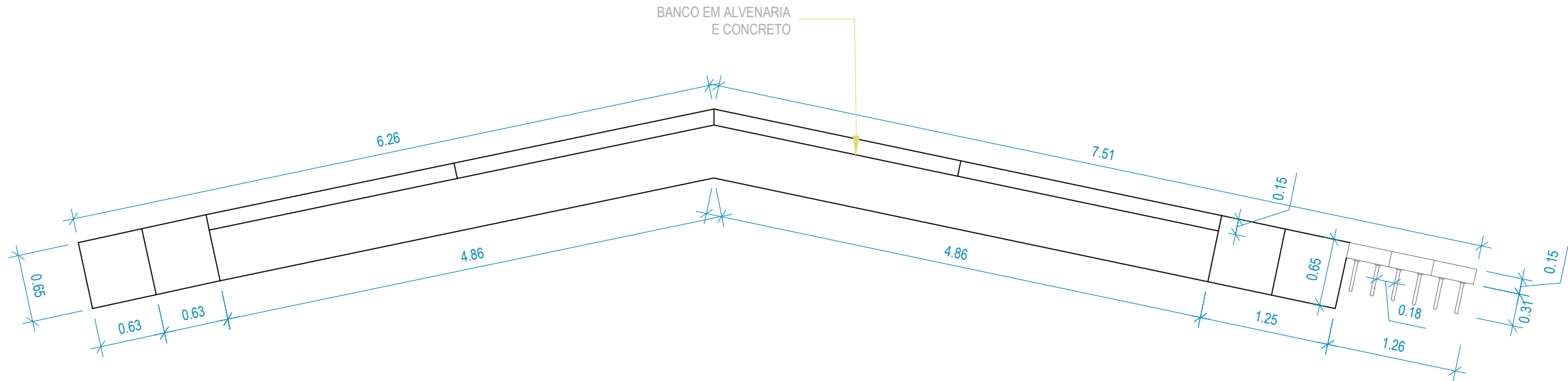
Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

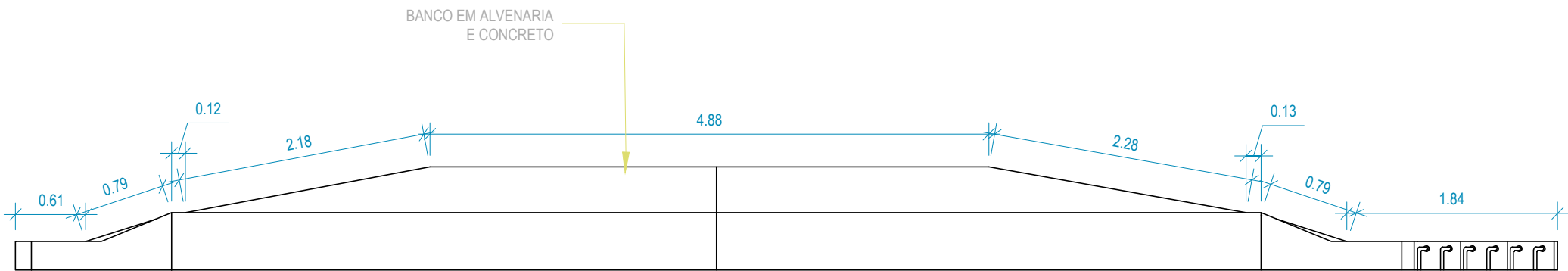
CONTEÚDO
CORTES A E B

ADMINISTRAÇÃO

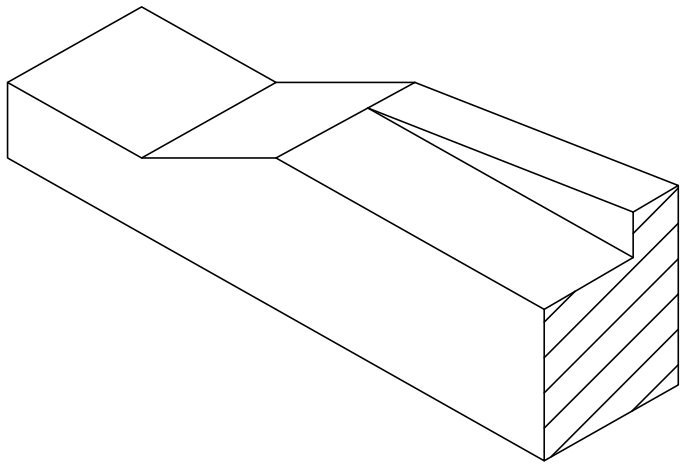
Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)



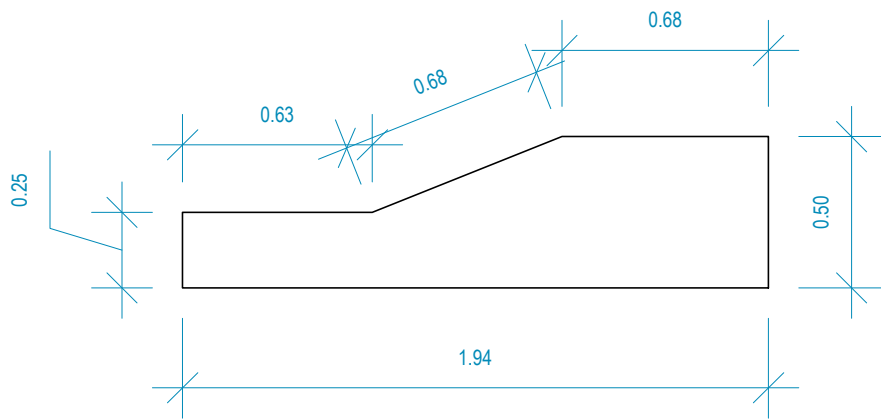
01 PLANTA BAIXA MOBILIÁRIO 01
ESCALA 1:50



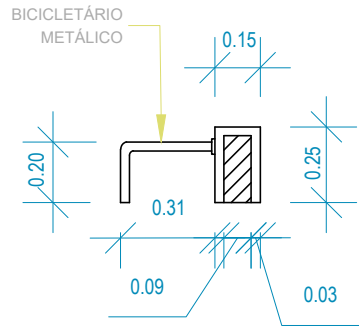
02 VISTA GERAL
ESCALA 1:50



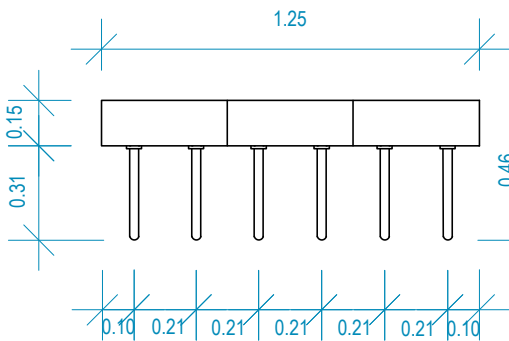
03 PERSPECTIVA ISOMÉTRICA
ESCALA 1:25



04 DETALHE BANCO INCLINADO
ESCALA 1:25



05 VISTA BICICLETÁRIO
ESCALA 1:25



06 CORTE BICICLETÁRIO
ESCALA 1:25

OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS A E B
- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

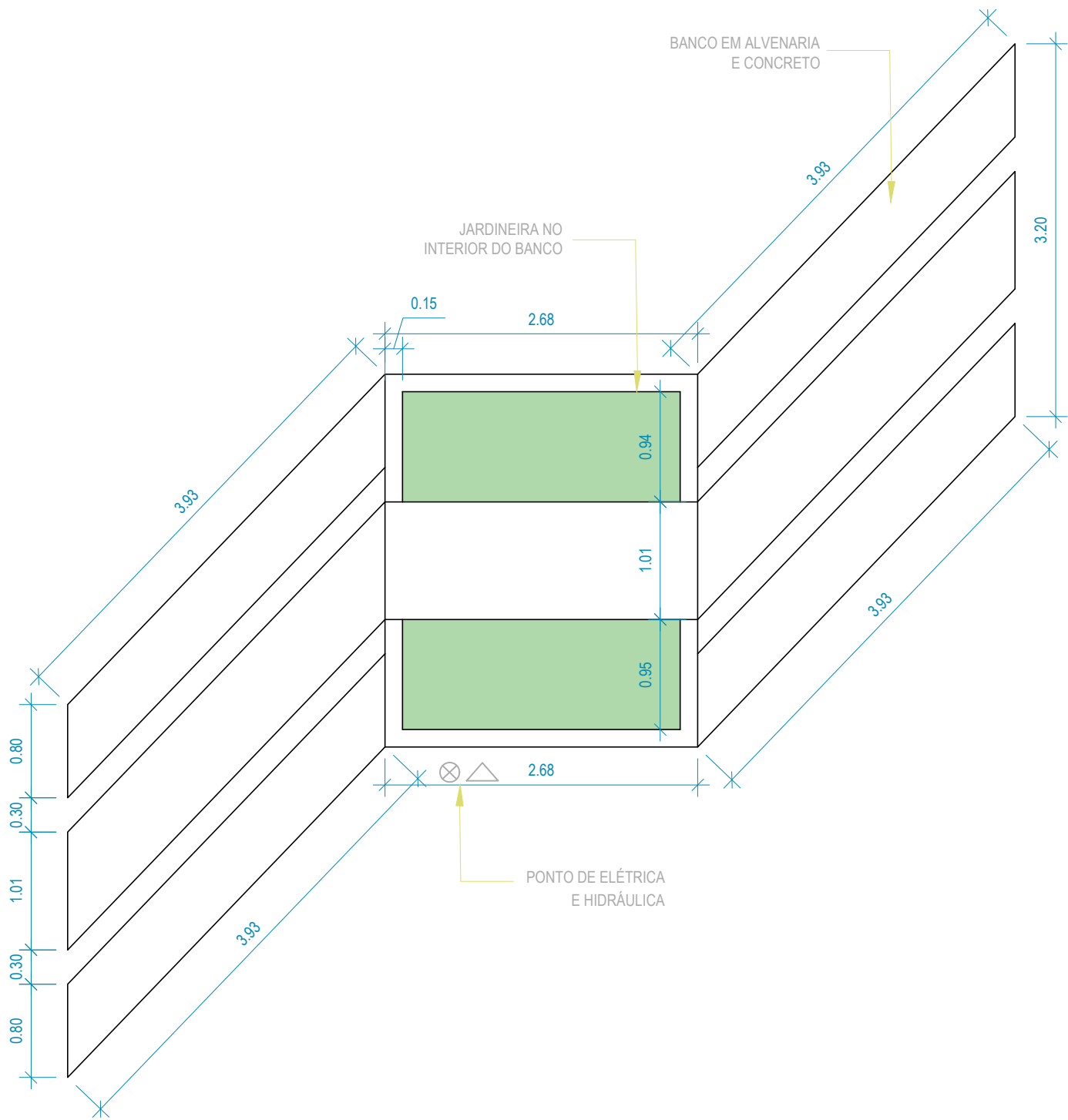
Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

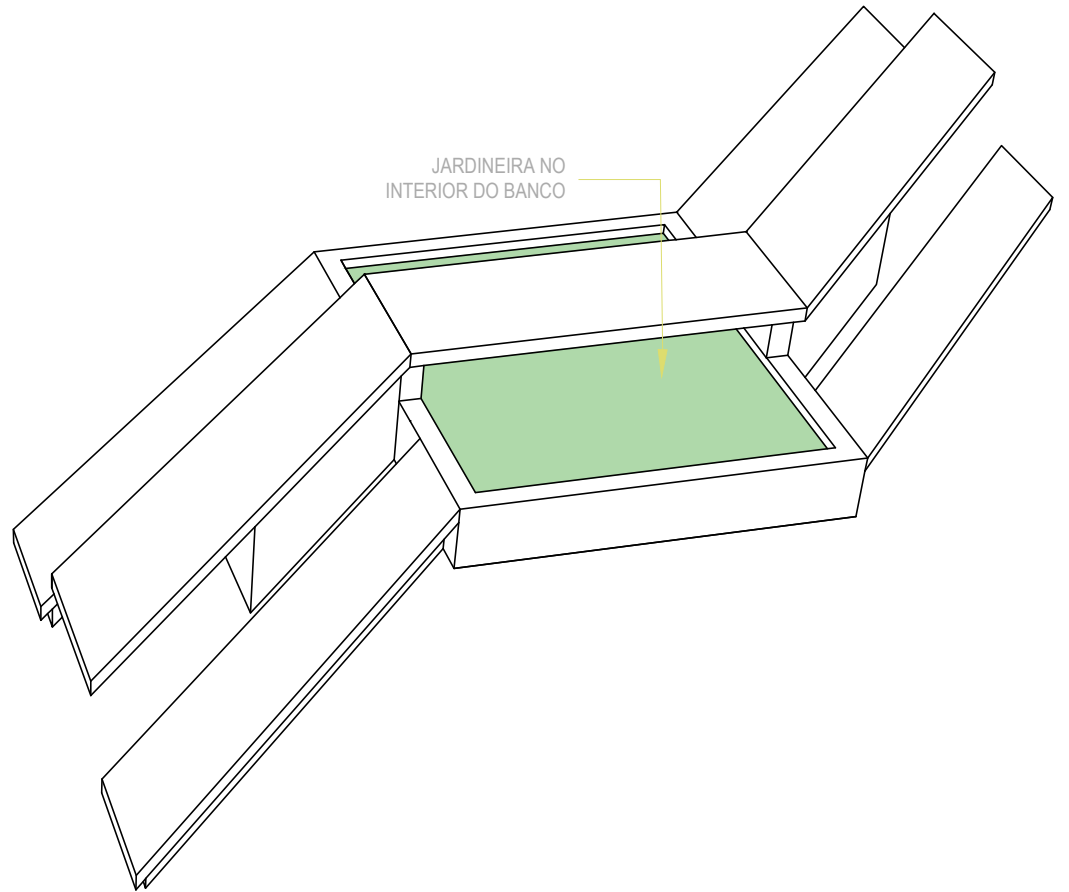
CONTEÚDO DETALHAMENTO MOBILIÁRIO 01

ADMINISTRAÇÃO

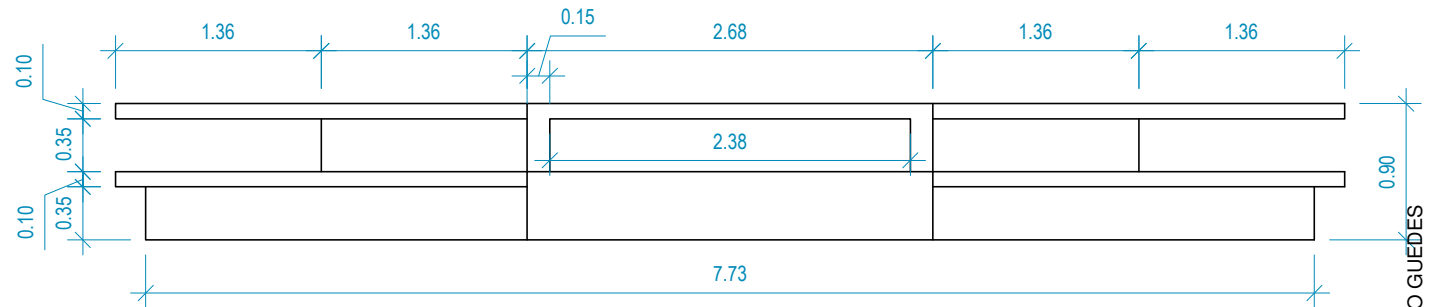
Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)



01 PLANTA BAIXA MOBILIÁRIO 02
ESCALA 1:50



01 PERSPECTIVA ISOMÉTRICA
ESCALA 1:50



01 VISTA GERAL
ESCALA 1:50

OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS A E B
- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

CONTEÚDO
DETALHAMENTO MOBILIÁRIO 02

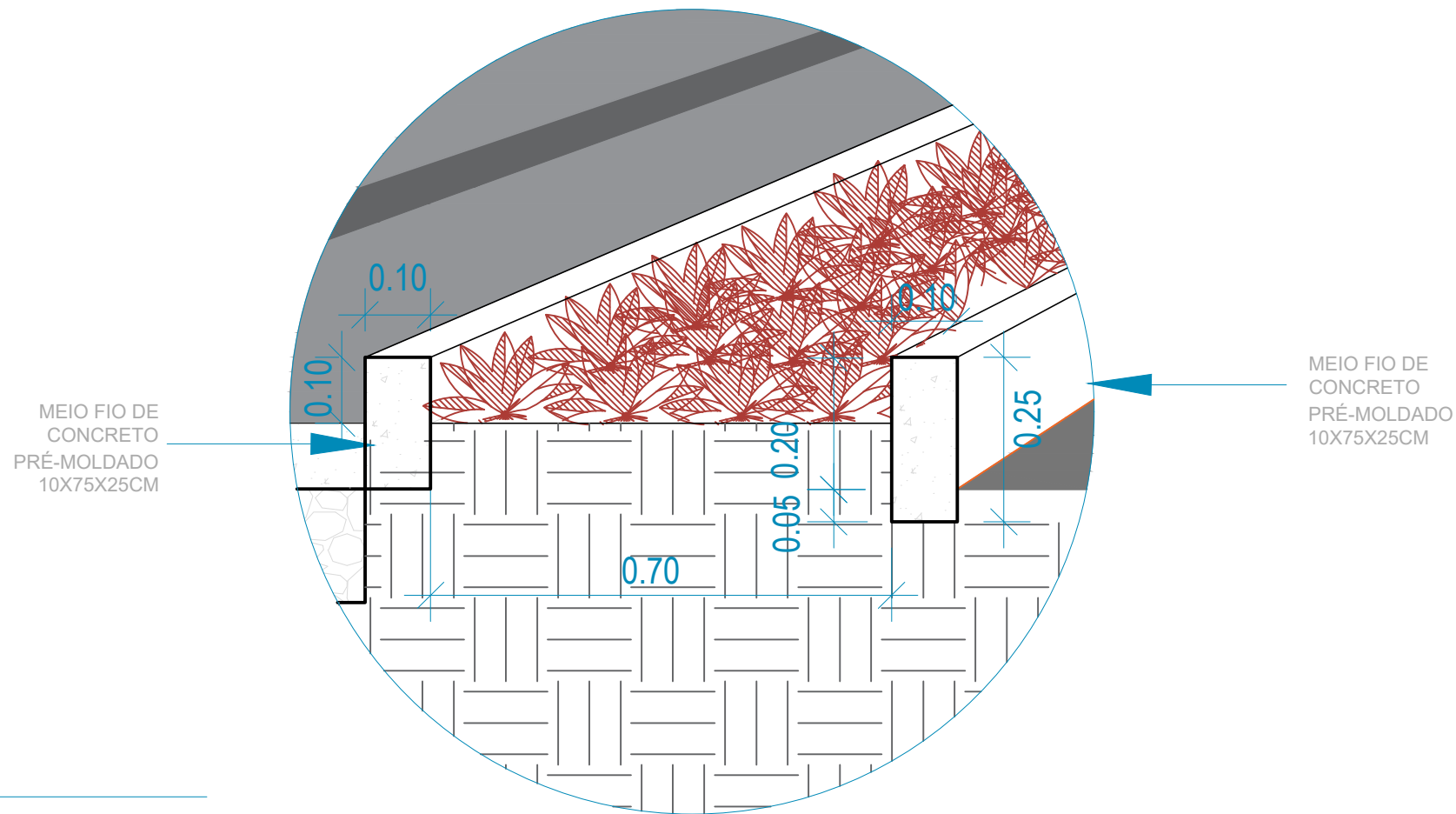
ADMINISTRAÇÃO

Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)

01

DETALHAMENTO CANTEIRO 01

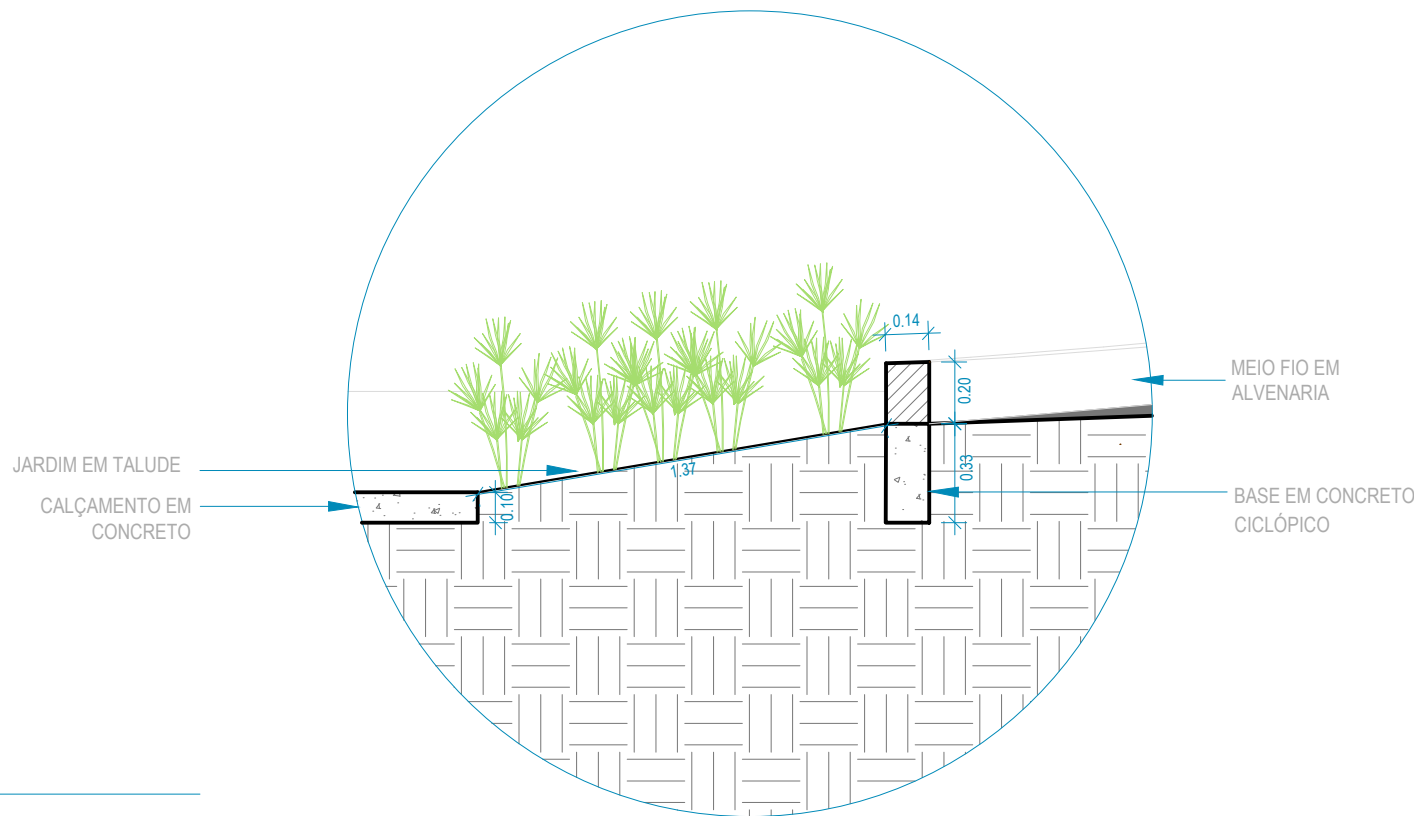
ESCALA 1:10



02

DETALHAMENTO CANTEIRO 02

ESCALA 1:25



OBSERVAÇÕES:

- AS MEDIDAS DEVERÃO SER CONFERIDAS E OBSERVADAS NO LOCAL DA OBRA
- AS MEDIDAS ESTÃO SENDO COTADAS A PARTIR DOS ELEMENTOS ACABADOS, NÃO SENDO CONSIDERADAS QUAISQUER INFORMAÇÕES SOBRE ELEMENTOS ESTRUTURAIS DE FUNDAÇÃO

- PARA UMA MELHOR VISUALIZAÇÃO DO PROJETO, ALGUNS DESENHOS FORAM DIVIDIDOS EM DUAS PARTES, SENDO ELAS A E B
- PARA MAIORES ESPECIFICAÇÕES, CONFERIR OS PROJETOS COMPLEMENTARES DESENVOLVIDOS PELA SO

TÍTULO PRAÇA PADRE LÉO - PROJETO URBANÍSTICO - RUA EUGENIO FOUTAINHA

AUTOR (ES) DO PROJETO

Mariana Guedes - CAU: A166564-2
Werlei Purgatto - CFT: 02640778650

COLABORADORES Daniel Leonel, Igor Campos

CONTEÚDO
DETALHAMENTO CANTEIROS

ADMINISTRAÇÃO

Raphael Rodrigues (Secretário de Planejamento Urbano)
Denyse Delgado (Subsec. de Planejamento e Orden. do Território)



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 5A0D-46F0-02B6-74D1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:





MARIANA PINTO GUEDES (CPF 119.XXX.XXX-30) em 15/05/2024 12:21:23 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/5A0D-46F0-02B6-74D1>

<div> <div> <div> <div>Juiz de Fora</div> <div>Secretaria de Obras</div> </div> <div>   </div> </div> <div> PREFEITURA DE JUIZ DE FORA SECRETARIA DE OBRAS SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE OBRAS E PROJETOS PLANILHA ORÇAMENTÁRIA REFERENCIAL </div> </div>								
OBRA: REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA VEREADOR AMADEU ROSSIGNOLI						DATA:	15/05/2024	
ITEM	REF. DESONERADA SINAPI 03/2024	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO UNITÁRIO SEM BDI	PREÇO UNITÁRIO COM BDI	PREÇO TOTAL COM BDI	
6.3.3	92427	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA.	M2	0,70	56,09	72,92	51,04	
6.3.4	Média: 92769, 92771, 92772	ARMAÇÃO MÉDIA DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50	KG	4,69	10,52	13,68	64,13	
6.3.5	98554	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE RESINA ACRÍLICA PARA CONCRETO APARENTE	M2	0,89	42,32	55,02	48,83	
6.3.6	COMP.3	BICICLETÁRIO (6 UNIDADES) EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO CONFORME PROJETO, INCLUSIVE PLACAS, PARAFUSOS E SOLDA PARA FIXAÇÃO.	UNID.	1,00	805,63	1.047,32	1.047,32	
7		INSTALAÇÕES ELÉTRICAS					13.057,09	
7.1	101656	LUMINÁRIA DE LED PARA ILUMINAÇÃO PÚBLICA, DE 68 W ATÉ 97 W - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UNID.	3,00	432,07	561,69	1.685,07	
7.2	100620	POSTE DE AÇO CÔNICO CONTÍNUO CURVO SIMPLES, FLANGEADO, H=9M, INCLUSIVE LUMINÁRIA, SEM LÂMPADA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_11/2019	UNID.	3,00	2.906,50	3.778,45	11.335,35	
7.3	92000	TOMADA BAIXA DE EMBUTIR (1 MÓDULO), 2P+T 10 A, INCLUINDO SUPORTE E PLACA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_03/2023	UNID.	1,00	28,21	36,67	36,67	
8		FECHAMENTO EM ALAMBRADO					58.386,93	
8.1	95240	LASTRO DE CONCRETO MAGRO, APLICADO SOBRE SOLO	M2	15,21	18,34	23,84	362,68	
8.2	102476	CONCRETO FCK = 25MPA, TRAÇO 1:2:2:2,5 (EM MASSA SECA DE CIMENTO/ AREIA MÉDIA/ SEIXO ROLADO) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L.	M3	6,54	692,97	900,86	5.893,06	
8.3	92427	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE FORMA DE PILARES RETANGULARES E ESTRUTURAS SIMILARES, PÉ-DIREITO SIMPLES, EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA RESINADA.	M2	43,87	56,09	72,92	3.198,90	
8.4	Média: 92769, 92771, 92772	ARMAÇÃO MÉDIA DE LAJE DE ESTRUTURA CONVENCIONAL DE CONCRETO ARMADO UTILIZANDO AÇO CA-50	KG	654,16	10,52	13,68	8.948,90	
8.5	98554	IMPERMEABILIZAÇÃO DE SUPERFÍCIE COM MEMBRANA À BASE DE RESINA ACRÍLICA PARA CONCRETO APARENTE	M2	43,87	42,32	55,02	2.413,65	
8.6	102362	ALAMBRADO, ESTRUTURADO POR TUBOS DE AÇO GALVANIZADO, (MONTANTES COM DIÂMETRO 2", TRAVESSAS E ESCORAS COM DIÂMETRO 1 ¼"), COM TELA DE ARAME GALVANIZADO, FIO 10 BWG E MALHA QUADRADA 5X5CM	M2	184,47	156,66	203,66	37.569,74	
9		PISOS E PAVIMENTOS					46.894,17	
9.1	101747	PISO EM CONCRETO 20 MPA PREPARO MECÂNICO, ESPESSURA 7CM. AF_09/2020	M2	246,19	81,96	106,55	26.231,14	
9.2	105002	RAMPA DE ACESSIBILIDADE EM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, EM CALÇADA NOVA	UNID.	2,00	624,08	811,30	1.622,60	
9.3	92391	EXECUÇÃO DE PAVIMENTO EM PISO INTERTRAVADO, COM BLOCO PISOGRAMA DE 35 X 15 CM, ESPESSURA 6 CM. AF_10/2022	M2	160,02	65,42	85,05	13.609,55	
9.4	104658	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE CONCRETO, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_05/2023	M2	23,64	176,71	229,72	5.430,88	
10		PINTURA					8.986,80	
10.1		MURO DIVISÓRIO COM A PRAÇA (Altura Considerada do Muro 4,07m)					8.117,90	
10.1.1	88415	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM PAREDES EXTERNAS DE CASAS	M2	386,93	4,87	6,33	2.449,30	
10.1.2	88489	PINTURA LATEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM PAREDES, DUAS DEMÃOS	M2	386,93	11,27	14,65	5.668,60	
10.2		MOBILIÁRIOS URBANOS					868,90	
10.2.1	88415	APLICAÇÃO MANUAL DE FUNDO SELADOR ACRÍLICO EM ALVERAIA DOS BANCOS	M2	41,42	4,87	6,33	262,16	
10.2.2	88489	PINTURA LATEX ACRÍLICA PREMIUM, APLICAÇÃO MANUAL EM EM ALVERAIA DOS BANCO, DUAS DEMÃOS.	M2	41,42	11,27	14,65	606,74	
11		PAISAGISMO					44.365,73	
11.1	98503	PLANTIO DE GRAMA EM PAVIMENTO CONCREGRAMA. AF_05/2018	M2	386,93	24,45	31,79	12.300,66	
11.2	98511	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MAIOR QUE 2,00 M E MENOR OU IGUAL A 4,00 M. AF_05/2018	UNID.	6,00	166,25	216,13	1.296,78	
11.3	98510	PLANTIO DE ÁRVORE ORNAMENTAL COM ALTURA DE MUDA MENOR OU IGUAL A 2,00 M. AF_05/2018	UNID.	11,00	86,08	111,90	1.230,90	
11.4	98509	PLANTIO DE ARBUSTO OU CERCA VIVA. AF_05/2018	UNID.	57,00	60,27	78,35	4.465,95	
11.5	98505	PLANTIO DE FORRAÇÃO. AF_05/2018	M2	219,00	86,17	112,02	24.532,38	
11.6	104662	CONJUNTO DE PONTOS HIDRÁULICOS DE ÁGUA FRIA (RAMAL/SUB-RAMAL E DISTRIBUIÇÃO) EM PVC, COM TUBOS, CONEXÕES, REGISTROS, CORTES E FIXAÇÕES EM PRÉDIO COM TUBULAÇÕES EMBUTIDAS COM RASGO.	UNID.	1,00	391,49	508,94	508,94	
11.7	86916	TORNEIRA PLÁSTICA 3/4" INCLUSIVE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO.	UNID.	1,00	23,17	30,12	30,12	
12		EQUIPAMENTOS					949,76	
12.1	C3451	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE LIXEIRA EM FIBRA DE VIDRO, CAP. 40L, DIAM. 35CM	UNID.	2,00	365,29	474,88	949,76	
13		SERVIÇOS FINAIS					276,90	
13.1	99814	LIMPEZA FINAL PARA ENTREGA DA OBRA	M2	130,00	1,64	2,13	276,90	



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

SECRETARIA DE OBRAS

SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE OBRAS E PROJETOS

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO REFERENCIAL

OBRA: REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA VEREADOR AMADEU ROSSIGNOLI						15/05/2024
ITEM	SERVIÇOS	TOTAL (R\$)	FINANC.	MÊS 01	MÊS 02	TOTAIS
1	SERVIÇOS PRELIMINARES	Físico				
		4,77%	%	50,00%	50,00%	100,00%
		13.720,27	R\$	6.860,14	6.860,14	13.720,27
2	CANTEIRO DE OBRAS	Físico				
		2,00%	%	50,00%	50,00%	100,00%
		5.739,62	R\$	2.869,81	2.869,81	5.739,62
3	DEMOLIÇÕES E REMOÇÕES / TERRAPLENAGEM	Físico				
		5,92%	%	100,00%		100,00%
		17.024,89	R\$	17.024,89	0,00	17.024,89
4	ADMINISTRAÇÃO LOCAL (LIMITADO A 8,87% CONFORME TCU)	Físico				
		8,87%	%	50,00%	50,00%	100,00%
		25.502,00	R\$	12.751,00	12.751,00	25.502,00
5	DRENAGEM E INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	Físico				
		11,77%	%	100,00%		100,00%
		33.850,31	R\$	33.850,31		33.850,31
6	MOBILIÁRIO URBANO	Físico				
		6,53%	%	50,00%	50,00%	100,00%
		18.765,90	R\$	9.382,95	9.382,95	18.765,90
7	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	Físico				
		4,54%	%	50,00%	50,00%	100,00%
		13.057,09	R\$	6.528,55	6.528,55	13.057,09
8	FECHAMENTO EM ALAMBRADO	Físico				
		20,31%	%	40,00%	60,00%	100,00%
		58.386,93	R\$	23.354,77	35.032,16	58.386,93
9	PISOS E PAVIMENTOS	Físico				
		16,31%	%	30,00%	70,00%	100,00%
		46.894,17	R\$	14.068,25	32.825,92	46.894,17
10	PINTURA	Físico				
		3,13%	%		100,00%	100,00%
		8.986,80	R\$	0,00	8.986,80	8.986,80
11	PAISAGISMO	Físico				
		15,43%	%	40,00%	60,00%	100,00%
		44.365,73	R\$	17.746,29	26.619,44	44.365,73
12	EQUIPAMENTOS	Físico				
		0,33%	%		100,00%	100,00%
		949,76	R\$	0,00	949,76	949,76
13	SERVIÇOS FINAIS	Físico				
		0,10%	%		100,00%	100,00%
		276,90	R\$	0,00	276,90	276,90
TOTAL / PARCIAL (R\$)		287.520,37	92,08%	144.436,96	143.083,42	287.520,37
PERCENTUAL MENSAL (%)				50,24%	49,76%	100,00%
TOTAL MENSAL (R\$)				144.436,96	143.083,42	287.520,37
TOTAL MENSAL ACUMULADO (R\$)				144.436,96	143.083,42	287.520,37
PERCENTUAL MENSAL ACUMULADO (%)				50,24%	49,76%	100,00%



Construção de Praças Urbanas, Rodovias, Ferrovias e recapeamento e pavimentação de vias urbanas

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	4,475%
Seguro e Garantia	SG	0,41%
Risco	R	0,89%
Despesas Financeiras	DF	1,11%
Lucro	L	8,00%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	3,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	CPRB	4,50%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	23,73%
LDI 1 DESONERADO:	LDI	30,00%

Fornecimento de Materiais e Equipamentos (Aquisição indireta em conjunto com licitação de obras)

Itens	Siglas	% Adotado
Administração Central	AC	1,50%
Seguro e Garantia	SG	0,30%
Risco	R	0,56%
Despesas Financeiras	DF	0,85%
Lucro	L	3,92%
Tributos (impostos COFINS 3%, e PIS 0,65%)	CP	3,65%
Tributos (ISS, variável de acordo com o município)	ISS	0,00%
Tributos (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	CPRB	4,50%
BDI SEM desoneração (Fórmula Acórdão TCU)	BDI PAD	11,34%
LDI 2 DIFERENCIADO:	LDI DIF.	16,80%



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

EDITAL**CONCORRÊNCIA nº 006/2024 – SO/SEPUR
Processo Eletrônico nº 7.302/2024**

Acha-se aberta, na Subsecretaria de Licitações e Compras - SSLICOM, situada à Av. Brasil, 2001/7º andar, nesta cidade de Juiz de Fora – MG, LICITAÇÃO NA MODALIDADE **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, Critério de Julgamento **Maior Desconto**, **Modo de disputa Aberto**, regime de execução **empregada por preço unitário**, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a **contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia para REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA VEREADOR AMADEU CORTÊS ROSSIGNOLI, tendo como referência projetos e planilha orçamentária**, cujas especificações detalhadas encontram-se nos Anexos que acompanham o Edital.

Regem a presente licitação a Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, com as alterações promovidas pela Lei Complementar nº 147/2014, Lei Municipal nº 12.211/2011, Decreto Municipal nº 15.635/2022, Decreto Municipal nº 15.903/2023 e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Data de Abertura da Sessão Pública: 02.07.2024

Horário: 09:30

Local: Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br

Impugnações e Esclarecimentos até às 23:59 horas do dia 27.06.24.

O **Edital Completo** poderá ser obtido pelos interessados no Portal de Compras Públicas – www.portaldecompraspublicas.com.br -, no site da Prefeitura de Juiz de Fora - https://www.pjf.mg.gov.br/secretarias/cpl/editais/pregao_eletronico/2024/index.php e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

I – DO OBJETO

- 1.1.** Constitui objeto do presente Edital a seleção de sociedade empresária **especializada para prestação de serviços de engenharia para REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA VEREADOR AMADEU CORTÊS ROSSIGNOLI, tendo como referência projetos e planilha orçamentária**, conforme condições descritas nos Anexos que integram este Edital.

Das Especificações de Execução do Objeto:

- 1.2.** A obra/serviço será executada na Rua Eugênio Fontainha, 471 - Manoel Honório, Juiz de Fora - MG, 36051-000.
- 1.3.** Os serviços referentes à execução do objeto deverão ser executados de Segunda à Sexta feira, das 7:00 às 17:00.
- 1.4.** A execução de serviços noturna e aos finais de semana e feriados deverão ser formalmente aceitas pela fiscalização técnica do contrato.
- 1.5.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste edital.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

- 1.6. Os serviços estão amplamente detalhados nos projetos de engenharia/arquitetura e os memoriais descritivos constantes nos anexos deste Edital.
- 1.7. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- 1.8. A execução da obra deverá seguir o cronograma físico financeiro apresentado junto à proposta.
- 1.9. O não cumprimento do cronograma estará sujeito a penalidades junto à Contratada.
- 1.10. A Contratada poderá solicitar repactuação do cronograma, no prazo mínimo de 15 dias, podendo o mesmo ser acatado ou não pela PJJ.

II – DO VALOR DE REFERÊNCIA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. Quantitativos e valores relativos à requalificação, objeto deste Projeto básico, foram elaborados por profissional da área de orçamentos, com a devida ART/RRT, tendo como referência os projetos e especificações técnicas além das composições do SINAPI e SETOP.
- 2.2. O valor da presente contratação está estimado em **R\$287.520,37 (duzentos e oitenta e sete mil quinhentos e vinte reais e trinta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na Planilha Orçamentária presente em Anexo.
- 2.3. Os preços unitários com LDI estimados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários com LDI levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.
- 2.4. Para fazer face às despesas resultantes da contratação, o MUNICÍPIO utilizará os recursos provenientes de verba repassada pelo Sr. José Márcio Lopes Guedes, Vereador do Município de Juiz de Fora.
- 2.5. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentárias:

091.100 - 1.15.451.0004.2242.0000 - 4.4.90.51 – 1500009004

- 2.6. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

III - DO CREDENCIAMENTO NO PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no **Portal de Compras Públicas** que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA, em sua FORMA ELETRÔNICA.
 - 3.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
- 3.2. O cadastro deverá ser feito pelo licitante no Portal de Compras Públicas, acessando o sítio www.portaldecompraspublicas.com.br;
- 3.3. O credenciamento da proponente junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal da proponente ou de seu representante legal, bem como na presunção de sua capacidade técnica para a realização das transações inerentes a concorrência eletrônica.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

3.4. O licitante responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **Portal de Compras Públicas** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

IV - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto licitado, e que estejam com Credenciamento regular no **Portal de Compras Públicas**.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488/2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e no artigo 4º da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.1.1. Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta Municipal, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.3.1.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas nos artigos 9º e 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

4.3.5. Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.3.7. Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

4.3.8. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

4.3.9. que se encontrarem em débito para com a Fazenda do Município de Juiz de Fora - MG, nos termos do art. 41 do Código Tributário Municipal (Lei nº 5.546/1978).

4.4. A pessoa jurídica poderá participar da licitação em consórcio, observadas as regras do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.5. Como Condição para Participação, a licitante assinalará “SIM” ou “NÃO” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes **Declarações:**

4.5.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte;

4.5.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1998;

4.5.6. Que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.7. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. Que cumpre com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atenda às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

V - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em formato digital (PDF), redigida em linguagem clara, devidamente assinada por representante legal da proponente e outra com textos em Word e planilhas em Excel. Ambas as vias deverão conter:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.1.1. Do preenchimento da proposta:

5.1.1.1. Carta de apresentação da Proposta de Preços, em papel timbrado da empresa, indicando, em algarismos e por extenso, de forma clara e visível, o valor total proposto para os serviços.

5.1.2. Orçamento detalhado dos serviços, indicando as quantidades a executar, com respectivos preços unitários propostos, que deverão ser grafados em algarismos numéricos. Nos preços ofertados, deverão estar incluídos todos os insumos, impostos, taxas, encargos sociais, custos e remuneração da sociedade empresária.

5.1.3. Planilha com detalhamento dos BDI's.

5.1.4. Cronogramas físico e financeiro, em dias corridos e consecutivos, permitindo-se o prazo máximo de execução dos serviços previsto no cronograma.

5.1.5. Declaração de que o licitante se obriga a manter a proposta pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da data de apresentação da mesma, para fins de julgamento e de contratação (abertura do envelope, por parte da CPL), com indicação do número da conta corrente, do banco e da agência onde mantém movimentação financeira.

5.1.6. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem valores irrisórios ou excessivos, ou aquelas que ofertarem alternativas.

5.1.7. Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais proponentes.

5.1.8. Todas as tarefas ou fornecimentos descritos neste Edital, não serão objeto de pagamento específico, devendo seus custos serem absorvidos pelos valores ofertados pela proponente.

VI - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Agente de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas, conforme art. 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.2.4. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.2.5. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

6.2.6. Para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global fixado no edital, conforme as especificidades do mercado correspondente.

6.2.7. Serão consideradas inexecutáveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

6.2.8. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.

6.5.2. O julgamento das propostas será feito pelo **MAIOR DESCONTO** de acordo com o especificado no **Anexo I**.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de percentual superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser fixado pelo Agente de Contratação.

6.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances de licitantes diferentes não poderá ser inferior a 3 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

6.10. Será adotado para o envio de lances na licitação o **modo de disputa aberto**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **dois minutos** do período de duração da sessão pública.

6.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Agente de Contratação, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Agente de Contratação.

6.16. No caso de dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

6.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.18. No caso de desconexão com o Agente de Contratação, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes do certame, publicada no <http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

-DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, do porte da entidade empresarial. O sistema identifica em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123/2006.

6.22. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.23. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.24. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.25. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.26. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.27. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.28. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate estabelecidos no Art. 60 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.30. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Agente de Contratação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

6.31. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.32. O Agente de Contratação solicitará ao licitante melhor classificado que envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.33. Após a negociação do preço, o Agente de Contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

VII - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Agente de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.3. Se houver necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para sanear a instrução processual.

7.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata.

7.5. O Agente de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, sob pena de não aceitação da proposta.

7.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Agente de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Agente de Contratação.

7.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Agente de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.7. Havendo necessidade, o Agente de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.8. O Agente de Contratação poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.8.1. Também nas hipóteses em que o Agente de Contratação não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Contratação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Agente de Contratação verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

VIII– DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo determinado e a partir da solicitação do Agente de Contratação no sistema eletrônico.

8.2. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em formato digital (PDF), redigida em linguagem clara, devidamente assinada por representante legal da proponente e outra com textos em Word e planilhas em Excel. Ambas as vias deverão conter:

8.2.1. Carta de apresentação da Proposta de Preços, em papel timbrado da empresa, indicando, em algarismos e por extenso, de forma clara e visível, o valor total proposto para os serviços.

8.2.2. Orçamento detalhado dos serviços, indicando as quantidades a executar, com respectivos preços unitários propostos, que deverão ser grafados em algarismos numéricos. Nos preços ofertados, deverão estar incluídos todos os insumos, impostos, taxas, encargos sociais, custos e remuneração da sociedade empresária.

8.2.3. Planilha com detalhamento dos BDI's.

8.1.4. Cronogramas físico e financeiro, em dias corridos e consecutivos, permitindo-se o prazo máximo de execução dos serviços previsto no cronograma.

8.2.5. Declaração de que o licitante se obriga a manter a proposta pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da data de apresentação da mesma, para fins de julgamento e de contratação (abertura do envelope, por parte da CPL), com indicação do número da conta corrente, do banco e da agência onde mantém movimentação financeira.

8.3. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexecutáveis, presumindo-se como tais, as que contiverem valores irrisórios ou excessivos, ou aquelas que ofertarem alternativas.

8.4. Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseadas nas ofertas das demais proponentes.

8.5. Todas as tarefas ou fornecimentos descritos neste Edital, não serão objeto de pagamento específico, devendo seus custos serem absorvidos pelos valores ofertados pela proponente.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.6. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

8.7. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

8.8. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

8.9. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

8.10. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

IX – DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no Portal de Compras Públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.1.3. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

9.1.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligencia para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Agente de Contratação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/ 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.1.7. Os documentos de habilitação deverão estar válidos na data da abertura da sessão ou da convocação para apresentação dos documentos, nos casos em que a convocação ocorrer em data diferente da abertura.

9.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do **Portal de Compras Públicas**, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, a respectiva documentação atualizada.

9.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico-financeira, salvo justificação no



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.

9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo determinado sob pena de inabilitação.

9.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.7.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.8. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.9. Documentos que deverão ser apresentados relativos à habilitação jurídica:

9.9.1. Ato constitutivo, estatuto social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

9.9.2. Cédula de Identidade e registro comercial, no caso de firma individual;

9.9.3. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

9.10. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

9.10.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

9.10.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e a Seguridade Social, mediante apresentação de Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

9.10.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;

9.10.4. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal;

9.10.4.1. Para os fins do art. 41 do Código Tributário Municipal, a habilitação dos proponentes não sediados no Município de Juiz de Fora/MG, ficará condicionada à verificação da regularidade fiscal perante este Município.

9.10.4.2. Nos termos da subcláusula anterior, o proponente, se desejar, poderá apresentar junto de sua



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

documentação de habilitação, a Certidão Negativa de Débito Ampla expedida pela Prefeitura de Juiz de Fora/MG.

9.10.5. Prova de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;

9.10.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A - Da consolidação das leis do trabalho, aprovada pelo Decreto – Lei 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.10.7. A proponente, microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

9.10.7.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente (ME ou EPP) for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

9.10.7.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação pertinente, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a retirada da Nota de Empenho, ou revogar a licitação.

9.11. Documentos que deverão ser apresentados relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

9.11.1. Balanço patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício (demonstrações contábeis) dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

9.11.2. A capacidade Financeira da Sociedade Empresária será avaliada mediante os seguintes indicadores, das demonstrações contábeis do último exercício social.

a) Índice de Liquidez Geral (ILG) igual ou maior que 1 (um).

$$ILG = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

b) Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou maior que 1 (um).

$$ILC = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

Para a capacidade econômico-financeira exigida, os participantes deverão atender obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

ILC maior ou igual a 1(um)



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

ILG maior ou igual a 1(um)

9.11.3. Serão considerados aceitos como na forma da lei o Balanço Patrimonial (inclusive o de abertura) e Demonstração do Resultado do Exercício que apresentem valores dos 2 (dois) últimos exercícios, conforme art. 176, § 1º da Lei 6.404/76 e inciso I do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 e assim apresentados:

- a) publicados em Diário Oficial; ou
- b) publicados em Jornal; ou
- c) por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente; ou
- d) por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da proponente ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e de Encerramento; ou;
- e) Por Escrituração Contábil Digital (ECD), através da apresentação de cópia do SPED, devidamente transmitido via eletrônica, e obrigatoriamente, observado o prazo de entrega estipulado pelos órgãos responsáveis.

9.11.3.1. Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente;

9.11.3.2. Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício.

9.11.4. O licitante que não alcançar os índices acima exigidos, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstração do Resultado do Exercício (Demonstrações contábeis do último exercício social), já exigíveis e apresentados na forma da lei.

9.11.5. Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9.2.2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão;

9.11.6. Certidões negativas de falência, recuperação judicial e extrajudicial, ou de insolvência civil expedidas pelo Distribuidor da sede da licitante e do Município de Juiz de Fora - MG, caso pessoa física ou Microempreendedor Individual – MEI.

9.11.6.1. Os (as) licitantes sediadas em outras comarcas do Estado de Minas Gerais ou em outros Estados deverão apresentar, junto com as certidões negativas exigidas, declaração passada pelo foro de sua sede, indicando quais os Cartórios ou Ofícios de Registros que controlam a distribuição de falências, recuperação judicial e extrajudicial, e/ou insolvência civil.

9.11.7. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.11.8. Exige-se dos licitantes, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 62 da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.12. Documentos que deverão ser apresentados relativos à qualificação técnica:**9.12.1. Qualificação Técnica:**

9.12.1.1. empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

9.12.1.1.1. Comprovante atualizado de registro da sociedade empresária participante da licitação no CREA/CAU, com jurisdição no Estado onde está sediada (matriz ou filial), válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

9.12.1.2. **Qualificação técnica operacional:** Comprovação de que a(s) empresa(s) licitante(s) já tenha(m) executado, em qualquer tempo, serviços de obras, através de certidões e/ou atestados, em nome da(s) própria(s) licitante(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente acompanhada da Certidão de Acervo Operacional emitido pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA (RESOLUÇÃO CONFEA Nº 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023), relativos a serviços com características técnicas similares às do objeto da presente licitação. Serviços com características técnicas similares às da presente licitação. Ainda, será necessário a apresentação de atestados que comprovem:

- Execução de estrutura de concreto armado;
- Execução de piso intertravado.

9.12.1.3. **Qualificação Técnico Profissional** Comprovação de o licitante possuir em seu corpo técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, engenheiro ou arquiteto, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, detentor(es) de atestado(s) ou declaração(ões) de responsabilidade técnica devidamente(s) registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada - que não o próprio licitante (CNPJ diferente) - serviço(s) de características semelhantes ao do objeto do Edital.

9.12.1.3.1. A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:

9.12.1.3.2. Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como Contratante;

9.12.1.3.3. Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;

9.12.1.3.4. Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum;

9.12.1.3.5. Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da anuência do profissional

9.12.1.3.6. Somente serão aceitos atestados que atendam às formalidades expressas nos § 1º e 3º, do artigo 68 da Lei 14.133/2021.

9.12.2. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, todos serão inabilitados.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.12.3. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração

9.12.4. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante

9.12.5. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação

9.12.6. Declaração de disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico, adequados para a realização do objeto da licitação.

9.12.7. Declaração de comprometimento de aquisição e emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada de procedência legal, de que trata o Decreto nº 44.903, de 24/9/2008.

9.12.8. Declaração da proponente de que o profissional detentor do(s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica será obrigatoriamente, o Responsável Técnico pelos serviços objeto do contrato, caso a proponente seja a vencedora desta licitação, com anuência do mesmo.

9.12.9. Comprovante atualizado de registro do profissional detentor do(s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica no CREA/CAU, com jurisdição no Estado onde está sediada (matriz ou filial), válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

9.12.10. Declaração de Conhecimento do Local das Obras onde serão executadas as obras e serviços de engenharia detalhadas nesta licitação do presente Edital.

9.12.11. Não há necessidade de realização de vistoria prévia do local de execução dos serviços.

9.12.12. Caso seja de interesse do licitante realizar a vistoria prévia no local de execução dos serviços a mesma deverá ser agendada junto à PJF e solicitada através de protocolo da SSLICOM.

9.12.13. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria no horário agendado.

9.13. DAS DEMAIS DECLARAÇÕES:

As demais declarações exigidas serão apresentadas através do sistema do Portal de Compras Públicas, devendo as licitantes assinalarem os campos respectivos no sistema conforme descrito na Cláusula IV – Das Condições de Participação -, item 4.5 deste Edital.

9.14. Não tendo a sociedade empresária classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a sociedade empresária seguinte na ordem de classificação.

9.15. A documentação exigida para atender ao disposto nos itens 9.9.1, 9.9.2, 9.9.3, 9.10 e 9.11.1, poderá ser substituída, pelo Certificado de Cadastro Geral de Licitantes do Município de Juiz de Fora - CAGEL, com validade plena; com ramo de atividade compatível com o objeto licitado.

X – DO RECURSO



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

10.1. O licitante que houver manifestado imediatamente a intenção de recorrer, **em campo próprio do sistema**, deverá apresentar as razões recursais após intimação do ato ou de lavratura da ata.

10.1.1. O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões do recurso pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

10.2. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.3. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

XI – DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **Cadastro do Portal de Compras Públicas**, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

XII - DA ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E TERMO DE CONTRATO

12.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação da licitação, não havendo interposição de recurso ou exauridos os recursos apresentados, o Agente de Contratação encaminhará o processo licitatório à autoridade superior para adjudicação e homologação.

12.2. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado o Termo de Contrato.

12.3. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sem prejuízo daquelas dispostas em lei.

12.3.1. A Administração não se responsabilizará pelo não recebimento do Termo de Contrato encaminhado para o e-mail/endereço eletrônico informado na proposta, devendo o proponente mantê-lo em condições de receber as mensagens que lhe forem encaminhadas relativas ao presente certame. Em caso de fato superveniente que venha a inviabilizar o recebimento, deverá o proponente, em tempo hábil, comunicar a Administração.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

12.4. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

12.5. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

12.7. DO PRAZO DE EXECUÇÃO E CONTRATUAL

12.7.1. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.7.2. O prazo de execução do objeto é de 2 (dois) meses contados da ordem de serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.7.3. A diferença entre o prazo de obra e contrato deve-se aos trâmites dos órgãos envolvidos para autorização de início e eventuais atrasos na emissão da OS, bem como para prestação de contas por parte da Contratante e da emissão do Termo de Recebimento por parte do Município.

12.7.4. O Início da execução do objeto se dará em até 10 (dez) dias úteis após a emissão da ordem de serviço.

XIII - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

13.1. O contratado deverá optar por uma das modalidades de garantia do § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.

13.1.1. Quando o contratado optar pela modalidade de seguro garantia prevista no inciso II do § 1º do Art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos termos do § 3º do mesmo artigo, o prazo para a prestação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

13.1.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

13.2. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

13.3. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante a Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei Federal nº 14.133/2023:

13.3.1. o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

13.3.2. o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

13.4. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

XIV – DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

14.1. Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

14.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei Federal nº 14.133/2021.

14.3. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

14.4. A obra deverá ser rigorosamente executada de acordo com as especificações e Normas Técnicas pertinentes. Toda e qualquer modificação com relação ao que está previsto somente poderá ser feita com justificativa técnica da CONTRATADA e após aprovação da FISCALIZAÇÃO e formalização contratual.

14.5. Os fiscais e gestores do contrato serão designados pelo Ordenador de Despesa através de portaria específica, publicada no Diário Oficial do Município.

XV – DO PRAZO DE INÍCIO E DO RECEBIMENTO

15.1. A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias úteis para dar início à execução dos serviços, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço - OS, expedida pelo Município, contendo o prazo para execução dos serviços.

15.1.1. O descumprimento dos prazos para início e execução dos serviços, importará na responsabilidade da CONTRATADA por todos os danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, em razão do descumprimento das obrigações em questão.

15.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 dias da comunicação formal de entrega pela Contratada, pelos fiscais técnico, administrativo, por representante da UG solicitante da obra mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento de todas as exigências (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, e 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).

15.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

15.4. fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

15.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

15.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, somente se não restar nenhuma pendência a ser sanada pela empresa.

15.7. Os Atestados de Execução de Obras somente poderão ser solicitados pela empresa após emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

15.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

15.9. O prazo de garantia contratual dos serviços deverá obedecer aos prazos previstos na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e na Norma de Desempenho 15.575 (NBR 15575/2013), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

XVI – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

16.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

16.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

16.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

16.4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

16.4.1. Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, especificações, projetos e instruções da fiscalização da PJF.

16.4.2. Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços sob sua responsabilidade, apontados ou não pela fiscalização da Prefeitura.

16.4.3. Permitir e facilitar à fiscalização do Município a inspeção das obras ou serviços no horário normal de trabalho, prestando todas as informações solicitadas pela mesma.

16.4.4. Providenciar a colocação de placas na obra, conforme modelos fornecidos pela Prefeitura, em local indicado pela sua fiscalização.

16.4.5. Encaminhar ao Município, até 5 (cinco) dias após o recebimento de Ordem de Serviço, uma cópia do CNO (Cadastro Nacional da Obra).

16.4.6. Encaminhar ao Município, até 5 (cinco) dias após o recebimento de Ordem de Serviço, uma cópia da ART - Anotação da Responsabilidade Técnica da obra no CREA/MG ou CAU.

16.4.7. Informar à fiscalização a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão da obra, dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação.

**PREFEITURA DE JUIZ DE FORA**

16.4.8. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade, resistência e estabilidade dos serviços que executar, respondendo, inclusive, pela exatidão dos estudos, cálculos e projetos que a informam, sejam eles elaborados ou não pela PJJ.

16.4.9. Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem à total segurança dos operários e de terceiros no perímetro da obra.

16.4.10. Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes da contratação da obra, bem como pelo registro do contrato da obra junto ao CREA/MG ou CAU.

16.4.11. Preencher, diariamente, o Diário de Obra que o Município manterá permanentemente disponível no local da mesma, de acordo com as instruções ali contidas.

16.4.12. Ser responsável pelo acompanhamento e controle tecnológico dos serviços, conforme previsto nas especificações técnicas particulares da obra, normas da Prefeitura e normas técnicas brasileiras, devendo ser emitidos relatórios fotográficos e técnicos mensais. Assinados pelo responsável técnico da obra, contendo todos os ensaios e controles tecnológicos executados no período e exigidos nas especificações de projeto.

16.4.13. O responsável técnico da Contratada deverá, quando solicitado pela fiscalização, emitir mensalmente documento de qualidade dos serviços executados, respondendo pela Contratante, durante o período estipulado pela legislação vigente.

16.4.14. O Município poderá aferir os testes e ensaios de controle tecnológico, utilizando-se das instalações e instrumentos da Contratada.

16.4.15. Responsabilizar-se por todo o transporte dos materiais e entulhos, quer para o local da obra, quer para o local de destinação.

16.4.16. Programar, quando solicitado, visitas ao local da obra em conjunto com a fiscalização da Prefeitura.

16.4.17. Manter à frente dos trabalhos o responsável técnico designado para a obra com total poder para representá-la junto à fiscalização do Município.

16.4.18. Retirar ou substituir, qualquer funcionário que não estejam atendendo a contento a fiscalização do Município, que lançará a devida justificativa no diário de obra.

16.4.19 Responsabilizar-se, além dos serviços específicos da construção, pelas ligações provisórias e definitivas de água, esgoto, instalações de luz e força, de modo que, ao ser dada por concluída, possa a obra entrar em funcionamento imediatamente.

16.4.20. Concluída a obra, a Contratada terá que apresentar prova de quitação das contas de água, luz e telefone, e da transferência das ligações para o Município.

16.4.21. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela guarda e vigilância do local da obra durante todo o período de execução da mesma.

16.4.22. Acatar toda orientação advinda do município com relação à obra.

16.4.23. Utilizar produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada que tenha procedência legal.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

16.4.24. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

16.4.25. Executar a obra dentro dos prazos estabelecidos pelo cronograma físico financeiro.

16.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

16.5.1. Responsabilizar-se pela coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos de construção inerentes a este Contrato e, ainda, fornecer à Contratada os dados e elementos necessários à sua execução.

16.5.2. Credenciar junto à Contratada, o representante especialmente designado pelo Secretário de Obras para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços prestados, além de atestar as faturas apresentadas.

16.5.3. Emitir Ordem de Serviço, autorizando o início dos trabalhos.

16.5.4. Fazer cumprir o prazo contratual e notificar a empresa em caso de descumprimento do cronograma.

16.5.5. Promover abertura de diligência, em qualquer fase de execução da obra, para sanar questões que porventura possam surgir e impedir o andamento normal do ajuste.

16.5.6. Remeter advertências à Contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória.

16.5.7. Avaliar as solicitações da Contratada quanto a repactuações contratuais no prazo máximo de 30 dias.

16.5.8 Verificar a situação de regularidade da Contratada durante a execução contratual.

XVII – DA SUBCONTRATAÇÃO

17.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

17.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

17.1.2. A subcontratação fica limitada a 30% (trinta por cento).

17.1.3. A subcontratação deverá ser solicitada pela Contratante à Contratada através de Ofício, e somente poderá ser executada após formalização da aprovação da mesma através de Termo Aditivo.

17.1.4. Fica o Contratante obrigado a fornecer as documentações de habilitação jurídica, fiscal, técnica e econômico financeira da pretensa subcontratada para avaliação do município.

17.1.5. A subcontratação de uma parcela não isenta a Contratada da responsabilidade sob a execução da mesma.

17.1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

XVIII – DAS SANÇÕES/PENALIDADES

18.1. Em conformidade com o estabelecido nos Artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021, se a CONTRATADA descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às seguintes penalidades:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

I. Pelo atraso ou descumprimento injustificado do cronograma de execução do objeto, multa de mora de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;
 II. Pela inexecução total ou parcial das condições deste CONTRATO, a Administração poderá garantir a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

- a. Advertência;
- b. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;
- c. impedimento de licitar e contratar com a Administração por prazo não superior a 03 (três) anos;
- d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.2. A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que mesma fazer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

18.2.1. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados de sua NOTIFICAÇÃO, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, poderá a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

18.3. As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

18.4. A aplicação das multas independe de qualquer interpelação judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa, após instauração de Processo Administrativo respeitados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

18.5. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou processo administrativo.

XIX – DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E RETENÇÕES DE IMPOSTOS

19.1. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

19.1.1. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela Fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto.

19.1.2. A medição será realizada pelo fiscal técnico em conjunto com o Engenheiro responsável da empresa mensalmente e deverá ser entregue ao fiscal administrativo até o 5º dia útil de cada mês.

19.1.3. O Documento de Medição deverá conter os seguintes documentos:

- Boletim de Medição
- Memória de cálculo detalhada
- Relatório Fotográfico
- Diário de Obra
- Gráfico de acompanhamento de cronograma (curva S)

19.1.4. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes aos Serviços Preliminares e Administração Local relativamente ao andamento físico da obra. Para o item Mobilização e Desmobilização será pago o percentual de 50% do valor proposto pelo licitante na primeira medição parcial e o restante na medição final, conforme orientação do TCU no Acórdão 1247/2016.

19.1.5. Somente poderão ser executadas itens nas quantidades pactuadas na planilha orçamentária



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

contratual vigente, sendo vedado o pagamento de quantidades superiores às pactuadas.

19.1.6. A aceitação dos serviços por parte da Fiscalização não isenta o Contratado de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados.

19.2. DO PAGAMENTO

19.2.1. Após aferição do Boletim de Medição o gestor do contrato enviará a Contratada a autorização para emissão de Nota Fiscal.

19.2.1.1 A empresa somente poderá emitir Nota Fiscal após autorização formal da Prefeitura de Juiz de Fora.

19.2.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota Fiscal enviada em formato digital, conforme o art. 31 da Lei nº 8.212/1991 e com redação dada pela Lei nº 11.933, de 2009 e de acordo com a Instrução normativa nº 2110, de 17 de outubro de 2022.

19.2.3. Na Nota Fiscal deverá constar o valor expresso em reais e os dados contratuais fornecidos pelo gestor.

19.2.3.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

19.2.4. A empresa deverá fornecer toda documentação de comprovação fiscal a fim de garantir a manutenção das condições de habilitação do edital junto à cada Nota fiscal.

19.2.4.1. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

19.2.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.2.4.3 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

19.2.4.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

19.2.5. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser pagas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão que as tenham aplicadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

19.2.6. Caso o pagamento da Nota Fiscal não seja efetuado no prazo previsto serão devidos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, com variação *pro rata die* ocorrida entre a data fixada para o pagamento e sua efetiva realização.

19.2.7. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.2.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

pagamento.

19.2.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Do Reajuste:

19.2.10. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento formal da Contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data base do orçamento referencial, pela variação do índice INCC ou outro que vier a substituí-lo. Os montantes dos pagamentos serão reajustados, anualmente, na forma da lei, com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Reajuste

I1 = índice do mês 1 ano após a data base do orçamento (INCC)

I0 = índice do mês da data base do orçamento referencial (INCC)

V = Valor da fatura a ser reajustada

19.2.11. O índice de reajustamento incidirá exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da Contratada.

19.2.12. Para efeito de pagamento do reajuste, o índice incidirá somente nas medições de serviços realizadas após a data do ofício de solicitação da empresa, sendo vedado pagamento de reajuste de serviço executado em data anterior a data do ofício de solicitação

19.2.13. A ausência de manifestação expressa da Contratada de solicitação do reajuste poderá acarretar preclusão do direito da Contratada.

19.3. DA RETENÇÕES DE IMPOSTOS

19.3.1. Com base nas Instruções Normativas nº 21/2010 - Manual de Orientação sobre Retenção do Imposto de renda na fonte e nº 25/2011 - Manual de Retenção e Recolhimento de Contribuições Previdenciárias em Serviços Prestados por Empresas, segue:

19.3.1.1. Retenção Previdenciária:

Por tratar-se de execução por empreitada por preço unitário, conforme inciso III do item 2.1 do Manual referente à IN 25/2011, a administração pública **fica dispensada de efetuar a retenção na fonte da parcela de 11%:**

Empreitada Total na Construção Civil:

No caso de empreitada na construção civil, os órgãos da administração pública não respondem solidariamente pelo recolhimento das contribuições previdenciárias, ficando dispensada de efetuar a retenção na fonte da parcela de 11% (onze por cento) calculado sobre o valor das obras realizadas, nos seguintes casos:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

I - na contratação de empreitada total;

II - quando houver o repasse integral do contrato de empreitada total, nas mesmas condições pactuadas, entendendo-se como tal a transferência do contrato nas mesmas características do original, inclusive preço e objeto; ou

III – quando o contrato for vinculado a procedimento licitatório efetuado pelo regime de empreitada por preço unitário ou por tarefa, admitindo-se o fracionamento do projeto nos termos da Lei nº 8.666, de 22 de junho de 2017.

19.3.1.2. Retenção IR na Fonte: A retenção para Imposto de Renda na Fonte deverá ser realizada nos termos do Anexo I da IN nº 1234/2012, observadas as disposições do art. 2º da mesma norma.

19.3.1.3. Retenção de ISS: Conforme Lei 10630/2003 art.47, o ISS devido será de 3%.

“7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS). 3 % Local da prestação do serviço.”

XX –DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO DO CONTRATO

20.1. Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

20.5.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

20.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

20.6.1. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

20.6.2. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

20.6.3. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

20.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

20.8. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

20.8.1. Para fins do reequilíbrio econômico financeiro do contrato, as partes devem apresentar solicitação, anexando planilha detalhada dos custos do objeto, fazendo um comparativo com a composição dos custos para obtenção dos preços inicialmente contratados e planilha dos custos para fins do reequilíbrio econômico do contrato.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

20.9. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

20.9.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

XXI – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.

21.2. A **IMPUGNAÇÃO e/ou PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DEVERÃO ser feitos EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema www.portaldecompraspublicas.com.br.**

21.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, parágrafo 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

21.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo de licitação.

21.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21.6. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

21.7. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

XXII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

22.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Contratação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

22.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.8. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.8.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.10. A Autoridade Competente, poderá revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.10.1. A anulação da licitação induz à extinção do contrato.

22.10.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.11. É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.12. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO - Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida à subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

22.12.1. Para os propósitos do item 22.12, definem-se as seguintes práticas:

a) PRÁTICA CORRUPTA: Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do contrato;

b) PRÁTICA FRAUDULENTA: A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do contrato;

c) PRÁTICA CONCERTADA: Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) PRÁTICA COERCITIVA: Causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

e) PRÁTICA OBSTRUTIVA: Destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

22.13. Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Juiz de Fora/MG, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

22.14. Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto a **SSLICOM/PJF** pelo telefone: (32) 3690-8188/8187, nos dias úteis no horário das 09 às 11 horas ou 15 às 17 horas.

22.15. Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela **PJF/SSLICOM**, obedecida a legislação vigente.

22.16. O acompanhamento dos resultados, recursos e atos pertinentes a este edital poderão ser consultados no endereço: <https://www.portaldecompraspublicas.com.br> e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

22.17. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – Projeto Básico;

Anexo I.A – Estudo Técnico Preliminar (*arquivo digital*);

Anexo I.B – Projeto de Arquitetura (*arquivo digital*);

Anexo I.C – Planilha, Cronograma e Ldi em Pdf (*arquivo digital*);

Anexo I.D – Planilha Orçamentária em Excel (*arquivo digital*);

Anexo I.E – Modelo de Declaração de Conhecimento do Local da Obra;

Anexo I.F – Modelo de Declaração de Responsabilidade Técnica;

Anexo I.G - Modelo de Declaração de Disponibilidade de Instalações, Aparelhamento e Pessoal Técnico;

ANEXO II – Minuta de Contrato.

CONCORRÊNCIA nº 006/2024 – SO/SEPUR
Processo Eletrônico nº 7.302/2024



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

ANEXO I – PROJETO BÁSICO**REQUALIFICAÇÃO URBANÍSTICA DA PRAÇA VEREADOR AMADEU CORTÊS
ROSSIGNOLI****1 – DO OBJETO**

- 1.1.** O presente projeto básico tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de engenharia para REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA VEREADOR AMADEU CORTÊS ROSSIGNOLI, tendo como referência projetos e planilha orçamentária anexos.
- 1.2.** O objeto do Projeto Básico enquadra-se na definição de obra de engenharia, em conformidade com as orientações técnicas estabelecidas na OT-IBR 002/2009 do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas - IBRAOP, visto que se trata de REFORMA.

2 - FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Justifica-se a presente solicitação a partir da necessidade da melhoria do espaço público através da revitalização urbanística de uma praça, sendo portanto, uma medida crucial para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para a promoção do desenvolvimento local.

A priori, o zelo pelo espaço público é o objetivo central, pois a praça, objeto desta contratação, encontra-se em condições precárias, com visível falta de manutenção, impactando diretamente na experiência dos frequentadores. A revitalização visa transformar esse espaço em um local atrativo e funcional, oferecendo áreas de convívio social e integração comunitária.

Diante dessa realidade, a reforma desse equipamento é necessária e primordial para o bom uso e melhoria da qualidade de vida dessa comunidade.

2.2. A Fundamentação da Contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico do Documento de Formalização de Demanda e Estudos Técnicos Preliminares, presente nos Anexos A e B.

3 - DO FUNDAMENTO LEGAL, FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

3.1. A contratação para prestação de serviço do objeto do presente Projeto Básico tem amparo legal na Lei nº 14.133/2021.

3.2. A licitação será na modalidade Concorrência Eletrônica.

3.3. O critério de julgamento será do tipo **maior desconto**, conforme Art. 33 e 34 da referida Lei nº 14.133/2021.

3.4. O regime de execução será **empreitada por preço unitário**, conforme Art. 46 da referida Lei.

4 – DAS ESPECIFICAÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1 A obra/serviço será executada na Rua Eugênio Fontainha, 471 - Manoel Honório, Juiz de Fora - MG, 36051-000.

4.2 Os serviços referentes à execução do objeto deverão ser executados de Segunda à Sexta feira, das 7:00 às 17:00.

4.2.1 A execução de serviços noturna e aos finais de semana e feriados deverão ser formalmente aceitas pela fiscalização técnica do contrato.

4.3 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

4.4. Os serviços estão amplamente detalhados nos projetos de engenharia/arquitetura e os memoriais descritivos constantes nos anexos deste Projeto Básico

4.5 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

4.6 – A execução da obra deverá seguir o cronograma físico financeiro apresentado junto à proposta.

4.7 – O não cumprimento do cronograma estará sujeito a penalidades junto à Contratada.

4.7.1. - A Contratada poderá solicitar repactuação do cronograma, no prazo mínimo de 15 dias, podendo o mesmo ser acatado ou não pela PJF.

5 – DO PRAZO CONTRATUAL



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

5.1 O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2 O prazo de execução do objeto é de 2 (dois) meses contados da ordem de serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3 A diferença entre o prazo de obra e contrato deve-se aos trâmites dos órgãos envolvidos para autorização de início e eventuais atrasos na emissão da OS, bem como para prestação de contas por parte da Contratante e da emissão do Termo de Recebimento por parte do Município.

5.4 - O Início da execução do objeto se dará em até 10 (dez) dias úteis após a emissão da ordem de serviço.

6 – DA ESTIMATIVA DE PREÇOS

6.1. Quantitativos e valores relativos à requalificação, objeto deste Projeto básico, foram elaborados por profissional da área de orçamentos, com a devida ART/RRT, tendo como referência os projetos e especificações técnicas além das composições do SINAPI e SETOP.

6.2. O valor da presente contratação está estimado em **R\$287.520,37 (duzentos e oitenta e sete mil quinhentos e vinte reais e trinta e sete centavos)**, conforme custos unitários apostos na Planilha Orçamentária presente no Anexo C.

6.3. Os preços unitários com LDI estimados pelos proponentes não poderão ser superiores aos preços unitários com LDI levantados pela Prefeitura de Juiz de Fora.

7 - DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

7.1 - Para fazer face às despesas resultantes da contratação, o MUNICÍPIO utilizará os recursos provenientes de verba repassada pelo Sr. José Márcio Lopes Guedes, Vereador do Município de Juiz de Fora.

7.2 - A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentárias:

091.100 - 1.15.451.0004.2242.0000 - 4.4.90.51 - 1500009004

7.3 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8 – DA HABILITAÇÃO DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1- A empresa licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

8.1.1 - Comprovante atualizado de registro da sociedade empresária participante da licitação no CREA/CAU, com jurisdição no Estado onde está sediada (matriz ou filial), válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.

8.1.2. Qualificação técnica operacional: Comprovação de que a(s) empresa(s) licitante(s) já tenha(m) executado, em qualquer tempo, serviços de obras, através de certidões e/ou atestados, em nome da(s) própria(s) licitante(s), fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, devidamente acompanhada da Certidão de Acervo Operacional emitido pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA (RESOLUÇÃO CONFEA Nº 1.137, DE 31 DE MARÇO DE 2023), relativos a serviços com características técnicas similares às do objeto da presente licitação. Serviços com características técnicas similares às da presente licitação. Ainda, será necessário a apresentação de atestados que comprovem:

- Execução de estrutura de concreto armado;
- Execução de piso intertravado.

8.1.3 Qualificação Técnico Profissional – Comprovação de o licitante possuir em seu corpo técnico, na data prevista para entrega da proposta, profissional(is) de nível superior, engenheiro ou arquiteto, reconhecido(s) pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, detentor(es) de atestado(s) ou declaração(ões) de responsabilidade técnica devidamente(s) registrado(s) no CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico – CAT, expedida(s) por este(s) Conselho(s), que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal ou, ainda, para empresa privada - que não o próprio licitante (CNPJ diferente) - serviço(s) de características semelhantes ao do objeto do Edital.

8.1.3.1 A comprovação de vínculo do profissional com o licitante poderá ser feita mediante a apresentação de um dos seguintes documentos:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.1.3.1.1. Carteira de trabalho e previdência social (CTPS) do profissional, em que conste o licitante como Contratante;

8.1.3.1.2. Contrato social do licitante, em que conste o profissional como sócio;

8.1.3.1.3. Contrato de prestação de serviços, regido pela legislação comum;

8.1.3.1.4. Declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, acompanhada da anuência do profissional

8.1.4. Somente serão aceitos atestados que atendam às formalidades expressas nos § 1º e 3º, do artigo 68 da Lei 14.133/2021..

8.1.5. No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional, todos serão inabilitados.

8.1.6. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.1.7 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante

8.1.8. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação

8.1.9. Declaração de disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico, adequados para a realização do objeto da licitação.

8.1.10. Declaração de comprometimento de aquisição e emprego de produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada de procedência legal, de que trata o Decreto nº 44.903, de 24/9/2008.

8.1.11. Declaração da proponente de que o profissional detentor do(s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica será obrigatoriamente, o Responsável Técnico pelos serviços objeto do contrato, caso a proponente seja a vencedora desta licitação, com anuência do mesmo

8.1.12. Comprovante atualizado de registro do profissional detentor do(s) atestado(s) de Responsabilidade Técnica no CREA/CAU, com jurisdição no Estado onde está sediada (matriz ou filial), válida na data limite de entrega da documentação e da proposta.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

8.1.13. Declaração de Conhecimento do Local das Obras onde serão executadas as obras e serviços de engenharia detalhadas nesta licitação do presente Edital.

8.1.13.1. Não há necessidade de realização de vistoria prévia do local de execução dos serviços.

8.1.13.2. Caso seja de interesse do licitante realizar a vistoria prévia no local de execução dos serviços a mesma deverá ser agendada junto à PJF e solicitada através de protocolo da SSLICOM.

8.1.13.2.1 Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria no horário agendado.

9 - DA PROPOSTA

9.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada em formato digital (PDF), redigida em linguagem clara, devidamente assinada por representante legal da proponente e outra com textos em Word e planilhas em Excel. Ambas as vias deverão conter:

9.1.1. Carta de apresentação da Proposta de Preços, em papel timbrado da empresa, indicando, em algarismos e por extenso, de forma clara e visível, o valor total proposto para os serviços.

9.1.2. Orçamento detalhado dos serviços, indicando as quantidades a executar, com respectivos preços unitários propostos, que deverão ser grafados em algarismos numéricos. Nos preços ofertados, deverão estar incluídos todos os insumos, impostos, taxas, encargos sociais, custos e remuneração da sociedade empresária.

9.1.3. Planilha com detalhamento dos BDI's.

9.1.4. Cronogramas físico e financeiro, em dias corridos e consecutivos, permitindo-se o prazo máximo de execução dos serviços previsto no cronograma.

9.1.5. Declaração de que o licitante se obriga a manter a proposta pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar da data de apresentação da mesma, para fins de julgamento e de contratação (abertura do envelope, por parte da CPL), com indicação do número da conta corrente, do banco e da agência onde mantém movimentação financeira.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.2. Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tais, as que contiverem valores irrisórios ou excessivos, ou aquelas que ofertarem alternativas.

9.3. Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais proponentes.

9.4. Todas as tarefas ou fornecimentos descritos neste Edital, não serão objeto de pagamento específico, devendo seus custos serem absorvidos pelos valores ofertados pela proponente.

10 – DA SUBCONTRATAÇÃO (Art 122, NLLC)

10.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

10.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

10.1.2. A subcontratação fica limitada a 30% (trinta por cento).

10.1.3. A subcontratação deverá ser solicitada pela Contratante à Contratada através de Ofício, e somente poderá ser executada após formalização da aprovação da mesma através de Termo Aditivo.

10.1.4. Fica o Contratante obrigado a fornecer as documentações de habilitação jurídica, fiscal, técnica e econômico financeira da pretensa subcontratada para avaliação do município.

10.1.5. A subcontratação de uma parcela não isenta a Contratada da responsabilidade sob a execução da mesma.

10.1.3 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

12 – DOS PRAZOS PARA INÍCIO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO

12.1. A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias úteis para dar início à execução dos serviços, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço - OS, expedida pelo Município, contendo o prazo para execução dos serviços.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

12.1.1. O descumprimento dos prazos para início e execução dos serviços, importará na responsabilidade da CONTRATADA por todos os danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, em razão do descumprimento das obrigações em questão.

13 – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

13.2. Os fiscais e gestores do contrato serão designados pelo Ordenador de Despesa através de portaria específica, publicada no Diário Oficial do Município.

14 – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

14.1. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela Fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto.

14.2. A medição será realizada pelo fiscal técnico em conjunto com o Engenheiro responsável da empresa mensalmente e deverá ser entregue ao fiscal administrativo até o 5º dia útil de cada mês.

14.3. O Documento de Medição deverá conter os seguintes documentos:

- Boletim de Medição
- Memória de cálculo detalhada
- Relatório Fotográfico
- Diário de Obra
- Gráfico de acompanhamento de cronograma (curva S)

14.4. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes aos Serviços Preliminares e Administração Local relativamente ao andamento físico da obra. Para o item Mobilização e Desmobilização será pago o percentual de 50% do valor proposto pelo licitante na primeira medição parcial e o restante na medição final, conforme orientação do TCU no Acórdão 1247/2016.

14.5. Somente poderão ser executados itens nas quantidades pactuadas na planilha orçamentária contratual vigente, sendo vedado o pagamento de quantidades superiores às pactuadas.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

14.6. A aceitação dos serviços por parte da Fiscalização não isenta o Contratado de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados.

15 – DO PAGAMENTO

15.1. Após a aferição do Boletim de Medição, o gestor do contrato enviará à Contratada a autorização para emissão de Nota Fiscal.

15.1.1 A empresa somente poderá emitir Nota Fiscal após autorização formal da Prefeitura de Juiz de Fora.

15.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota Fiscal enviada em formato digital, conforme o art. 31 da Lei 8.212/1991 e com redação dada pela Lei 11.933, de 2009 e de acordo com a Instrução normativa nº 2110, de 17 de outubro de 2022.

15.3. Na Nota Fiscal deverá constar o valor expresso em reais e os dados contratuais fornecidos pelo gestor.

15.3.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

15.4 – A empresa deverá fornecer toda documentação de comprovação fiscal a fim de garantir a manutenção das condições de habilitação do edital junto à cada Nota fiscal.

15.4.1. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

15.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

15.4.3 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

15.4.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

15.5. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser pagas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão que as tenham aplicadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

15.6. Caso o pagamento da Nota Fiscal não seja efetuado no prazo previsto serão devidos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, com variação pro rata die ocorrida entre a data fixada para o pagamento e sua efetiva realização.

15.7. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16 - DO REAJUSTE

16.1. O valor do contrato será fixo e irrevogável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento formal da Contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data base do orçamento referencial, pela variação do índice INCC ou outro que vier a substituí-lo. Os montantes dos pagamentos serão reajustados, anualmente, na forma da lei, com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0}$$

Onde:

R = Reajuste



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

I_1 = índice do mês 1 ano após a data base do orçamento (INCC)

I_0 = índice do mês da data base do orçamento referencial (INCC)

V = Valor da fatura a ser reajustada

16.2. O índice de reajustamento incidirá exclusivamente às etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da Contratada.

16.3. Para efeito de pagamento do reajuste, o índice incidirá somente nas medições de serviços realizadas após a data do ofício de solicitação da empresa, sendo vedado pagamento de reajuste de serviço executado em data anterior a data do ofício de solicitação

16.4. A ausência de manifestação expressa da Contratada de solicitação do reajuste poderá acarretar preclusão do direito da Contratada.

17 – DAS GARANTIAS

17.1. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

17.2. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

17.3 A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

18 - DO RECEBIMENTO DA OBRA

18.1 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 dias da comunicação formal de entrega pela Contratada, pelos fiscais técnico, administrativo, por representante da UG solicitante da obra mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento de todas as exigências (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, e 23, do Decreto nº 11.246, de 2022).

18.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

18.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

18.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

18.5 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, somente se não restar nenhuma pendência a ser sanada pela empresa.

18.6. Os Atestados de Execução de Obras somente poderão ser solicitados pela empresa após emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

18.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato

18.8 O prazo de garantia contratual dos serviços deverá obedecer aos prazos previstos na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e na Norma de Desempenho 15.575 (NBR 15575/2013), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

19 – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

19.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

19.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

19.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

19.4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

19.4.1. Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, especificações, projetos e instruções da fiscalização da PJF.

19.4.2. Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços sob sua responsabilidade, apontados ou não pela fiscalização da Prefeitura.

19.4.3. Permitir e facilitar à fiscalização do Município a inspeção das obras ou serviços no horário normal de trabalho, prestando todas as informações solicitadas pela mesma.

19.4.4. Providenciar a colocação de placas na obra, conforme modelos fornecidos pela Prefeitura, em local indicado pela sua fiscalização.

19.4.5. Encaminhar ao Município, até 5 (cinco) dias após o recebimento de Ordem de Serviço, uma cópia do CNO (Cadastro Nacional da Obra).

19.4.6. Encaminhar ao Município, até 5 (cinco) dias após o recebimento de Ordem de Serviço, uma cópia da ART - Anotação de Responsabilidade Técnica da obra no CREA/MG ou CAU.

19.4.7. Informar à fiscalização a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão da obra, dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação.

19.4.8. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade, resistência e estabilidade dos serviços que executar, respondendo, inclusive, pela exatidão dos estudos, cálculos e projetos que a informam, sejam eles elaborados ou não pela PJF.

19.4.9. Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem à total segurança dos operários e de terceiros no perímetro da obra.

19.4.10. Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes da contratação da obra, bem como pelo registro do contrato da obra junto ao CREA/MG ou CAU.

19.4.11 Preencher, diariamente, o Diário de Obra que o Município manterá permanentemente disponível no local da mesma, de acordo com as instruções ali contidas.

19.4.12. Ser responsável pelo acompanhamento e controle tecnológico dos serviços, conforme previsto nas especificações técnicas particulares da obra, normas da



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

Prefeitura e normas técnicas brasileiras, devendo ser emitidos relatórios fotográficos e técnicos mensais. Assinados pelo responsável técnico da obra, contendo todos os ensaios e controles tecnológicos executados no período e exigidos nas especificações de projeto.

19.4.13. O responsável técnico da Contratada deverá, quando solicitado pela fiscalização, emitir mensalmente documento de qualidade dos serviços executados, respondendo pela Contratante, durante o período estipulado pela legislação vigente.

19.4.14. O Município poderá aferir os testes e ensaios de controle tecnológico, utilizando-se das instalações e instrumentos da Contratada.

19.4.15. Responsabilizar-se por todo o transporte dos materiais e entulhos, quer para o local da obra, quer para o local de destinação.

19.4.16. Programar, quando solicitado, visitas ao local da obra em conjunto com a fiscalização da Prefeitura.

19.4.17. Manter à frente dos trabalhos o responsável técnico designado para a obra com total poder para representá-la junto à fiscalização do Município.

19.4.18. Retirar ou substituir, qualquer funcionário que não esteja atendendo a contento a fiscalização do Município, que lançará a devida justificativa no diário de obra.

19.4.19 Responsabilizar-se, além dos serviços específicos da construção, pelas ligações provisórias e definitivas de água, esgoto, instalações de luz e força, de modo que, ao ser dada por concluída, possa a obra entrar em funcionamento imediatamente.

19.4.19. Concluída a obra, a Contratada terá que apresentar prova de quitação das contas de água, luz e telefone, e da transferência das ligações para o Município.

19.4.20. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela guarda e vigilância do local da obra durante todo o período de execução da mesma.

19.4.21 Acatar toda orientação advinda do município com relação à obra.

19.4.22 Utilizar produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada que tenham procedência legal.

19.4.23 Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

19.4.24. Executar a obra dentro dos prazos estabelecidos pelo cronograma físico financeiro.

19.5 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

19.5.1. Responsabilizar-se pela coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos de construção inerentes a este Contrato e, ainda, fornecer à Contratada os dados e elementos necessários à sua execução.

19.5.2. Credenciar junto à licitante Contratada, o representante especialmente designado pelo Secretário de Obras para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços prestados, além de atestar as faturas apresentadas.

19.5.3. Emitir Ordem de Serviço, autorizando o início dos trabalhos.

19.5.4. Fazer cumprir o prazo contratual e notificar a empresa em caso de descumprimento do cronograma.

19.5.5. Promover abertura de diligência, em qualquer fase de execução da obra, para sanar questões que porventura possam surgir e impedir o andamento normal do ajuste.

19.5.6. Remeter advertências à Contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória.

19.5.7. Avaliar as solicitações da Contratada quanto a repactuações contratuais no prazo máximo de 30 dias.

19.5.8 Verificar a situação de regularidade da Contratada durante a execução contratual;

20 – DAS PENALIDADES

20.1. Em conformidade com o estabelecido nos Artigos 156 e 156 da Lei nº 14.133/2021, se a CONTRATADA descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às seguintes penalidades:

I. Pelo atraso ou descumprimento injustificado do cronograma de execução do objeto, multa de mora de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;

II. Pela inexecução total ou parcial das condições deste CONTRATO, a Administração poderá garantida a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

a. Advertência;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

b. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;

c. impedimento de licitar e contratar com a Administração por prazo não superior a 03 (três) anos;

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.2. A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura que esta fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

20.2.1 Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados de sua NOTIFICAÇÃO, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, poderá a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

20.3. As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

20.4. A aplicação das multas independará de qualquer interpelação judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa, após instauração de Processo Administrativo respeitados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

20.5. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou processo administrativo.

21- DA RETENÇÕES DE IMPOSTOS

21.1. Com base nas Instruções Normativas nº 21/2010 - Manual de Orientação sobre Retenção do Imposto de renda na fonte e nº 25/2011 - Manual de Retenção e Recolhimento de Contribuições Previdenciárias em Serviços Prestados por Empresas, segue:

21.1.1. **Retenção Previdenciária:** por tratar-se de execução por empreitada por preço unitário, conforme inciso III do item 2.1 do Manual referente à IN 25/2011, a administração pública **fica dispensada de efetuar a retenção na fonte da parcela de 11%:**



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

1.1 - Empreitada Total na Construção Civil:

No caso de empreitada na construção civil, os órgãos da administração pública não respondem solidariamente pelo recolhimento das contribuições previdenciárias, ficando dispensada de efetuar a retenção na fonte da parcela de 11% (onze por cento) calculado sobre o valor das obras realizadas, nos seguintes casos:

I - na contratação de empreitada total;

II - quando houver o repasse integral do contrato de empreitada total, nas mesmas condições pactuadas, entendendo-se como tal a transferência do contrato nas mesmas características do original, inclusive preço e objeto; ou

III – quando o contrato for vinculado a procedimento licitatório efetuado pelo regime de empreitada por preço unitário ou por tarefa, admitindo-se o fracionamento do projeto nos termos da Lei nº 8.666, de 22 de junho de 2019.

21.1.2. Retenção IR na Fonte: A retenção para Imposto de Renda na Fonte deverá ser realizada nos termos do Anexo I da IN nº 1234/2012, observadas as disposições do art. 2º da mesma norma.

21.1.3. Retenção de ISS: Conforme Lei 10630/2003 art.47, o ISS devido será de 3%.

“7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS). 3 % Local da prestação do serviço.”



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

22 - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

22.1. A obra deverá ser rigorosamente executada de acordo com as especificações e Normas Técnicas pertinentes. Todas e qualquer modificação com relação ao que está previsto somente poderá ser feita com justificativa técnica da CONTRATADA e após aprovação da FISCALIZAÇÃO e formalização contratual.

22.2. Por ser recurso federal deve ser publicado no Diário Oficial da União.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA nº 006/2024 – SO/SEPUR
Processo Eletrônico nº 7.302/2024

ANEXO I.E

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DA OBRA

(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, em papel impresso da empresa)

Ref: Edital de CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 006/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE OBRAS PARA REVITALIZAÇÃO URBANÍSTICA DA PRAÇA VEREADOR AMADEU ROSSIGNOLI

Declaro, para fins de participação da concorrência supracitada, que a empresa, por intermédio da pessoa legalmente credenciada, Sr.(a), CREA nº , tem pleno conhecimento dos locais onde serão executadas as obras objeto deste Edital.

Juiz de Fora, de de 2024

.....

Identificação da Sociedade Empresária

Assinatura

Nome do responsável (por extenso e legível) CPF nº

RG nº

Cargo e/ou função



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**CONCORRÊNCIA nº 006/2024 – SO/SEPUR
Processo Eletrônico nº 7.302/2024**

ANEXO I.F

MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA

(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, em papel impresso da empresa)

Em atendimento ao Edital da Tomada de preço nº _____, declaramos que o profissional detentor do(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica, engenheiro(CREA nº), será o Responsável Técnico pela execução dos serviços objeto do contrato, caso esta sociedade empresária proponente seja a vencedora.

.....,dede 2024.

NOME DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA
NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Autorizo a inclusão do meu nome como Responsável Técnico pela execução das obras e serviços objeto do....., caso a sociedade empresáriaseja licitante contratada pela Prefeitura de Juiz de Fora.

.....,dede 2024.

.....
NOME / CREA / ASSINATURA DO R.T



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

**CONCORRÊNCIA nº 006/2024 – SO/SEPUR
Processo Eletrônico nº 7.302/2024**

ANEXO I.G

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE INSTALAÇÕES,
APARELHAMENTO E PESSOAL TÉCNICO**

(Este modelo deverá ser transcrito na forma e na íntegra, em papel impresso da empresa)

À
PREFEITURA DE JUIZ DE FORA
ENDEREÇO
CIDADE – ESTADO
Att.: Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Declaramos para os devidos fins, que nos obrigamos a ter disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados para realização do objeto desta licitação.

.....dede 2024.

Identificação da Firma
Assinatura
Nome do responsável (por extenso e legível)
Cargo e/ou função



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

CONCORRÊNCIA nº 006/2024 – SO/SEPUR
Processo Eletrônico nº 7.302/2024

ANEXO II - MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM E A

(deverá ser preenchido conforme orientação da Assessoria Jurídica responsável)

O (a), neste ato representado por seu(ua), Sr(a)., brasileiro(a), casado(a), inscrito(a) no CPF nº, portador da CI nº doravante denominado, com a interveniência da de, neste ato representada por seu(ua)(a) Sr(a)., brasileiro(a), inscrito(a) no CPF nº, portador da CI nºe, neste ato representada por seu Sr., brasileiro, inscrito no CPF nº, portador da CI nº, doravante denominado(s) **INTERVENIENTE(S)** e a sociedade empresária estabelecida à rua nº, CNPJ nº, pelo seu representante infra-assinado Sr., CPF nº, RG nº, doravante denominada **CONTRATADA**, considerando o resultado da **Concorrência nº 006/2024**, conforme consta do **processo** administrativo eletrônico nº **7.302/2024**, firmam o presente contrato, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, suas alterações, demais legislação aplicável e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. É objeto deste instrumento a seleção de sociedade empresária **especializada para prestação de serviços de engenharia para REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA VEREADOR AMADEU CORTÊS ROSSIGNOLI**, conforme especificações do Edital, Projeto Básico e Anexos da **Concorrência nº 006/2024**, os quais integram este termo independente de transcrição por ser de conhecimento das partes.

1.2. A obra/serviço será executada na Rua Eugênio Fontainha, 471 - Manoel Honório, Juiz de Fora - MG, 36051-000.

1.3. Os serviços referentes à execução do objeto deverão ser executados de Segunda à Sexta feira, das 7:00 às 17:00.

1.4. A execução de serviços noturna e aos finais de semana e feriados deverão ser formalmente aceitas pela fiscalização técnica do contrato.

1.5. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

1.6. Os serviços estão amplamente detalhados nos projetos de engenharia/arquitetura e os memoriais descritivos constantes nos anexos deste Projeto Básico.

1.7. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

1.8. A execução da obra deverá seguir o cronograma físico financeiro apresentado junto à proposta.

1.9. O não cumprimento do cronograma estará sujeito a penalidades junto à Contratada.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

1.10. A Contratada poderá solicitar repactuação do cronograma, no prazo mínimo de 15 dias, podendo o mesmo ser acatado ou não pela PJF.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. O valor da contratação está estimado em **R\$** (.....), conforme proposta da contratada.

2.2. Para fazer face às despesas resultantes da contratação, o MUNICÍPIO utilizará os recursos provenientes de verba repassada pelo Sr. José Márcio Lopes Guedes, Vereador do Município de Juiz de Fora.

2.3. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentárias:

091.100 - 1.15.451.0004.2242.0000 - 4.4.90.51 – 1500009004

2.4. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CRITÉRIO DE MEDIÇÃO, PAGAMENTO E RETENÇÕES DE IMPOSTOS

3.1. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

3.1.1. Somente poderão ser considerados para efeito de medição e pagamento os serviços e obras efetivamente executados pela Contratada e aprovados pela Fiscalização, respeitada a rigorosa correspondência com o projeto.

3.1.2. A medição será realizada pelo fiscal técnico em conjunto com o Engenheiro responsável da empresa mensalmente e deverá ser entregue ao fiscal administrativo até o 5º dia útil de cada mês.

3.1.3. O Documento de Medição deverá conter os seguintes documentos:

- Boletim de Medição
- Memória de cálculo detalhada
- Relatório Fotográfico
- Diário de Obra
- Gráfico de acompanhamento de cronograma (curva S)

3.1.4. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes aos Serviços Preliminares e Administração Local relativamente ao andamento físico da obra. Para o item Mobilização e Desmobilização será pago o percentual de 50% do valor proposto pelo licitante na primeira medição parcial e o restante na medição final, conforme orientação do TCU no Acórdão 1247/2016.

3.1.5. Somente poderão ser executadas itens nas quantidades pactuadas na planilha orçamentária contratual vigente, sendo vedado o pagamento de quantidades superiores às pactuadas.

3.1.6. A aceitação dos serviços por parte da Fiscalização não isenta o Contratado de sua responsabilidade sobre a qualidade e comportamento dos serviços e produtos aplicados.

3.2. DO PAGAMENTO

3.2.1. Após aferição do Boletim de Medição o gestor do contrato enviará a Contratada a autorização para emissão de Nota Fiscal.

3.2.1.1 A empresa somente poderá emitir Nota Fiscal após autorização formal da Prefeitura de Juiz de Fora.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

3.2.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, após a emissão da Nota Fiscal enviada em formato digital, conforme o art. 31 da Lei nº 8.212/1991 e com redação dada pela Lei nº 11.933, de 2009 e de acordo com a Instrução normativa nº 2110, de 17 de outubro de 2022.

3.2.3. Na Nota Fiscal deverá constar o valor expresso em reais e os dados contratuais fornecidos pelo gestor.

3.2.3.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Contratante;

3.2.4. A empresa deverá fornecer toda documentação de comprovação fiscal a fim de garantir a manutenção das condições de habilitação do edital junto à cada Nota fiscal.

3.2.4.1. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

3.2.4.2. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

3.2.4.3 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

3.2.4.4. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

3.2.5. Na eventualidade da aplicação de multas, estas deverão ser pagas no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação da decisão que as tenham aplicadas, ou ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

3.2.6. Caso o pagamento da Nota Fiscal não seja efetuado no prazo previsto serão devidos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, com variação *pro rata die* ocorrida entre a data fixada para o pagamento e sua efetiva realização.

3.2.7. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

3.2.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

3.2.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Do Reajuste:

3.2.10. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento formal da Contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data base do orçamento referencial, pela variação do índice INCC ou outro que vier a substituí-lo. Os montantes dos pagamentos serão reajustados, anualmente, na forma da lei, com a aplicação da seguinte fórmula de reajuste:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

$$R = \frac{I_1 - I_0}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Reajuste

I1 = índice do mês 1 ano após a data base do orçamento (INCC)

I0 = índice do mês da data base do orçamento referencial (INCC)

V = Valor da fatura a ser reajustada

3.2.11. O índice de reajustamento incidirá exclusivamente as etapas/parcelas do empreendimento cujo atraso não decorra de culpa da Contratada.

3.2.12. Para efeito de pagamento do reajuste, o índice incidirá somente nas medições de serviços realizadas após a data do ofício de solicitação da empresa, sendo vedado pagamento de reajuste de serviço executado em data anterior a data do ofício de solicitação

3.2.13. A ausência de manifestação expressa da Contratada de solicitação do reajuste poderá acarretar preclusão do direito da Contratada.

3.2.14. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

3.2.15. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

3.2.16. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

3.2.17. Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

3.2.18. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

3.2.19. O reajuste será realizado por apostilamento.

3.3. DA RETENÇÕES DE IMPOSTOS

3.3.1. Com base nas Instruções Normativas nº 21/2010 - Manual de Orientação sobre Retenção do Imposto de renda na fonte e nº 25/2011 - Manual de Retenção e Recolhimento de Contribuições Previdenciárias em Serviços Prestados por Empresas, segue:

3.3.1.1. Retenção Previdenciária:

Por tratar-se de execução por empreitada por preço unitário, conforme inciso III do item 2.1 do Manual referente à IN 25/2011, a administração pública **fica dispensada de efetuar a retenção na fonte da parcela de 11%:**

1.1 - Empreitada Total na Construção Civil:



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

No caso de empreitada na construção civil, os órgãos da administração pública não respondem solidariamente pelo recolhimento das contribuições previdenciárias, ficando dispensada de efetuar a retenção na fonte da parcela de 11% (onze por cento) calculado sobre o valor das obras realizadas, nos seguintes casos:

I - na contratação de empreitada total;

II - quando houver o repasse integral do contrato de empreitada total, nas mesmas condições pactuadas, entendendo-se como tal a transferência do contrato nas mesmas características do original, inclusive preço e objeto; ou

III – quando o contrato for vinculado a procedimento licitatório efetuado pelo regime de empreitada por preço unitário ou por tarefa, admitindo-se o fracionamento do projeto nos termos da Lei nº 8.666, de 22 de junho de 2017.

3.3.1.2. Retenção IR na Fonte: A retenção para Imposto de Renda na Fonte deverá ser realizada nos termos do Anexo I da IN nº 1234/2012, observadas as disposições do art. 2º da mesma norma.

3.3.1.3. Retenção de ISS: Conforme Lei 10630/2003 art.47, o ISS devido será de 3%.

“7.02 – Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS). 3% Local da prestação do serviço.”

CLÁUSULA QUARTA - DO CONTRATO E DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

4.1. O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, observadas suas alterações, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

4.2. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.3. O prazo de execução do objeto é de 2 (dois) meses contados da ordem de serviço, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. A diferença entre o prazo de obra e contrato deve-se aos trâmites dos órgãos envolvidos para autorização de início e eventuais atrasos na emissão da OS, bem como para prestação de contas por parte da Contratante e da emissão do Termo de Recebimento por parte do Município.

4.5. O Início da execução do objeto se dará em até 10 (dez) dias úteis após a emissão da ordem de serviço.

4.6. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

4.7. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma Lei.

4.8. Eventuais alterações no contrato devem ser realizadas através de termo aditivo nas hipóteses previstas no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/2021 e serão regulados pelas mesmas condições do contrato resultante da licitação, aplicando-se aos preços base, um redutor, no mesmo percentual encontrado entre o valor global da proposta vencedora e o preço base incluso neste termo.

4.9. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

4.9.1. O contratado deverá optar por uma das modalidades de garantia do § 1º do art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

4.9.1.1. Quando o contratado optar pela modalidade de seguro garantia prevista no inciso II do § 1º do Art. 96 da Lei Federal nº 14.133/2021 e nos termos do § 3º do mesmo artigo, o prazo para a prestação da garantia será de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.

4.9.1.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.9.2. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.9.3. O seguro-garantia tem por objetivo garantir o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo contratado perante à Administração, inclusive as multas, os prejuízos e as indenizações decorrentes de inadimplemento, observadas as seguintes regras nas contratações regidas pela Lei Federal nº 14.133/2023:

4.9.3.1. o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;

4.9.3.2. o seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

4.9.4. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

CLÁUSULA QUINTA – DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO DO CONTRATO

5.1. Para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

5.1.1. Para fins do reequilíbrio econômico financeiro do contrato, as partes devem apresentar solicitação, anexando planilha detalhada dos custos do objeto, fazendo um comparativo com a composição dos custos para obtenção dos preços inicialmente contratados e planilha dos custos para fins do reequilíbrio econômico do contrato.

5.2. A extinção do contrato não configurará óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.2.1. O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE INÍCIO E DO RECEBIMENTO

6.1. A CONTRATADA tem o prazo de 10 (dez) dias úteis para dar início à execução dos serviços, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço - OS, expedida pelo Município, contendo o prazo para execução dos serviços.

6.1.1. O descumprimento dos prazos para início e execução dos serviços, importará na responsabilidade da CONTRATADA por todos os danos causados ao MUNICÍPIO ou a terceiros, em razão do descumprimento das obrigações em questão.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

6.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 dias da comunicação formal de entrega pela Contratada, pelos fiscais técnico, administrativo, por representante da UG solicitante da obra mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento de todas as exigências (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22 e 23 do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.3. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

6.4. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

6.5. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

6.6. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo mínimo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, somente se não restar nenhuma pendência a ser sanada pela empresa.

6.7. Os Atestados de Execução de Obras somente poderão ser solicitados pela empresa após emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

6.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

6.9. O prazo de garantia contratual dos serviços deverá obedecer aos prazos previstos na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), na Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e na Norma de Desempenho 15.575 (NBR 15575/2013), da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.4.1. Executar, dentro da melhor técnica, os serviços contratados, obedecendo rigorosamente às normas da ABNT, especificações, projetos e instruções da fiscalização da PJF.

7.4.2. Executar, imediatamente, os reparos que se fizerem necessários nos serviços sob sua responsabilidade, apontados ou não pela fiscalização da Prefeitura.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.4.3. Permitir e facilitar à fiscalização do Município a inspeção das obras ou serviços no horário normal de trabalho, prestando todas as informações solicitadas pela mesma.

7.4.4. Providenciar a colocação de placas na obra, conforme modelos fornecidos pela Prefeitura, em local indicado pela sua fiscalização.

7.4.5. Encaminhar ao Município, até 5 (cinco) dias após o recebimento de Ordem de Serviço, uma cópia do CNO (Cadastro Nacional da Obra).

7.4.6. Encaminhar ao Município, até 5 (cinco) dias após o recebimento de Ordem de Serviço, uma cópia da ART - Anotação da Responsabilidade Técnica da obra no CREA/MG ou CAU.

7.4.7. Informar à fiscalização a ocorrência de quaisquer atos, fatos ou circunstâncias que possam atrasar ou impedir a conclusão da obra, dentro do prazo previsto no cronograma, sugerindo as medidas para corrigir a situação.

7.4.8. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela qualidade, resistência e estabilidade dos serviços que executar, respondendo, inclusive, pela exatidão dos estudos, cálculos e projetos que a informam, sejam eles elaborados ou não pela PJF.

7.4.9. Estabelecer normas de segurança e tomar as providências que visem à total segurança dos operários e de terceiros no perímetro da obra.

7.4.10. Responsabilizar-se pelo pagamento de encargos fiscais, tributários, previdenciários e trabalhistas, resultantes da contratação da obra, bem como pelo registro do contrato da obra junto ao CREA/MG ou CAU.

7.4.11. Preencher, diariamente o Diário de Obra que o Município manterá permanentemente disponível no local da mesma, de acordo com as instruções ali contidas.

7.4.12. Ser responsável pelo acompanhamento e controle tecnológico dos serviços, conforme previsto nas especificações técnicas particulares da obra, normas da Prefeitura e normas técnicas brasileiras, devendo ser emitidos relatórios fotográficos e técnico mensais. Assinados pelo responsável técnico da obra, contendo todos os ensaios e controles tecnológicos executados no período e exigidos nas especificações de projeto.

7.4.13. O responsável técnico da Contratada deverá, quando solicitado pela fiscalização, emitir mensalmente documento de qualidade dos serviços executados, respondendo pela Contratante, durante o período estipulado pela legislação vigente.

7.4.14. O Município poderá aferir os testes e ensaios de controle tecnológico, utilizando-se das instalações e instrumentos da Contratada.

7.4.15. Responsabilizar-se por todo o transporte dos materiais e entulhos, quer para o local da obra, quer para o local de destinação.

7.4.16. Programar, quando solicitado, visitas ao local da obra em conjunto com a fiscalização da Prefeitura.

7.4.17. Manter à frente dos trabalhos o responsável técnico designado para a obra com total poder para representá-la junto à fiscalização do Município.

7.4.18. Retirar ou substituir, qualquer funcionário que não estejam atendendo a contento a fiscalização do Município, que lançará a devida justificativa no diário de obra.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

7.4.19 Responsabilizar-se, além dos serviços específicos da construção, pelas ligações provisórias e definitivas de água, esgoto, instalações de luz e força, de modo que, ao ser dada por concluída, possa a obra entrar em funcionamento imediatamente.

7.4.20. Concluída a obra, a Contratada terá que apresentar prova de quitação das contas de água, luz e telefone, e da transferência das ligações para o Município.

7.4.21. Responsabilizar-se, única e exclusivamente, pela guarda e vigilância do local da obra durante todo o período de execução da mesma.

7.4.22. Acatar toda orientação advinda do município com relação à obra.

7.4.23. Utilizar produtos e subprodutos de madeira de origem nativa ou plantada que tenha procedência legal.

7.4.24. Manter durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.4.25. Executar a obra dentro dos prazos estabelecidos pelo cronograma físico financeiro.

7.5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

7.5.1. Responsabilizar-se pela coordenação, supervisão e fiscalização dos trabalhos de construção inerentes a este Contrato e, ainda, fornecer à Contratada os dados e elementos necessários à sua execução.

7.5.2. Credenciar junto à Contratada, o representante especialmente designado pelo Secretário de Obras para acompanhar, fiscalizar e atestar a execução dos serviços prestados, além de atestar as faturas apresentadas.

7.5.3. Emitir Ordem de Serviço, autorizando o início dos trabalhos.

7.5.4. Fazer cumprir o prazo contratual e notificar a empresa em caso de descumprimento do cronograma.

7.5.5. Promover abertura de diligência, em qualquer fase de execução da obra, para sanar questões que porventura possam surgir e impedir o andamento normal do ajuste.

7.5.6. Remeter advertências à Contratada, por escrito, quando os serviços não estiverem sendo prestados de forma satisfatória.

7.5.7. Avaliar as solicitações da Contratada quanto a repactuações contratuais no prazo máximo de 30 dias.

7.5.8 Verificar a situação de regularidade da Contratada durante a execução contratual.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES/PENALIDADES

8.1. Em conformidade com o estabelecido nos Artigos 156 e 156 da Lei nº 14.133/2021, se a CONTRATADA descumprir as condições deste instrumento ficará sujeita às seguintes penalidades:

I. Pelo atraso ou descumprimento injustificado do cronograma de execução do objeto, multa de mora de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;

II. Pela inexecução total ou parcial das condições do Contrato, a Administração poderá garantir a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções:

a. Advertência;

b. Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da obrigação, a juízo da Administração;

c. impedimento de licitar e contratar com a Administração por prazo não superior a 03 (três) anos;



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

8.2. A multa eventualmente imposta à CONTRATADA será automaticamente descontada da fatura a que mesma fazer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês.

8.2.1. Caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber do CONTRATANTE, ser-lhe-á concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados de sua NOTIFICAÇÃO, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, poderá a Administração proceder à cobrança judicial da multa.

8.3. As multas previstas nesta seção não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

8.4. A aplicação das multas independe de qualquer interpelação judicial, sendo exigível desde a data do ato, fato ou omissão que lhe tiver dado causa, após instauração de Processo Administrativo respeitados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.

8.5. As multas e penalidades serão aplicadas sem prejuízo das sanções cíveis ou penais cabíveis, ou processo administrativo.

8.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, e nos termos da lei, levará em consideração:

- a) a natureza e a gravidade da conduta do infrator,
- b) as peculiaridades do caso concreto,
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes,
- d) o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade, e,
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do Município.

CLÁUSULA NONA –DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO

9.1. Nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei Federal nº 14.133/2021.

9.3. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

9.4. A obra deverá ser rigorosamente executada de acordo com as especificações e Normas Técnicas pertinentes. Toda e qualquer modificação com relação ao que está previsto somente poderá ser feita com justificativa técnica da CONTRATADA e após aprovação da FISCALIZAÇÃO e formalização contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1.1. É admitida a subcontratação parcial do objeto, nas seguintes condições:

10.1.1.1. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal do objeto da contratação.

10.1.1.2. A subcontratação fica limitada a 30% (trinta por cento).

10.1.1.3. A subcontratação deverá ser solicitada pela Contratante à Contratada através de Ofício, e somente poderá ser executada após formalização da aprovação da mesma através de Termo Aditivo.

10.1.1.4. Fica a Contratada obrigada a fornecer as documentações de habilitação jurídica, fiscal, técnica e econômico financeira da pretensa subcontratada para avaliação do município.

10.1.1.5. A subcontratação de uma parcela não isenta a Contratada da responsabilidade sob a execução da mesma.

10.1.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à subcontratação, caso admitida.

10.13. Deverão ser observadas, em cada caso, as regras estabelecidas pela Lei Federal nº 14.133/2021, e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DAS COMUNICAÇÕES

11.1. As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DISPOSIÇÕES GERAIS E DO FORO

12.1. É eleito o Foro da Comarca de Juiz de Fora – MG para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

12.2. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as normas e princípios gerais dos contratos.



PREFEITURA DE JUIZ DE FORA

12.3. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, de acordo com o previsto na Lei Federal nº 14.133/2021.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes;

Prefeitura de Juiz de Fora, de de 20.....

GESTOR(ES) RESPONSÁVEL(IS)
EMPRESA
Representante Legal
Cargo

Testemunha 1

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____

Testemunha 2

Ass.: _____

Nome: _____

C.I.: _____

C.P.F.: _____